

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

***A ATUAÇÃO DO BRASIL FRENTE À CRISE
DAS MALVINAS/FALKLANDS (1982)***

MARCELO VIEIRA WALSH

**Dissertação apresentada como requisito para
o obtenção do título de Mestre em História**

Linha de Pesquisa: História das Relações Internacionais

Professora orientadora: Dra. Albene Miriam Ferreira Menezes

Brasília

1997

À Nossa Senhora das Graças
“Ao Senhor, glória eterna” (Salmo 103,31)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda dívida de gratidão para com as pessoas e instituições, que direta ou indiretamente ofereceram sua valiosa contribuição na feitura do presente trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço especialmente à Dra. Albene Miriam Ferreira de Menezes, pela sua dedicação e pelo crédito a mim confiado, ao longo do Curso de Mestrado em História. Enfim, agradeço-lhe pelo forte sentimento de amizade que nos une.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo patrocínio e financiamento do trabalho.

Aos professores, colegas e funcionários do Departamento de História, pelo apoio e incentivo.

À família Walsh, em especial, meus queridos pais, Alberto e Walkiria, e minha querida irmã, Sandra, pelo afetuoso auxílio. Ainda agradeço à minha madrinha, Vera Lúcia Martins dos Santos, e aos seus familiares (Alice, Sylos, Ana Paula, Júlio César, Guilherme, Alexandre, Andréia), e à memória do meu falecido padrinho Jorge Ferreira dos Santos. Por fim, agradeço na forma de homenagem póstuma, aos avós Rodolpho, Laurentina, Pedro e Esmeralda.

Aos amigos, Nelson Ramos Barretto, Ronald Christian Alves Bicca, Plínio Gonçalves Dutra, Paulo Singh, Francis Alves Bicca, Charles Alves Bicca, Eduardo Valadares Goulart e Roberto Jimmy Yamamura, pela inestimável colaboração.

À minha namorada, Wanda Borges Pinheiro.

Às amigas Teresa, Nailde, Edir, Iran pelo apoio entusiasmado.

Aos Ministérios Militares (Marinha, Exército, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas) e ao Ministério das Relações Exteriores, pelo rico material bibliográfico fornecido.

Às Embaixadas dos Estados Unidos, Reino Unido e Argentina, pelas fontes impressas cedidas.

À Nunciatura Apostólica, pela consulta ao jornal do Vaticano, “L’Osservatore Romano”.

Às representações diplomáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Comunidade Económica Européia (CEE), pelas fontes impressas e bibliográficas a mim ofertadas.

À Thaís Helena Saraiva, pela primorosa impressão computadorizada do texto dissertativo.

À Professora Gilce Alves, pela cuidadosa e paciente revisão deste trabalho.

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é o de analisar a atuação do Brasil no decorrer da Crise no Atlântico Sul de 1982. Esta teve o seu início em 19 de março de 1982, com o desembarque ilegal de um grupo de sucateiros argentinos, da empresa de Constantino Davidoff nas Ilhas Geórgias do Sul (em Leigh), do Arquipélago das Malvinas / Falklands, que tem a sua soberania contestada pelo Reino Unido e Argentina desde o século XIX. O transporte do grupo de sucateiros foi realizado no navio da Armada Argentina ARA “Bahia Buen Suceso”, sob as ordens do Almirante Jorge Isaac Anaya - então membro da Junta Militar de Buenos Aires, dirigida pelo General Leopoldo Galtieri - como etapa preliminar de um Plano Secreto elaborado pelo Governo argentino para reconquistar o Arquipélago, que encontrava-se sob o domínio colonial do Reino Unido. No dia 2 de abril de 1982, ocorre a invasão e ocupação militar argentina das Ilhas Malvinas / Falklands, gerando tensão no cenário internacional. Diante do fato, o Brasil posicionou-se pela neutralidade, de caráter imperfeito, tendendo a favor da Argentina; no entanto, sem afetar negativamente as suas boas relações com o Governo de Londres. Apoiava a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas / Falklands, condenando apenas o uso de recursos bélicos. Quer bilateral (sobretudo, junto aos Estados Unidos, Reino Unido e Argentina), quer multilateralmente - na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Organização das Nações Unidas (ONU) -, o Brasil procurou exercer papel de mediador. Além disso, o Brasil buscou zelar por seus interesses multilaterais no âmbito do Conflito Leste-Oeste, do Diálogo Norte-Sul, do sistema interamericano e da Antártida. A Guerra das Malvinas / Falklands (25/04 a 14/06/1982) acarretou implicações na concepção da Política de Defesa Nacional e no pensamento estratégico militar do Brasil referente ao Cone Sul.

SUMMARY

The objective of the present dissertation is to analyse the Brazil's performance during the crisis in the South Atlantic in 1982. This crisis had its beginning on march 19th, 1982, with the ilegal landing of an argentinean group of scrap ironers of Constantino Davidoff's company in the South Georgia islands (in Leight), Malvinas / Falklands islands, that has their sovereignty replied by the United Kingdom and Argentina since XIXth century. The portage of the scrap ironers was realized in the argentinean armada ship 'Buen Suceso Bay', under Admiral Jorge Isaac Anaya orders - at time member of the military council of Buenos Aires - directed by argentinean government to recover the archipelago that was under the colonial territory of the United Kingdom. In April 2nd, 1982, the invasion and military occupation argentinean of Malvinas / Falklands islands occur, generating tension in international scenary. In spite of the fact, Brazil adopted the neutrality in favor of Argentina; however, without affect negatively his good relations with London government Brazil supported the argentinean revindication above the Malvinas / Falklands islands, censuring only the use of bellicose recourses. Wheter bilateral (mainly by the United States, United Kingdom and Argentina) or multilaterally in the United Nations (UNO) and the Organization of American States (OAS) Brazil tended to perform like a mediator. Besides, Brazil tended to take care about his multilateral interests in the context of east-west conflict, of north-south dialogue, of interamerican system and antartida. The Malvinas / Falklands War (April 25th to June 14th, 1982) brought on implications in the national defense politics concepts and in Brazil's strategical military thought concerning to south cone.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	pág. 01
CAPÍTULO I	
Antecedentes Históricos	pág. 09
CAPÍTULO II	
O Arquipélago das Malvinas / Falklands Face aos Interesses Estratégicos do Brasil, Argentina e Reino Unido sobre o Território da Antártida.	pág. 31
CAPÍTULO III	
A Neutralidade Imperfeita do Brasil na Crise das Malvinas / Falklands.	pág. 41
CAPÍTULO IV	
O Brasil e a Crise das Malvinas / Falklands no Contexto do Conflito Leste-Oeste e suas Repercussões nas Relações Brasília / Washington.	pág. 54
CAPÍTULO V	
O Brasil e a Crise das Malvinas / Falklands no Contexto do Diálogo Norte-Sul.	pág. 79
CAPÍTULO VI	

O Brasil e os Reflexos da Crise no Atlântico Sul sobre o Sistema Interamericano.	pág. 93
CAPÍTULO VII	
O Brasil como Mediador na Crise das Malvinas / Falklands.	pág. 110
CAPÍTULO VIII	
As Implicações da Crise das Malvinas / Falklands na Política de Defesa Nacional e no Pensamento Estratégico Militar do Brasil em relação ao Cone Sul.	pág. 134
CONCLUSÃO	pág. 150
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
Bibliotecas Pesquisadas	pág. 156
Fontes e Lista Bibliográfica	pág. 158
ANEXOS	VIII

Introdução

A historiografia ainda não procedeu a uma investigação sistemática da atuação do Brasil no decorrer da Crise das Malvinas / Falklands de 1982, de especial importância para uma melhor compreensão da política exterior brasileira na década de 1980.

Para fazer frente a essa lacuna, este estudo recorre, principalmente, a fontes não-primárias para construir a sua narrativa, levando em consideração os fatos essenciais. Com base nesse relato propriamente descritivo e na evidência de dados empíricos extraídos das fontes arroladas, ensaiam-se algumas interpretações sobre a natureza, as motivações, os interesses e os objetivos da participação brasileira na Crise envolvendo o Atlântico Sul.

A análise se concentra no período de 19 de março a 14 de junho de 1982; porém, enfocados são também eventos ocorridos num tempo anterior e posterior a esse período. Ênfase é dada às posições assumidas e aos papéis desempenhados pelo Brasil. Muitas indagações suscitadas ao longo da pesquisa foram respondidas, outras permaneceram em aberto. Assim, a meta final consistiu em elaborar uma síntese histórica a mais consistente possível para permitir um necessário aprofundamento futuro.

A literatura existente acerca da Crise das Malvinas / Falklands aborda o tema sob a ótica da Política Internacional, do Sistema Interamericano e das relações Argentina-Reino Unido. A título de exemplificação, podemos citar as obras de PAULO VIZENTINI, DEMÉTRIO MANGNOLI, LEÃO DA ROCHA, LAURIO DESTEFANI, MARGARET HAYES, MAX HASTINGS (ver lista bibliográfica). No entanto, esses estudos não abordam, de forma específica, em suas análises, a posição assumida e o papel desempenhado pelo Brasil no Conflito das Malvinas / Falklands.

Todavia, existem exceções. Algumas obras oferecem significativas contribuições - tanto sob o aspecto interpretativo, como informativo - para um entendimento em profundidade do tema proposto, muito embora suas abordagens se centrem em problemáticas diversas das aqui propostas.

Nesse sentido, deve ser destacada a obra de CHRISTOPHER DOBSON (et. alli), *Malvinas contra Falklands*. Trata-se da primeira obra publicada sobre o assunto. Nela são analisadas as origens remotas da disputa entre Reino Unido e Argentina em torno do Arquipélago das Malvinas / Falklands, as motivações argentinas e britânicas no Conflito, os debates internos na Junta Militar de Buenos Aires e no Governo e Parlamento britânicos a respeito da Crise.

Outrossim, são registradas as ações dos Estados Unidos e do Bloco Comunista, liderado pela União Soviética, da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comunidade Económica Européia (CEE). Os aspectos militares - a estratégias e o armamento empregados pelos contendores.

A obra de OSCAR RAÚL CARDOSO - *Malvinas: La Trama Secreta* - representa um marco na historiografia acerca do tema do Conflito das Malvinas / Falklands. Tendo a sua primeira edição sido publicada em 1983, essa obra é considerada, pela crítica, como um dos mais completos trabalhos que se referem às motivações da Junta Militar dirigida pelo General Leopoldo Galtieri e ao Plano Secreto posto em prática por ela para a reconquista do território contestado pela Argentina e Reino Unido.

PÉRICLES AZAMBUJA, na obra de sua autoria, *Falklands ou Malvinas - o Arquipélago Contestado*, procede a um estudo sistemático sobre a questão das Malvinas / Falklands, desde a Era dos Grandes Descobrimentos, a partir do século XIV, no qual se destacaram os Reinos católicos de Portugal e Espanha.

Nessa obra, o geopolítico brasileiro utiliza-se de documentos e mapas portugueses, espanhóis e outros dos séculos XIV, XV, XVI e XVII para ilustrar suas análises.

AMADO CERVO, na *História da Política Exterior do Brasil*, enfoca o tema do Conflito das Malvinas / Falklands, no contexto das Relações Norte-Sul e do Sistema Interamericano. A lição do Conflito foi aproveitada, segundo o referido autor, pela práxis da diplomacia brasileira, ensejando, pois, três decisões importantes: a eleição do Embaixador brasileiro Baena Soares, por unanimidade, ao cargo de Secretário-Geral da OEA, em 1984; a aprovação, pela Assembléia Geral da ONU, em 1986, da Resolução da “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul”, fruto da proposta brasileira, apresentada no ano anterior; a aceleração do processo de integração econômica da América Latina, pela constituição do eixo Brasil-Argentina¹.

CELSO LAFER, em *O Brasil e a Crise Mundial*, estuda o Conflito das Malvinas / Falklands à luz do relacionamento Brasil-Estados Unidos. Nessa obra, destaca o significado político da visita oficial do Presidente João Figueiredo aos Estados Unidos, em 12 de maio de 1982. Por fim, o alusivo autor também trata da questão no contexto do Conflito Leste-Oeste, do Diálogo Norte--Sul e do Sistema Interamericano².

Há três obra de MONIZ BANDEIRA que referem-se à atuação da diplomacia brasileira ao longo da Crise no Atlântico Sul. Em *O Eixo Argentina-Brasil*, focaliza-se o problema no âmbito das relações Brasil-Argentina, e de que forma a constituição do eixo bilateral, visando a integração do Cone Sul, foi beneficiada pela atitude da diplomacia brasileira no decorrer da mesma. Na obra *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*, MONIZ BANDEIRA retoma o aspecto anterior, além de tratar minuciosamente do episódio da venda de dois aviões brasileiros EMB-111 ao país platino e do papel desempenhado pelos Estados Unidos, que não se manterem neutros, apoiando política e militarmente o Reino Unido, sem, contudo, entrarem de forma direta no conflito bélico; e os efeitos negativos dessa postura sobre o Sistema Interamericano - nos seus dois pilares

fundamentais, a OEA e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O papel desempenhado por Washington já havia sido anteriormente tratada em outra obra sua, *Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*³.

PETER SAGER, em *El Caso Ejemplar de las Falklands*, traz detalhes importantes acerca da atuação diplomática do Bloco Comunista, de modo especial, da União Soviética, Cuba, e República Democrática Alemã, assim como da Líbia, no âmbito das Nações Unidas e do Movimento dos Países Não-Alinhados junto ao Governo Argentino.

PAULO DE QUEIROZ DUARTE, na sua obra *Conflicto das Malvinas*, faz um relato sistemático das ações diplomáticas da Argentina e do Reino Unido no âmbito da ONU. Seu estudo abrange também uma análise minuciosa das principais propostas de solução para o Conflito do Atlântico Sul, apresentadas pelo Secretário-Geral da ONU, Estados Unidos, Brasil e outros atores, incluindo, Argentina e Reino Unido. Além disso, focaliza a atuação da OEA e, ao final, apresenta um quadro detalhado dos armamentos e estratégias empregados por ambos contendores.

No seu livro de memórias, *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*, o ex-Chanceler SARAIVA GUERREIRO, que esteve chefiando a diplomacia brasileira no Governo do General João Figueiredo (1979-1985), proporciona um resumo histórico da atuação do Brasil, de forma privilegiada, pois o mesmo teve a oportunidade de acompanhar os bastidores diplomáticos durante a Crise das Malvinas / Falklands⁴.

Outro autor que teve a oportunidade de acompanhar diretamente o desenrolar dessa crise foi ROBERTO CAMPOS, então embaixador do Brasil junto a Londres. Nesse posto, procurou defender a tese argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas / Falklands, procurando, ao mesmo tempo, proporcionar um clima diplomático favorável para a solução pacífica e negociada para o problema em torno das mesmas. O autor citado em sua obra *Lanterna na Popa* registra a existência de

um Plano de Paz, elaborado pelos Estados Unidos e Brasil, que, naquele episódio, permanecera secreto⁵.

Cabe mencionar, ainda, dissertações de mestrado, que abordam aspectos particulares da atuação do Brasil durante a Crise do Atlântico Sul. RÓTULO DANIEL, se propôs a tratar do tema “Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiros sobre o Atlântico Sul (1964-1990)”, onde retrata os efeitos da Guerra das Malvinas sobre a proposta de criação da Organização do Atlântico Sul (OTAS), que teve o patrocínio de Washington, mas acabou sendo arquivada por não mais existir um quadro político favorável para a sua implantação. IELBO SOUZA, no seu trabalho dissertativo, “A Questão das Ilhas Malvinas / Falklands”, discorre sobre os efeitos negativos da Crise anglo-argentina no contexto da OEA e do TIAR e no contexto do sistema de segurança econômica da América Latina. Por último, CAIO MÁRCIO COLOMBO, em “A Questão da Antártida”, explicita, ainda que de forma incompleta, a importância estratégica do Arquipélago das Malvinas / Falklands para os interesses efetivos e potenciais do Brasil, naquele continente, bem como os da Argentina, Reino Unido e Chile.

Quanto às fontes documentais, procedeu-se a uma sistemática pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília, no que se refere aos telegramas e ofícios recebidos e enviados pela Chancelaria brasileira de (às) suas embaixadas no exterior, junto ao Reino Unido, Argentina, Estados Unidos, Peru, México, Vaticano, União Soviética, Cuba, CEE, OEA e ONU. Contudo, o teor da documentação referente ao tema, devido ao grau de sigilo (secreto), permanece inacessível. Apesar disso, os dados empíricos colhidos pela pesquisa fornecem, compreensivelmente, um quadro parcial sobre o evento.

Foram consultadas fontes de referência da Chancelaria brasileira, do Governo argentino, britânico e norte-americano. No tocante à primeira, deve ser mencionado a *Resenha de Política Exterior*, que contém os principais telegramas enviados pelo Governo brasileiro ao Reino Unido, à Argentina, à ONU e à OEA.

Também, é digno de nota a obra *O Itamaraty e o Congresso Nacional*, contendo a exposição feita pelo então Chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, para os parlamentares do Congresso Nacional, exposição em que são apresentadas informações (de natureza não-sigilosa) sobre a posição adotada e o papel desempenhado pelo Brasil frente à Crise das Malvinas / Falklands.⁶

Quanto a referências teóricas, este estudo reporta-se principalmente ao marco do Realismo, embora faça uso de categorias e conceitos de outras teorias das Ciências Política e das Relações Internacionais. Segundo BRUNELLO VIGEZZI, nos últimos setenta anos, “storici e teorici de tutti i paesi cercano di offrire un’interpretazione calzante della vita internazionale⁷”. Citados no presente estudo são também os autores KARL DEUTSCH e RAYMOND ARON⁸. Procurou-se abordar o tema desta dissertação à luz das relações entre as “Forças Profundas” e o “Homem de Estado”, categorias essas cunhadas por JEAN-BAPTISTE DUROSELLE e PIERRE RENOUVIN⁹. No que se refere ao termo “neutralidade”, foram empregados os conceitos utilizados por RENÉ GIRAULT¹⁰. Quanto à invasão das Ilhas Malvinas / Falklands, realizada pela Armada britânica, com a expulsão do Governador e da população local argentina, em 1833, esta é analisada segundo o ponto de vista de ADAM WATSON, que denomina o período de 1818-1848 como o da primeira fase de hegemonia européia, quando as cinco potências de então - Reino Unido, França, Rússia, Império Austro-Húngaro e Império Otomano - exerciam papel proeminente na Política Internacional. Neste contexto, é que surgiu a questão das Malvinas / Falklands, tal como continuou a figurar até o atual século, não só do ponto de vista da disputa de soberania entre Argentina e Reino Unido, mas como resquício do colonialismo europeu¹¹.

NOTAS

- ¹ Ver CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo, Ed. Ática, 1992, pp. 408-409.
- ² Ver LAFER, Celso. *O Brasil e a Crise Mundial*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1984, pp. 121-162.
- ³ Ver BANDEIRA, Moniz. *O Eixo Argentina - Brasil*. Brasília, Ed. UnB, 1987, pp. 63-72. BANDEIRA, Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1989, pp. 217-275. BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. Brasília, Ed. UnB, 1993, pp. 235-250.
- ⁴ Ver GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. São Paulo, Ed. Siciliano, 1992, pp. 91-146.
- ⁵ Ver CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro, Ed. Top Books, 1994, pp. 940-1058.
- ⁶ Ver GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Congresso Nacional*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1985, pp. 51-118 e pp. 161-196.
- ⁷ Ver. VIGEZZI, Brunello. *La Vita Internazionale tra Storia e Teoria*. Relazione Internazionali. Mar. 1990, pp. 23-35. Tradução do trecho citado pelo autor: "Historiadores e teóricos de todos os países têm buscado oferecer uma apropriada interpretação da vida internacional" (id, ibid, p. 23).
- ⁸ Ver ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Ed. UnB, 1986. ARON, Raymond. *Os Últimos Anos do Século*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987. DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília, Ed. UnB, 1982.
- ⁹ RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo, Ed. Difusão Européia, 1967.
- ¹⁰ GIRAULT, René. *En Guise de Conclusion*. in NAVAKIVI, Jukka (Org) *Neutrality in History*. Helsinki, 1993, pp. 331-335.
- ¹¹ WATSON, Adam. *The Evolution of International Society - A Comparative Historical Analysis*. London, Routledge, 1992, p. 242.

Capítulo I

Antecedentes Históricos

As raízes acerca da disputa de soberania, entre a Argentina e Reino Unido, em torno do Arquipélago das Malvinas / Falklands remontam à era dos Grandes Descobrimentos, quando os reinos católicos de Espanha e Portugal cruzavam os mares, a partir do século XIII. No reinado de D. Diniz, os portugueses começaram a navegar pelos Oceanos. Devido ao fato de estarem livres dos muçulmanos de Algarve, e consolidada a Nação sob o patrocínio pontifício, os portugueses podiam, numa decisão histórica, sem praticamente concorrentes, estando a Espanha ainda envolvida com os problemas de ocupação islâmica, reabrir o Mundo Medieval às verdadeiras dimensões do planeta. Na verdade, Castela foi retardatária nas navegações transatlânticas, tendo seu início somente após a chegada de Colombo às impropriamente denominadas Índias Ocidentais, em 1492¹.

Ainda em pleno século XIV, como prenúncio da futura expansão marítima de Portugal, recorreu o Rei D. Afonso IV, ao Papa Clemente VI, reivindicando direitos sobre as Ilhas chamadas Afortunadas ou Canárias. Cabe lembrar que na Idade Média e no início da Idade Moderna, a Santa Sé colocava-se acima das nações cristãs - constituindo-se numa verdadeira autoridade supranacional². Daí os reis portugueses e espanhóis recorrerem freqüentemente ao Sumo Pontífice a fim de legitimar as suas descobertas.

A chegada à América - denominadas, “Índias Ocidentais”- por Cristóvão Colombo, em 1492, a serviço dos reinos de Castela e Leão, despertou oposição por parte do rei D. João II de Portugal, por entender este que as novas terras lhe pertenciam. Dessa disputa, surgiria o Tratado de Tordesilhas, a 7 de junho de 1494, estabelecido pelo Papa Alexandre VI. Por este tratado, o Mundo Novo a ser descoberto e conquistado estaria dividido entre Portugal e Espanha, tendo como referência geográfica as Ilhas de Cabo Verde, na costa ocidental africana.

O rei Francisco I (1494-1547), de França, foi quem iniciou a contestação ao poder da Cúria Romana na distribuição de concessão de territórios. Certa vez, teria concitado ao Embaixador de Portugal, para que lhe mostrasse o “Testamento de Adão” onde dizia que o mundo seria partilhado entre os dois povos ibéricos, denegando aos demais o direito na universal conquista. A contestação francesa foi seguida posteriormente pela Holanda e Inglaterra, o que teria sido facilitado pela quebra da unidade católica, ocorrida em decorrência da Reforma protestante de Martim Lutero em 1517³.

A partir de então, os Impérios Marítimos de Portugal e Espanha passam a perder a hegemonia dos domínios das Índias Ocidentais e os oceanos da América começam a infestar-se de corsários oriundos dos três países contestadores acima referidos.

Nesse quadro de disputas - envolvendo Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra - é que delineou-se a história das Ilhas Malvinas / Falklands.

A questão de quem teria descoberto primeiro essas ilhas do Atlântico Sul permanece indefinida, segundo as versões oficiais da Argentina e Reino Unido⁴.

Situado a extremo sul do Oceano Atlântico, encontra-se o Arquipélago das Malvinas / Falklands, entre as latitudes sul de 51°40' e 59°27'22" e as longitudes oeste de 57°50' e 27°18'10" (vide anexo II). Composto por cerca de 200 ilhas, tendo duas ilhas principais: a Malvina (Soledad) ou East Falkland com uma área de 6.308 Km², separada da segunda, Gran Malvina ou West Falkland, pelo Canal de São Carlos ou Falkland Sound, com uma área de 4352 Km². Estas com os demais componentes desse conglomerado insular formam cerca de 12.000 km², compreendendo entre ilhas e ilhotas menores: a de San José (270 km²) ou Wendell II, na nomenclatura britânica; Trinidad I (120 Km²) ou Saunders I; Borbón (100 km²) ou Pebble I; Bougainville (60 km²) ou Lavelly I; Aguila (55 Km²) ou Sedwell e San Rafael (50 Km²) ou Beaver I. As demais restantes ilhotas e penedias não ultrapassam 80 Km² na totalidade. Além desse

grupo de pequenas ilhas em volta das Ilhas Malvinas / Falklands, pertencem ao arquipélago de mesmo nome as Ilhas Geórgias do Sul (3.755 Km²) e as Sandwich do Sul (300 Km²). A distância dos três principais grupos de Ilhas - Malvinas / Falklands, Geórgias del Sul / South Georgias e Sandwich del Sul / South Sandwiches - pertencentes ao Arquipélago das Malvinas / Falklands, em relação à Argentina e ao Reino Unido são respectivamente de: 560 km / 13.100 Km, 2.200 Km / 12.500 Km, 2.900 Km/12.600 Km (vide anexo IV)⁵.

PÉRICLES AZAMBUJA, com base em documentos da época do expansionismo marítimo português, afirma que os primeiros descobridores das Ilhas Malvinas / Falklands teriam sido os portugueses no século XVI⁶. Segundo o mesmo autor, há um reconhecimento incontroverso de que Portugal fora o primeiro a descobrir as ilhas e terras no extremo ocidente, em que se incluía um arquipélago situado a leste da Patagônia, o qual, pelas descrições de “La Lettera”, na opinião de BOUGAINVILLE, GOEBLE e outros, seriam as atuais Malvinas / Falklands⁷. Este descobrimento teria sido realizado na expedição de Dom Nuno Manuel, no reinado de D. Manuel, que integrou Vespúcio. Da mesma época da Carta de CANTINO (do século XVI) - considerada o mais antigo mapa português de que se tem notícia, revela ARMANDO CORTESÃO -, aparece o Mapa de PEDRO REINEL (hoje na Biblioteca de Munique), no qual estão descritas as costas do Brasil e da Patagônia, com um arquipélago na altura do paralelo de 53°5' de latitude sul. O referido mapa, de origem comprovadamente portuguesa subsidiou as Cartas de Marear de Magalhães em sua viagem em torno do Mundo. MAGALHÃES o teria, antes de sua viagem, subtraído dos arquivos de navegação de Portugal, o qual sigilosamente guardava os segredos do Mar⁸.

Na versão oficial da Argentina, as Ilhas Malvinas / Falklands teriam sido descobertas pelos espanhóis, embora não precisando a autoria do feito - se de Américo Vespúcio, ao serviço de Espanha ou de navegantes da expedição de Magalhães, em 1520, ou ainda do Bispo de Plasencia em 1540. Como prova, cita-se a cartografia da época: Cartas Náuticas de REINEL (1522-23), de DIEGO DE

RIBEIRO (1529), de AGNESE (1536-45) e, especialmente, o “Islario” de AFONSO DE SANTA CRUZ (1541). Nestes mapas, as ilhas recebem os nomes de “San Son”, “Sansón”, “San Antón” ou ainda de “Islas de los Patos”⁹.

No dia 24 de janeiro de 1600, o holandês Sebald Weet descobriu ou redescobriu três pequenas ilhas malvineiras, batizadas justamente com seu nome, “Sebaldinas” ou “Sebaldas”. Em 1690, o capitão inglês John Strong, com a nave “Welfare”, navegou pelo estreito de San Carlos, ao qual denominou de “Falkland Sound”, em homenagem ao tesoureiro britânico que patrocinou sua viagem - Lord Falkland. Logo, esse nome seria estendido pelo britânicos a todo o Arquipélago. No tocante a esses dois fatos, ambas as versões históricas oficiais, da Argentina e do Reino Unido, são concordantes¹⁰.

Em 1698, as Ilhas Malvinas foram visitadas por pescadores franceses, especialmente do porto mediterrâneo de Saint Maló, que, por essa razão, serviu de inspiração de nome para as ilhas, as quais foram denominadas “Malouines”¹¹.

O primeiro ocupante efetivo do arquipélago foi o francês Luís Antônio de Bougainville, que zarpou de Saint Maló e chegou às Malvinas / Falklands em 1764. Funda na ilha de Soledad, o pequeno povoado de “Port de Saint Louis”. Um ano depois, o Comodoro inglês Byron explorou a ilha Trinidad (Saunders, para os ingleses), e em janeiro de 1766, estabeleceram um porto, o qual chamaram de “Egmont”¹².

A Espanha, inteirada da “*primeira usurpacion de su derecho sobre las islas*”, reclamou ante a França, que reconheceu a soberania da Coroa espanhola tanto em virtude do descobrimento, como pelas cláusulas do Tratado de Tordesilhas (1494)¹³. Em 2 de abril de 1767, os franceses evacuaram “Port de Saint Louis”. Enquanto os britânicos de “Port Egmont” foram desalojados por Francisco de Paula Bucarelli. Contudo, devido a sua inferioridade militar frente ao Reino Unido, a Espanha teve de devolver “Port Egmont”, “*pero dejando a salvo sus derechos de*

soberania sobre las islas y contando con una promesa secreta de evacuación británica”, que se materializou em 22 de maio de 1764.

Após a evacuação de “Port Egmont”, a Espanha ocupou as ilhas até 1810. Quando Buenos Aires, sede do governo de Vice-Reino do Prata, rompeu seus vínculos com a Espanha, assumiu o controle efetivo de todos os territórios. A poucas semanas do pronunciamento da independência, em 25 de maio de 1810, o primeiro governo argentino, encabeçado pelo Brigadeiro Cornelio Saavedra, já tomava sua primeira resolução sobre as Ilhas Malvinas¹⁴.

A época espanhola durou 44 anos (1767-1811), período em que sucederam ininterruptamente vinte governadores, alguns com dois ou três mandatos¹⁵.

As ilhas, que pertenciam à Espanha, passaram a pertencer, “*por derecho de sucession*”, às Províncias Unidas do Rio do Prata, denominação inicial da República Argentina¹⁶. Esta, afirmando “*sus derechos*”, tomou oficialmente posse das referidas ilhas, em 06 de novembro de 1820, quando o Coronel da Marinha David Jewett, comandante da nave “Heroína”, içou a Bandeira Nacional da Argentina nas ruínas de “Puerto Soledad”(ex- “Port Saint Louis”)¹⁷. Para tanto, a fragata tinha prerrogativas de “navio do Estado argentino”. A ocupação das Ilhas Malvinas foi pacífica, e precedida de uma comunicação de Jewett dirigida aos pescadores ingleses e norte-americanos que usufruíam das ilhas. David Jewett permaneceu no comando da fragata “Heroína”, nas ilhas, até janeiro de 1821, quando foi substituído por Guilherme Mason, que, por sua vez, ficou até maio de 1821. Apenas, em 1824, é nomeado Comandante Militar Plabo Areguati (Capitão das Milícias de Entre Rios), que exerceu o seu cargo por três meses. No ano de 1829, é nomeado Governador, Luis Vernet, que exerceu o cargo até 1832¹⁸.

De acordo com a versão oficial argentina, durante todo o período de “*ejercicio pleno de su soberania*”, nenhum país opôs reclamo à Argentina por causa das Ilhas Malvinas. Por suposição, tampouco o Reino Unido - que em 1823 havia

firmado reconhecer oficialmente a independência argentina e em 1825 firmado com o Governo de Buenos Aires um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação¹⁹.

No dia 2 de janeiro de 1833, entrou na baía de “Porto Soledad” a Corveta britânica “Clio”, capitaneada por John Onslow. No momento, encontrava-se no cargo do governo insular o Comandante argentino José Maria Pinedo, que rechaçou o *ultimatum* de evacuação feito pelos britânicos. Entretanto, a considerável superioridade das forças britânicas fez com que no dia 6 de janeiro de 1833 abandonasse o Governador argentino o arquipélago, rumo a Buenos Aires, enquanto os britânicos se apropriavam do território e expulsavam a população argentina local²⁰.

Da sua parte, o Governo argentino de então não estava em condições militares de afrontar pelas armas a maior potência marítima da época. Informado por José Maria Pinedo, o Governo de Buenos Aires, sob a presidência Juan Ramón Balacarce, protestou imediatamente junto ao encarregado dos negócios britânicos, Philip Gore. Concomitantemente, em 17 de junho de 1833, o representante argentino em Londres, Manuel Moreno, apresentava ao “Foreign Office” protestos. As reclamações argentinas se sucederam em dezembro de 1834, em abril de 1835, em fevereiro de 1842 e assim sucessivamente, já que a Argentina nunca deixou de reivindicar os seus direitos de soberania sobre as Malvinas / Falklands²¹.

O Reino Unido apresenta, de modo geral, uma versão diversa e conflitante com a da Argentina. Reconheceu a existência de especulações no sentido de que navegantes de vários países, incluindo o Capitão John Davis em 1592 e Sir John Hawkins em 1594, ambos britânicos, teriam avistado pela primeira vez as ilhas Falklands. O Governo britânico afirma que a descoberta realizada pelo marinheiro holandês Sebald van Weert, em 1600, foi autêntica²².

Tanto as pretensões britânicas quanto as espanholas (e, depois, argentinas), segundo o Reino Unido, se baseiam em provas imprecisas. Contudo, segundo o Governo britânico, o primeiro desembarque conhecido teria sido efetuado

pelo Capitão John Strong, em 1690, que deu às ilhas o seu nome britânico em honra do Visconde Falkland, que era então o tesoureiro da Marinha de Guerra²³.

Ademais, o governo britânico registra a presença de Bougainville na Falkland Oriental, no ano de 1764, quando lá estabeleceu uma pequena colônia francesa, “Port Saint Louis”. Três anos mais tarde, a colônia foi entregue à Espanha em troca do pagamento de £ 24.000²⁴. Os espanhóis a rebatizaram de Puerto de la Soledad. Enquanto isso, um Capitão britânico, John Byron, tinha feito um reconhecimento ao longo da costa da Falkland Ocidental em 1765 e constatado o bom ancoradouro na Ilha Saunders, o qual denominou de “Port Egmont”. No ano seguinte, o Capitão McBride, subalterno de Byron, estabeleceu uma colônia de aproximadamente 100 pessoas em “Port Egmont”. Em 1770, uma força espanhola obrigou os colonos britânicos a partirem. Devido a este fato a Espanha e o Reino Unido ficaram a beira da guerra, mas em 1771, após negociações prolongadas, os espanhóis devolveram “Port Egmont” ao Reino Unido, o qual restabeleceu a colônia mas retirou-a em 1774 por razões de ordem financeira²⁵. Contudo, a reivindicação britânica da soberania foi mantida e, segundo costume da época, uma placa de chumbo foi deixada, declarando que as Ilhas Falklands eram “direito de propriedade exclusivos” do Rei Jorge III²⁶. A colônia espanhola na Falkland Oriental foi retirada em 1811.

Deu-se em novembro de 1820, a proclamação formal da posse das ilhas pelo Coronel David Jewett, em nome do Governo de Buenos Aires; mas, em pouco tempo, o mesmo regressa à Argentina. Não houve atos de ocupação a seguir à visita de Jewett e as ilhas permaneceram sem governo de fato. Subseqüentemente ocorreram tentativas para colonizar as ilhas, entre 1826 e 1833, patrocinadas por Buenos Aires, mas sem sucesso efetivo²⁷.

A 10 de junho de 1829, o Governo de Buenos Aires promulgou um decreto declarando seus direitos supostamente herdados do Vice-Reinado do Rio da Prata, então colônia espanhola. Devido a este ato, o Governo britânico protestou que

os termos do decreto infringiram a soberania britânica sobre as Ilhas Falklands a que o Reino Unido nunca havia renunciado²⁸.

Em janeiro de 1833, de acordo ainda com a versão oficial do Reino Unido, um navio de guerra britânico, HMS Clio, comandado pelo capitão Onslow, que tinha ocupado “Port Egmont” na Falkland Ocidental desabitada no mês anterior, visitou a colônia da Falkland Oriental e expulsou o comandante José Pinedo, sem utilização da força e com os protestos deste. A ocupação das ilhas foi então restabelecida. A princípio, as ilhas foram colocadas sob o comando de um oficial naval, mas em 1841 um Vice-governador civil foi nomeado, em 1843 uma lei do parlamento britânico deu caráter permanente à administração civil²⁹. Em 1845, o título de Vice-governador passou a ser Governador e os primeiros Conselhos Executivos e Legislativo³⁰.

Um dos argumentos fundamentais que o Governo de Londres tem-se utilizado para defender sua soberania é de que as Ilhas Falklands têm sido ocupadas contínua, pacífica e efetivamente pelo Reino Unido desde 1833³¹.

Além das razões históricas, a Argentina também invoca as de natureza geográfica e de direito internacional. As primeiras repousam no fato de haver uma proximidade em relação ao país platino que dista deste em 352 Km contra cerca de 12.000 Km em relação ao Reino Unido³². No tocante ao Direito Internacional Público, desde o Tratado de Tordesilhas e por tratados sucessivos até Nootka - Sound (1790), as ilhas sempre teriam sido espanholas e a Argentina as herdou, ocupou e exerceu sobre elas sua soberania³³.

A partir da década de 1960, o problema das Malvinas / Falklands despertou a atenção internacional, da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Movimento de Países Não-Alinhados. A época se tornou propícia para a diplomacia argentina, por causa da crescente emancipação política de ex-colônias da Ásia e da África. Ao subscrever a

Carta das Nações Unidas em 1945, a Argentina associara a questão das ilhas com o tema do colonialismo, ao interpretar aquele documento como um instrumento para achar uma solução justa aos problemas da comunidade internacional, especialmente os derivados da existência do sistema colonial³⁴.

Em 14 de dezembro de 1960, as Nações Unidas aprovaram a resolução 1514, a qual estabeleceu que toda a intenção de destruir total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país será incompatível com os princípios e propósitos da Carta do Órgão. Além disso, incentivou o processo de descolonização, a fim de evitar graves crises internacionais. Como consequência principal, foi criado o Comitê de Descolonização, que incluiu as Ilhas Malvinas / Falklands na lista dos territórios a descolonizar³⁵. Esse resultado representou a primeira grande vitória da diplomacia argentina.

No ano de 1965, a Assembléia Geral aprovou, contra a vontade do Reino Unido, a Resolução nº 2.065 que reconheceu o litígio anglo-argentino sobre as Ilhas Malvinas / Falklands e convidou os Governos litigantes a prosseguirem sem demora as negociações recomendadas pelo Comitê de Descolonização. Na mesma Resolução, recomendou-se que os interesses da população das Ilhas Malvinas / Falklands fossem considerados. Isto significou uma meia-vitória da diplomacia britânica, pois este ponto é invocado por ela com o fim de evitar que as ilhas passassem ao controle soberano da Argentina³⁶.

Até o final dos anos 60, a Assembléia Geral instou a Argentina e o Reino Unido a continuarem os seus esforços para alcançar, o mais breve possível, uma solução definitiva para a disputa.

Como consequência da pressão da ONU, no final dos anos 60, objetivando ambas as partes alcançarem uma solução definitiva para o problema das Ilhas Malvinas / Falklands, o Reino Unido - sem ceder na questão da soberania - iniciou conversações bilaterais com a Argentina. Essas negociações visavam

estabelecer algumas formas concretas de cooperação entre as ilhas e o país platino. Na década de 70, foram obtidos acordos alusivos às comunicações aéreas e marítimas, serviços postais, recursos educacionais e médicos para os ilhéus, incluindo medidas aduaneiras³⁷.

No dia 14 de dezembro de 1973, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 3.160 que tratou da disputa britânico-argentina pelas Ilhas Malvinas / Falklands. Por esta resolução, o órgão da ONU, recordando as Resoluções 1.514 e 2.065, se declarou preocupado pelo fato de ter transcorrido período de oito anos sem se constatar progressos substanciais nas negociações. Devem ser destacados pelo menos dois aspectos importantes da referida Resolução, na qual a Assembléia reconheceu: (1) os esforços constantes realizados pelo Governo de Buenos Aires para agilizar o processo de descolonização e promover o bem-estar dos ilhéus (“Kelpers”); e (2) com o objetivo de por fim à situação colonial, declarou a necessidade de que se acelerassem as negociações³⁸.

Em 1974, o Reino Unido e a Argentina firmaram acordos para facilitar o intercâmbio comercial e o transporte de produtos entre as ilhas e o país platino, e, também, para permitir que a “Yacimientos Petrolíferos Fiscales” (YPF) (empresa estatal argentina) abastecesse as ilhas com produtos petrolíferos³⁹.

No ano de 1975, o Movimento dos Países Não-Alinhados, por ocasião da sua V Conferência Ministerial, em Lima, adotou uma firme posição de apoio a “justa” reclamação da Argentina e apelaram ao Reino Unido a prosseguir ativamente as negociações patrocinadas pela ONU, com o fim de se restituir o território em litígio à soberania argentina.

Em razão de interesses geopolíticos e geoeconômicos do Império, o Reino Unido designou Lord Shackleton (filho do famoso explorador polar sepultado na Geórgia do Sul) para apurar as verdadeiras potencialidades da bacia petrolífera das Malvinas e os recursos econômicos da região envolta do arquipélago. Um ano e meio

depois, em junho de 1976, Lord Shackleton apresentou o Informe da Comissão, de que fora chefe, ao secretário do Foreign Office e à Comunidade Britânica. Nesse relatório, o nobre britânico reconheceu a existência de uma diversidade de recursos naturais na área pesquisada, onde preponderavam o petróleo, a caça e a pesca marinhas, as algas marrons (“Kelp”) - produtoras de alginatos e de múltiplas aplicações industriais - e outras matérias-primas mineralógicas. Contudo, a verdadeira potencialidade das bacias petrolíferas das Malvinas / Falklands e da zona de Magalhães permanece como segredo de Estado⁴⁰. Para o geopolítico brasileiro PERÍCLES AZAMBUJA, a real potencialidade de petróleo nesta região do Atlântico Sul equivaleria a um volume de petróleo seis vezes maior do que o estimado para o Mar do Norte. No “Informe Shackleton”, haveria recomendações que mencionavam a necessidade de uma ampla cooperação com o continente em termos de transporte, comunicações e economia⁴¹.

A presença da Comissão Shackleton na área de litígio causou, desde o início, como era esperado, fortes protestos por parte de Buenos Aires. A diplomacia argentina obteve do Comitê Jurídico Interamericano, em 1976, uma declaração que lhe foi favorável. Nesta reconheceu que “*contituyem amenaza a la paz y la seguridad del continente*”, o envio de navios da missão Shackleton ao sul do Atlântico⁴².

O movimento dos Não-Alinhados, na V Conferência de Chefes de Estado ou de Governo, reunida em Colombo, no Sri Lanka, de agosto de 1976, apoiou novamente a reivindicação argentina. Em um documento do encontro, declarou: “A Conferência demanda a restauração da soberania da Argentina sobre as Malvinas, que é legítimo dono desse território⁴³”. De 1977 a 1981, em todas as Conferências de Chefes de Estado e de Governo e nas Reuniões Ministeriais, o Movimento dos Países Não-Alinhados deu apoio ininterrupto à Argentina.

Para o Reino Unido, em qualquer acordo envolvendo a questão da soberania das Malvinas / Falklands deveria ser consultada a opinião dos ilhéus e a aprovação por parte destes.

Pela primeira vez na história das relações anglo-americanas, foram estabelecidas, no decorrer do ano de 1977, negociações acerca da soberania das Malvinas / Falklands, envolvendo as três partes diretamente envolvidas - os Governos de Buenos Aires e de Londres e os “Kelpers”(ilhéus). Diante das intensas pressões diplomáticas da ONU, OEA e do Movimento dos Não-Alinhados, o Governo britânico resolveu promover amplo debate entre as partes visando estabelecer uma nova estrutura para a cooperação econômica e política com a Argentina - cujo temário abordaria, entre outros itens, a soberania e formas de cooperação nas Ilhas Malvinas / Falklands, Ilhas Geórgias del Sur / South Georgias e Sandwich del Sur / South Sandwiches, e o sudoeste do Atlântico sul em geral.

Entretanto, quando os ilhéus tiveram oportunidade de se expressar a respeito da soberania das Ilhas, no mesmo ano, afirmaram o seu firme desejo de permanecer sob jurisdição do Reino Unido. Na época, contando as ilhas com uma população local de 1.950 habitantes, os ilhéus, por meio dos seus representantes legítimos, manifestaram a sua recusa em passar as ilhas para a soberania argentina em duas ocasiões: num encontro dos seus representantes, em Londres, com o sub-secretário do “Foreign Office” para Assuntos de América Latina e da Commonwealth, Ted Rowlands, e noutro encontro, com o mesmo diplomata, no Consulado britânico no Rio de Janeiro⁴⁴.

A manifestação de vontade dos ilhéus favorável à continuação da soberania britânica sobre as ilhas, junto com outros impasses, implicaram o fracasso das negociações de 1977.

Contudo, novas discussões tiveram lugar entre a Argentina e o Reino Unido no período de 1978-1980. O Governo de Londres consultou os “kelpers” sobre possíveis bases para se alcançar um acordo negociado, incluindo o congelamento da disputa por um período no qual se desenvolvessem a economia das ilhas ou então a troca do título de soberania pelo arrendamento de longo prazo das ilhas pelo Governo

britânico. Ao mesmo tempo, o Reino Unido enfatizou que qualquer solução teria de preservar a administração, legislação e modo de vida britânicos para os ilhéus e de acordo com a vontade do parlamento britânico⁴⁵. Em julho de 1979, o então Vice-Ministro britânico do Foreign Office, Sir Nicholas Ridley, visita as Malvinas / Falklands. Em dezembro de 1980, num discurso da Câmara dos Comuns, Sir Nicholas Ridley evocou a possibilidade de congelar a questão da soberania por um período de tempo não definido ou a transferência das ilhas à Argentina via arrendamento de longo prazo numa solução “estilo Hong Kong”⁴⁶.

O Conselho Legislativo das Ilhas Malvinas / Falklands concordou, em janeiro de 1981, que o Governo britânico deveria manter novas negociações com a Argentina para alcançar um acordo que congelasse a disputa sobre a soberania por um período determinado⁴⁷.

As negociações sofreram um retrocesso quando a Argentina manifestou que um congelamento da disputa era inaceitável e em janeiro de 1982 informou ao Reino Unido que jamais abandonaria a sua reivindicação. Buenos Aires propôs a formação de uma comissão permanente que se reuniria mensalmente, durante o prazo de um ano, para negociar a questão das ilhas; por seu turno o Reino Unido reiterou sua soberania sobre as ilhas e se disse disposto a continuar com as conversações no final de fevereiro de 1982.

O desembarque de trabalhadores argentinos, no dia 19 de março de 1982, em território da Geórgia do Sul, que o Governo britânico considera como seu, sem prévia autorização das autoridades britânicas, afetou negativamente as negociações, ainda tendo-se em vista que a Argentina, logo após o incidente, ter reiterado sua reivindicação sobre o arquipélago das Geórgias do Sul. Por fim, a Argentina anunciou, em 1º de abril de 1982, que a via diplomática, como um meio para solucionar o litígio, estava fechada. No dia 2 de abril de 1982, a Argentina invadiu e ocupou militarmente as Ilhas Malvinas / Falklands e no dia seguinte tropas

argentinas desembarcaram nas Geórgias do Sul e em Thule do Sul, nas Ilhas Sandwich do Sul⁴⁸.

O episódio da invasão das Ilhas Malvinas / Falklands não foi resultado de uma decisão momentânea, mas obedecia a um plano secreto da Junta Militar Argentina.

A Argentina, diante das tensas negociações envolvendo a questão das ilhas, já ameaçara, sete anos antes, de retomá-las pela força militar. Em abril de 1975, numa época em que vinha enfrentando atritos diplomáticos com o Chile (por causa do Canal de Beagle), o Ministro do Exterior argentino de então, Alberto Juan Vignes, tinha declarado que, se o Reino Unido não estivesse preparado para negociar, *“la única otra opción abierta al Gobierno argentino era el recurso a la fuerza”*. A resposta de Callaghan, Secretário do Foreign Office, transmitida ao governo argentino, era que o Reino Unido defenderia as Ilhas Malvinas / Falklands; sendo que qualquer ataque militar precipitaria o conflito⁴⁹. Ainda não seria este o momento julgado oportuno pela Argentina para atacar.

Constituíam um velho sonho argentino a recuperação das Ilhas, por eles denominadas de “Malvinas”, sendo ensinado desde a escola primária que as mesmas teriam sido “usurpadas” pelos britânicos em 1833⁵⁰.

O plano argentino de invasão das Ilhas Malvinas / Falklands surgira em 1977, quando o então Ministro da Marinha da Argentina, Almirante Emílio Eduardo Massera, entregou à Junta Militar uma solicitação de que fosse adotada uma estratégia de recuperação das ilhas através do uso da força militar⁵¹. Uma vez aprovada a idéia, o Almirante Massera comissionara o Almirante Jorge Isaac Anaya, Comandante da Frota do mar, para que elaborasse um plano de ocupação militar do arquipélago⁵². Mais adiante, a missão foi transpassada para o Almirante Juan José Lombardo, responsável pelas Operações da Armada e subordinado direto de Anaya, para planejar a operação, o qual assim procedeu, dentro do maior sigilo, assessorado

pelos chefes da Aviação Naval, Carlos Garcia Boll, da Frota, Gualter e Carlos Busser, da Infantaria Naval. O grau de extremo sigilo fez com que o Almirante Anaya, procedendo em violação aberta à cadeia de mandos, entregasse o plano ao Ministro da Marinha sem notificar de sua existência ao Chefe do Estado Maior Naval, vice-almirante Antônio Vañek⁵³.

As condições propícias para se colocar o referido plano em prática vieram a acontecer durante o ano de 1981. Por razões de ordem financeira, o Governo britânico (sob a chefia da Primeira-Ministra Margaret Thatcher) decidiu retirar em junho daquele ano o HMS “Endurance”, único navio-patrolha permanente estacionado no Atlântico Sul. A Junta Militar argentina deve ter interpretado a retirada do navio, na opinião de ROBERTO CAMPOS, então Embaixador do Brasil em Londres, como uma mudança política e evidente desinteresse no destino das ilhas longínquas. Na ocasião, o Dr. David Owen, líder do Partido Social Democrata no Parlamento Britânico, alertou o Foreign Office para o perigo que poderia ocorrer resultante desta decisão⁵⁴.

Outro fator favorável à implementação do plano secreto foi o projeto de ascensão ao poder do General Leopoldo Fortunato Galtieri, na qualidade de Presidente da República Argentina, em 21 de dezembro de 1981. É de se destacar que, como preparativo para tomar o poder, Galtieri fez uma peregrinação a Washington, onde teria causado boa impressão nos altos círculos da Administração do Presidente Ronald Reagan. Na ocasião, mencionara uma possível cooperação hemisférica, tendo como base a idéia de um Tratado de Organização do Atlântico Sul (OTAS), para manter a União Soviética afastada da região; assim, criando um elo militar de ligação entre os países latino-americanos pró-Occidente e os Estados Unidos e, talvez, a África do Sul⁵⁵.

Quando uma crise militar redundou no afastamento da presidência do General reformado Roberto Viola, o General Galtieri, com o apoio decisivo do Comandante-em-Chefe da Marinha, o Almirante Jorge Anaya, toma posse do cargo

vacante. A Junta Militar, que continuava a governar o país, ficou constituída de cinco membros, representados por quatro militares: O Presidente da República e Comandante-Chefe do Exército, representado pelo próprio General Galtieri; Comandante-em-Chefe da Marinha, o Almirante Anaya; Comandante-em-Chefe da Força Aérea, Tenente-Brigadeiro Basilio Lami Dozo e o Chefe do Estado-Maior Conjunto, Suarez del Cerro⁵⁶.

O novo governo deparava-se com uma conjuntura externa favorável à projeção da Argentina como nação de prestígio de médio porte, depois de um período de indiferença no Ocidente, devido à política de direitos humanos do presidente Jimmy Carter, as relações com Washington melhoraram consideravelmente com a chegada da Administração Reagan. Objetivava-se desenvolver estreita colaboração com os Estados Unidos no campo político-estratégico e, em segundo lugar, com a Europa Ocidental, embora neste caso se privilegiasse os temas financeiro, comercial e tecnológico⁵⁷. A inserção da Argentina no sistema estratégico ocidental apoiava-se na sua participação ativa no sistema de segurança norte-americano para a América Latina - no combate à guerrilha marxista da América Central e na possível criação da Organização do Tratado da Organização do Atlântico Sul (OTAS).

Segundo CARLOS MONETA, a Junta Militar ainda necessitava explorar uma “causa nacional para obter apoio e legitimação política interna para o regime”⁵⁸. Deve ser salientado que as influências internas do Estado Nacional revelam-se importantes na formulação e implementação da política externa. No caso argentino, podemos citar como fatores internos determinantes para a Junta Militar do General Galtieri aventurar-se na invasão do Arquipélago das Malvinas / Falklands: (1) a questão do Canal de Beagle encontrava-se submetida à decisão arbitral do Papa João Paulo II, depois da recusa argentina de aceitar o laudo arbitral favorável ao Chile, apresentado no veredito de juizes do Tribunal Internacional de Justiça, em 1977; (2) a rápida deterioração do quadro político-econômico interno, sobretudo a partir do fracasso do plano de recuperação econômica implementado pelo Ministro da Fazenda argentino, Martinez Hoz; (3) as constantes divisões e querelas no seio da

Junta Militar, que ameaçavam o poder do Presidente-General Galtieri (acerca desse fato, o secretário Alexander Haig teria afirmado que os oficiais dirigentes representavam uma “seita de bandidos” em permanentes agressões mútuas)⁵⁹. Uma causa que despertaria sensivelmente o orgulho nacional - acima de qualquer partido ou ideologia - era precisamente a recuperação do Arquipélago das “Malvinas”.

O Plano Secreto utilizado pela Junta Militar, com o fim de recuperar as Ilhas Malvinas / Falklands, era constituído de três etapas. A primeira etapa - conhecida como “Operação Thule”- significaria a continuidade da presença física da Argentina nas Ilhas Sandwich do Sul (sob a jurisdição do Governador das Malvinas / Falklands, Sir Rex Hunt), através de uma base científica já instalada encobrendo espionagem militar. A segunda etapa - “Operação Alpha” - tendo como cenário estratégico as Geórgias do Sul, utilizado como trampolim para a invasão do arquipélago, através da instalação de um destacamento militar nas ilhas Sandwich do Sul. A terceira e última etapa, denominada “Operação Azul”, era a invasão e ocupação militar de Port Stanley, capital do arquipélago⁶⁰.

A primeira operação encontrava-se sob controle. As origens dessa operação remontam a dezembro de 1976, quando fora efetuado o desembarque argentino na ilha de Thule, no arquipélago das Sandwich do Sul, gerando protestos do “Foreign Office”, sem maiores consequências⁶¹. Houvera então um interesse recíproco das chancelarias de ambos os países para que o assunto não se tornasse público, e fosse tratado em negociações bilaterais. Contudo, o Serviço Secreto Britânico pôde detectar a possibilidade de que o desembarque em Thule fora um prólogo de uma ação sobre as Malvinas / Falklands⁶².

Em prosseguimento, colocou-se em prática a “Operação Alpha”. Constantino Davidoff, empresário argentino do setor de sucatas, empreendeu (com respaldo num contrato firmado com a empresa Christian Salvensen, em 1979) o desembarque, em 19 de março de 1982, de um grupo de trabalhadores argentinos, em Leigh, a fim de desmontarem uma velha estação baleeira. Tão logo chegou à ilha, o

grupo de Davidoff, transportado no navio da Armada argentina ARA “Bahia Buen Suceso”, e em desrespeito a exigências aduaneiras britânicas, instalou-se em Leigh levantando a Bandeira Nacional da Argentina e cantando o hino pátrio⁶³. O referido ato gerou protestos britânicos na ONU.

Quando, por fim, são invadidas as ilhas Malvinas / Falklands, em 2 de abril de 1982, ocorreu grave crise política no Reino Unido. As ilhas estavam abandonadas e necessitadas de ajuda por parte da Metrópole. Os debates nacionais surgidos estavam centrados em como o Governo da Primeira-Ministra Thatcher não estava a par de uma possível invasão argentina que acabara de se concretizar. No dia 26 de março de 1982, o representante dos serviços secretos britânicos em Buenos Aires tinha conhecimento de uma intensa movimentação na bases navais argentinas⁶⁴. O seu relatório foi enviado com urgência da Embaixada britânica ao “Foreign Office”, o qual teria interpretado as informações nele contidas como “ultrapassando largamente as proporções”⁶⁵. Lord Carrington, então Secretário do “Foreign Office”, tendo assumido a responsabilidade pela falta de previsão para o ocorrido (o Ministério do Exterior britânico naquele momento estava ocupado com temas considerados prioritários: Oriente Médio, Polônia e Comunidade Econômica Européia), demitiu-se. Na reunião entre os expoentes do Governo e os membros da Câmara dos Comuns, a Primeira-Ministra britânica e o Secretário do Exterior, foram severamente criticados; porém, no final do encontro, os conservadores, os sociais-democratas e a maior parte da bancada do Partido Trabalhista foram concordantes de que deveria haver uma reação britânica à invasão argentina⁶⁶. O episódio das Malvinas / Falklands foi considerado a maior humilhação militar e diplomática do Reino Unido desde o caso Suez, em 1956, quando fora obrigado a se retirar militarmente do Egito.

Na Argentina, a consequência imediata foi diferente da ocorrida no Reino Unido. Quando, no dia 30 de março de 1982, uma passeata organizada por peronistas, em protesto contra a política econômica e pedindo liberdade político-partidária, já se aproximava da Plaza de Mayo, em Buenos Aires, o regime agiu energicamente, prendendo 2.000 pessoas. Três dias depois, no mesmo local, uma

multidão de 5.000 pessoas manifestava o seu apoio ao Governo pela retomada das “Malvinas”; ao mesmo tempo, o Presidente Galtieri anunciava a libertação dos manifestantes que haviam sido presos 72 horas antes⁶⁷.

Depois de rompidas as relações diplomáticas com a Argentina - passando a Suíça a representar os interesses britânicos em Buenos Aires -, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher anunciou, no dia 3 de abril de 1982, a constituição de uma força Tarefa para recuperar as Ilhas Malvinas / Falklands. Se, por um lado, a Primeira-Ministra Britânica se sentiu surpresa com a atitude de Buenos Aires; por outro a Junta Militar, dirigida pelo General Galtieri, que havia subestimado completamente a reação britânica, seria desiludida pela mesma⁶⁸.

Quanto ao erro de cálculo da Junta argentina em prever a reação britânica, há duas versões. A primeira segundo o livro de memórias do Deputado trabalhista Tom Dalyel, é que o ex-Diretor da Cia, Vermon Walters, esteve em Buenos Aires, entre outubro de 1981 e fevereiro de 1982, para discutir sobre o estabelecimento da OTAS e sobre as vantagens de uma ilha-base - a de “Diego Garcia” - para a nova organização. Perguntados pelos oficiais argentinos sobre o que o Reino Unido faria se a Argentina retomassem o arquipélago das Malvinas / Falklands, os funcionários americanos supostamente teriam respondido que o Reino Unido ficaria apenas nos protestos diplomáticos⁶⁹. Outra versão, mais realista, é de que os próprios estrategistas militares cometeram grave erro de previsão, ao ter avaliado que não era de se esperar uma reação militar da parte do Reino Unido e, na hipótese disso ocorrer, esperava-se que ela fosse extremamente moderada e destinada antes a reforçar a estratégia de negociação de Londres⁷⁰.

O episódio das Malvinas / Falklands pode ser sintetizado, nas palavras de Hugo Young, biógrafo autorizado de Margart Thatcher, da seguinte forma:

“Precipted by Argentina’s aggression, it was provoked by British negligence”
(“Preciptado pela agressão da Argentina, a guerra foi provocada pela negligência britânica”)⁷¹.

NOTAS

- ¹ AZAMBUJA, Péricles. *Falkland ou Malvinas: o Arquipélago Contestado*. Caxias do Sul, E. PUCS, 1988, pp. 24-25. Ver BURNS, Edward McNall. "História da Civilização Ocidental" vol. 2, 29ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1986, pp. 414-421.
- ² VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, S. D., p. 13.
- ³ AZAMBUJA, Péricles. op. cit. p. 35.
- ⁴ Cf. REINO UNIDO. Central Office of Informática. *As Ilhas Falklands e as Ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul*. 1988 p. 2. ARGENTINA. Secretaria de Información Pública de la Presidencia de la Nación. *Islas Malvinas Argentinas*. Buenos Aires, 13 de abril de 1982, p. 3.
- ⁵ AZAMBUJA, Péricles. op. cit. p. 9, DESTEFANI, Laurio H. *Malvinas, Geórgias y Sandwich del Sur ante el Conflicto con Gran Bretaña*. Buenos Aires, Ed. Ipress, 1982 p. 111 e *As Ilhas Falklands e as Geórgias do Sul e Sandwich do Sul*. p. 12.
- ⁶ AZAMBUJA, Péricles. op. cit., pp. 29-33.
- ⁷ Id., *ibid.*, p. 29.
- ⁸ Id., *ibid.*, p. 31
- ⁹ *Islas Malvinas Argentinas*. p. 3.
- ¹⁰ *As Ilhas Falklands*, p. 2.
- ¹¹ "Islas Malvinas Argentinas". p. 3.
- ¹² Idem.
- ¹³ Idem.
- ¹⁴ Idem.
- ¹⁵ Id., *ibid.*, p. 6.
- ¹⁶ Idem.
- ¹⁷ Idem.
- ¹⁸ Idem.
- ¹⁹ Idem.
- ²⁰ Idem.
- ²¹ Idem.
- ²² *As Ilhas Falklands*, p.2.
- ²³ Idem.
- ²⁴ Idem.
- ²⁵ Idem.
- ²⁶ Idem.
- ²⁷ Idem.
- ²⁸ Id., *ibid.*, p. 6.
- ²⁹ Idem.
- ³⁰ Idem
- ³¹ Id., *ibid.*, p. 1.
- ³² DESTEFANI, Laurio H. op. cit., p. 5.
- ³³ Id. *ibid.*, p. 6.
- ³⁴ ARGENTINA. Camara Argentina de la Construcción. *Islas Malvinas*. p.11.
- ³⁵ *Islas Malvinas Argentinas*. p. 10.
- ³⁶ *As Ilhas Falklands*. p. 11.
- ³⁷ REINO UNIDO. Central Office of Information. *A Grã-Bretanha e a América Latina*. 1989, p.30.
- ³⁸ *Islas Malvinas*. p. 12.
- ³⁹ *A Grã-Bretanha e a América Latina*. p. 30
- ⁴⁰ AZAMBUJA, Péricles. op. cit. p. 137.
- ⁴¹ Idem. Em abril de 1977, o presidente Jimmy Carter citou um relatório-pesquisa da CIA, agência de inteligência norte-americana, revelando a grande potencialidade de petróleo na plataforma das Ilhas Malvinas / Falklands ("O Globo", 14/12/1977).
- ⁴² *Islas Malvinas*. p.12.
- ⁴³ "As Ilhas Falklands". p. 11.
- ⁴⁴ "O Globo", 14/12/77 e "Jornal do Brasil", 19/12/77. ROBERTO CAMPOS afirma, ironicamente, que "os 'falklands' não eram, na realidade, um caso de autodeterminação e sim de autocolonização, pois desejavam permanecer no status de cidadãos britânicos de segundo categoria" (in *A Lanterna na Popa*, p. 1004).
- ⁴⁵ "A Grã-Bretanha e a América Latina". p. 30.
- ⁴⁶ "Estado de São Paulo", 6/1/80.

- ⁴⁷ “A Grã-Bretanha e a América Latina”. p. 30-31.
- ⁴⁸ Idem.
- ⁴⁹ CAMPOS, Roberto, op. cit. p. 1000.
- ⁵⁰ *Islas Malvinas Argentinas*, p. 10.
- ⁵¹ AZAMBUJA, Péricles. op. cit., p. 165.
- ⁵² Idem.
- ⁵³ CARDOSO, Oscar Raúl et alli. *Malvinas - La Trama Secreta*. Buenos Aires, Grupo Editorial Planeta, 1992, p. 21. DOBSON Christopher et alli. *Malvinas contra Falklands*. Lisboa, Europress Editora, 1982, p. 20.
- ⁵⁴ Ver CAMPOS, Roberto. op. cit. p. 1000
- ⁵⁵ DUARTE, Paulo de Queiroz. *O Conflito das Malvinas*, vol. I, Rio de Janeiro, Ed. Bibliex, 1986, p. 55.
- ⁵⁶ Idem.
- ⁵⁷ Idem.
- ⁵⁸ MONETA, Carlos J. *O Conflito das Malvinas: Análise do Processo de Tomada de Versões do Regime Argentino*, in MUÑOZ, Herald & TULCHIN, Joseph. *A América Latina e a Política Mundial*, São Paulo, Ed. Convívio, 1986, p. 119.
- ⁵⁹ Idem.
- ⁶⁰ AZAMBUJA, Péricles. op. cit. pp. 169-171.
- ⁶¹ Idem. Ver CARDOSO, Raul Oscar et alli. op. cit. pp. 80-82.
- ⁶² DOBSON, Christopher et alli. op. cit. p. 38.
- ⁶³ Idem.
- ⁶⁴ Id. ibid. p. 21.
- ⁶⁵ Id. ibid. p. 38. *A Central Intelligence Agency* (CIA - Serviço de Inteligência Norte-Americano), o ex-Governador do Arquipélago das Malvinas / Falklands, Rex Hunt e o serviço secreto britânico haviam prevenido inutilmente o “Foreign Office” sobre a iminência da invasão militar argentina do dia 2 de abril de 1982 (Veja, 14/4/82, p. 35).
- ⁶⁶ DOBSON, Christopher et alli. op. cit. p. 25.
- ⁶⁷ “Veja”, 7/4/82, p. 32.
- ⁶⁸ Idem.
- ⁶⁹ CARDOSO, Oscar Raúl et alli. op. cit. p. 29.
- ⁷⁰ MONETA, Carlos J. op. cit. p. 122.
- ⁷¹ Young, Hugo. *One of us*. London, MacMillan, 1989, p. 258.

Capítulo II

***O Arquipélago das Malvinas/
Falklands Face aos Interesses
Estratégicos do Brasil,
Argentina e Reino Unido
sobre o Território da
Antártida***

No âmbito de seus interesses estratégicos na Antártida, o Brasil adotou uma posição de apoio calculado à Argentina face à crise das Malvinas / Falklands. De forma sutil, a Chancelaria brasileira reconhecia o direito de soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, mas não sobre o Arquipélago de mesmo nome.

De fato, por razões de natureza geopolítica - e não meramente semântica do discurso -, a política exterior brasileira subordinou o apoio prestado à Argentina aos seus interesses efetivos e potenciais em relação ao continente antártico.

O Chanceler SARAIVA GUERREIRO, afirma que “a tradição diplomática brasileira é muito cuidadosa com palavras e conceitos”¹. O usual na linguagem dos discursos e documentos oficiais da Chancelaria brasileira, é não se fazer referência alguma ao termo “Arquipélago” das Malvinas².

Ilustra esse fato o comentário acerca da posição oficial do Brasil sobre o Conflito do Atlântico Sul, feito pelo chanceler Saraiva Guerreiro, na sua exposição perante o Congresso Nacional (no dia 5 de maio de 1982), quando empregou apenas o termo “ilhas” das Malvinas.³

A guerra anglo-argentina foi travada objetivando a conquista do “Arquipélago das Malvinas / Falklands”⁴. Tanto para a Argentina quanto para o Reino Unido, o referido arquipélago reveste-se de vital importância estratégica no contexto do Atlântico Sul⁵.

O Conflito das Malvinas / Falklands, de 1982, está intrinsecamente relacionado com os interesses argentinos ou britânicos - e, também, brasileiros e chilenos - sobre a Antártida. VAMIREH CHACON afirma que o que está por trás de

toda essa discussão acerca da soberania do arquipélago, cuja disputa gerou a guerra, é o “futuro do último continente da Terra (a Antártida)”. Além desse aspecto, de acordo com o referido autor, a questão das Malvinas / Falklands, deve ser entendida também no seu amplo sentido, como “Questão Marítima em geral”⁶. METFORD, professor de Direito Internacional da Universidade de Oxford, lembra às nações latino-americanas e a outras, em geral, que:

“As ilhas Falklands detêm as chaves para os estreitos de Magalhães e Geórgia do Sul para a Antártida. Quem possuir essas chaves controlará o desenvolvimento dessa área [Antártida] pelo resto do século”⁷.

Quando a Argentina defende o seu domínio sobre as Malvinas / Falklands, sempre inclui na sua pretensão as “suas dependências”. E tais “dependências”, na opinião de seus juristas, de juristas de países neutros e também de juristas britânicos, estendem-se para as Ilhas Geórgias do Sul (San Pedro), Sandwich del Sur, Orcadas del Sur, à península de Graham e algumas outras pequenas ilhas⁸.

RENATO CORRÊA FREIRE afirma que “todas essas ilhas que a Argentina considera suas, estão na área do Tratado da Antártida, embora estejam, no momento, sob o domínio do Reino Unido”⁹. Não obstante o texto do Tratado da Antártida não fazer menção à hipótese de domínio das ilhas, o mesmo suspendeu as pretensões territoriais sobre toda a área, e por meio da cooperação internacional estavam sendo realizadas pesquisas científicas na região.

O Tratado da Antártida inibe, com efeito, a efetivação dos interesses estratégicos argentinos e britânicos sobre o Continente austral, estes tendo como base o domínio sobre o Arquipélago das Malvinas / Falklands. No tocante ao Brasil, o tratado, à luz da interpretação dos seus princípios gerais e artigos, coloca-o numa posição mais confortável, ao evitar a possibilidade de um atrito diplomático com a Argentina e o Reino Unido.

Assinado em 1º de dezembro de 1959, o Tratado da Antártida entrou em vigor em 23 de junho de 1961, quando foi depositado em Washington o último instrumento de ratificação de seu texto. São 12 os seus membros originários: Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos, Bélgica, União Soviética, Japão e África do Sul. Em relação a estes doze, como afirma RANIERI COLOMBO, “o tratado destinou o direito de definir o futuro do Continente”¹⁰.

Posteriormente, a partir de 1975, foram conquistando o *status* jurídico de membros consultivos (não-originários): Polônia, República Federal Alemã, Brasil, Índia, China, Uruguai, Itália, República Democrática da Alemanha, Coreia do Sul¹¹. Este tratado adotou como finalidade principal a regência das atividades dos seus países-membros, no continente antártico, em bases cooperativas. Em seu preâmbulo foi estabelecido que “a Antártida continue para sempre a ser utilizada exclusivamente para fins pacíficos, não se convertendo em cenário ou objeto de discórdias internacionais”¹².

Politicamente existem duas correntes básicas dentre os países com interesses diretos na Antártida: a internacionalista e a territorialista. Esta última alega que o Continente Antártico deve ser considerado como *res nullius*, ou seja, não pertence a ninguém, sendo, pois, passível de apropriação e submissão à soberania e jurisdição nacionais.

Por sua vez, os internacionalistas consideram o continente austral como *res communis*, isto é, de todos, não sendo, portanto, sujeito à apropriação e submissão a soberanias nacionais por qualquer propósito, devendo ser explorado em benefício de toda a humanidade, mediante o estabelecimento de uma administração antártica sobre base internacional¹³.

As razões invocadas para apoiar reivindicações no continente antártico, por parte dos territorialistas, são diversas, sendo as principais as de ordem histórica

(descobrimiento ou exploração), as de proximidade territorial (contiguidade, continuidade e defrontação), as de ocupação efetiva e, ainda, por razões de segurança. Pela Teoria da Contiguidade, a ocupação efetiva de parte de um território justifica a soberania do Estado ocupante sobre todas as terras sem dono que se encontrem nas vizinhanças¹⁴. Pela da Continuidade, a soberania se baseia na similitude morfológica de áreas vizinhas¹⁵. Pela tese da Defrontação, que surgiu como uma adaptação ao continente antártico da Teoria dos Setores, lançada pelo canadense Pascal Poirier (para a divisão das terras do Ártico), que seria feita por setores defrontantes, isto é, pelos meridianos que passam pelos pontos extremos dos limites territoriais dos países devassados, convergindo para o Pólo Sul¹⁶. Por esta tese ter-se-ia: a Antártida Americana (Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Equador), a Antártida Africana (África do Sul, Madagascar e Moçambique) e a Antártida Oceânica (Austrália e Nova Zelândia).

Há sete países que reivindicam áreas territoriais na Antártida: Argentina, Chile, Reino Unido, Noruega, Austrália, Nova Zelândia e França¹⁷.

As faixas territoriais antárticas da Argentina, do Reino Unido e do Chile estão situadas, respectivamente, entre: 25°0 e 74°0, 20°0 e 80°0 e 53° e 90°0. A do Brasil entre 28°0 (Ilha de Martim Vaz, como limite defrontante) e 53°0 (Arroio Chuí) seria prejudicada, na sua totalidade, pela superposição das faixas argentinas e britânicas. Contudo, não haveria nenhum conflito de interesses com a reivindicação chilena (embora esta esteja em conflito com os outros dois países).

Apesar dos conflitos de interesses, no tocante às reivindicações territoriais, Argentina, Reino Unido e Chile estabeleceram entre si níveis de cooperação diplomática no âmbito do Tratado da Antártida. Argentina e Reino Unido são aliados no combate à tese internacionalista¹⁸. Por sua vez, o Chile e a Argentina são dois grandes aliados dentro da Conferência da Antártida. De fato, o Chile é o único país do mundo que reconhece a soberania argentina sobre uma parte da Antártida (deixando de fora, obviamente, a parte que considera chilena) e a Argentina

é o único país que reconhece território antártico chileno, sem contar, é lógico, a área de litígio entre os dois países¹⁹.

Ao Brasil, que defende a tese da internacionalização, caberia, se fosse aceita a tese da Defrontação, a projeção compreendida no Mar de Weddel (na Antártida) entre os meridianos 28°0' e 53°0'. Na parte oceânica, esta projeção engloba as Ilhas Orcadas do Sul e Geórgias do Sul, e na parte continental (Antártica), as três bases estrangeiras já instaladas (em abril de 1982): Belgrado (da Argentina), Ellsworth (americana, transferida para a Argentina) e Shackleton (do Reino Unido)²⁰.

Nesse contexto dos interesses territorialistas, da Argentina e Reino Unido (e, também, do Chile), é compreensível que o Brasil tenha tomado uma posição prudente e de apoio calculado à Argentina, de tal forma que não viesse a prejudicar os seus interesses na Antártida²¹. O fato de o Brasil ter dado apoio às reivindicações de soberania sobre as “Ilhas” Malvinas (Falklands), e não sobre o “Arquipélago” de mesmo nome, implicou a “desobstrução” da sua faixa territorial na Antártida. As Ilhas Malvinas / Falklands estão situadas entre os meridianos 57°30'0" e 62°30'0"; portanto, não há interseção com os meridianos defrontantes do Brasil - entre 28°0' e 53°0' - e que, por sua vez, implica a anulação das superposições de faixas territoriais antárticas argentinas com a brasileira (Vide Anexo III). Por não considerar as Ilhas Malvinas como pertencentes ao Reino Unido, o Brasil também teria sua faixa desimpedida em relação à faixa territorial antártica do Reino Unido.

Desde 1882, o Brasil demonstra publicamente interesse pela Antártida. Naquele ano, uma corveta da Marinha do Brasil, a “Parnaíba”, comandada pelo Almirante Saldanha da Gama, chegou ao continente gelado²². Neste século, o Brasil participou do Ano Geofísico Internacional (1957-8) através de vários empreendimentos científicos, mas não havia organizado expedição à Antártida, o que acarretou-lhe a exclusão - por causa dos Estados Unidos - da Conferência que estabeleceu o Tratado da Antártida, em 1959. Em 16 de maio de 1975, ocorreu a adesão do Brasil àquele Tratado. No mês de setembro de 1983, o Brasil foi admitido

como membro consultivo²³. Este acontecimento foi sucedido por fatos importantes: a criação da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), ainda em 1983, pelo Presidente João Figueiredo; o estabelecimento da primeira estação brasileira na Antártida - Comandante Ferraz -, no verão de 1983/1984; reconhecimento do Programa Antártico Brasileiro pelo Comitê Científico de Pesquisas Antárticas, em outubro de 1984²⁴.

Por ocasião da sua adesão ao Tratado da Antártida, em 1975, o Brasil definia os pontos fundamentais da sua posição em assuntos antárticos:

- “o Brasil considera que o Tratado da Antártida constitui o único diploma legal, para o continente antártico”;

- “(...) o Brasil defende o uso da Antártida para fins exclusivamente pacíficos”;

- “O Governo brasileiro empresta a maior relevância aos trabalhos realizados [pesquisas científicas] no Continente Austral”;

- “O Brasil, em virtude de possuir a mais extensa costa marítima do Atlântico sul, costa esta, em sua maior parte devassada pelo Continente Austral, tem interesses diretos e substanciais na Antártida”;

- “(...) a propósito da significação particular da Antártida, caberia acentuar que o seu reconhecimento determinou a inclusão de parte do território antártico na zona descrita pelo artigo 4º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, sendo portanto, o Brasil co-responsável pela defesa da região”²⁵.

Esses pontos fundamentais refletiam (e refletem) algumas preocupações brasileiras. Em primeiro lugar, o desejo de evitar que países territorialistas se engajassem numa guerra em torno de territórios antárticos (o Conflito das Malvinas / Falklands de 1982 foi exemplo disso, pois dependências do Arquipélago de mesmo nome estão dentro da área do Continente Antártico). A inclusão de uma Zona de Segurança estabelecida no referido Artigo 4º do TIAR,

como parte geográfica importante do sistema de segurança do continente americano. Por fim, a obtenção do direito de efetuar pesquisas científicas *in loco*.

THEREZINHA DE CASTRO defende uma geopolítica ativa em relação à Antártida, principalmente em relação a um pedaço do território no continente antártico levando em conta a tese da defrontação. Em seguida, ressalta a valorização estratégica da Antártida nos marcos da doutrina da defesa hemisférica do TIAR. Neste aspecto, ressalta o valor do Estreito de Drake (extremo sul da América), e a Passagem do Cabo (África do Sul), que corriam o risco de serem dominados pelo “expansionismo soviético”, o qual contava com bases de apoio em Angola e Moçambique, assim como com a base de Novazacuskaya, na Antártida²⁶. Segundo esta autora, haveria a necessidade de inclusão da Antártida nas “Diretrizes Geopolíticas Difundentes”, isto é, a projeção do raio de ação geopolítica do Brasil para áreas mais afastadas do ponto de vista geográfico. No caso específico da Antártida, este fato justificava-se, por um lado, pela falta de uma estratégia ocidental e de uma aliança militar como o fim de defender a região, e, por outro lado, pela importância do controle antártico para a efetivação do domínio do Atlântico Sul²⁷.

O Contra-Almirante Mucio Piragibe Ribeiro de Bakker, ex-Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), é de opinião que “a presença brasileira na região da Antártida justifica-se por motivos de ordem política, econômica, científica e de segurança nacional”²⁸. Ressaltou ele os seguintes aspectos: “intensificação do tráfego marítimo nacional pelas rotas do Cabo (Sul da África) e pelo Estreito de Drake e Magalhães (extremo sul da América do Sul), tornando a Antártida de vital importância para a segurança nacional; a rica fauna marinha das águas antárticas, passível de exploração em larga escala; imensas reservas de recursos minerais ainda por explorar e para os quais não existe no Tratado, a mínima alusão; indícios significativos da existência de vastos campos de petróleo”²⁹.

As riquezas contidas na Antártida são imensas. Há informações de que existiriam reservas de petróleo calculadas em torno de 50 bilhões de barris (o Brasil,

em 1981, tinha reservas conhecidas de 1,2 bilhões de barris)³⁰. A Antártida é uma região rica em recursos minerais. Já foram descobertas reservas de cromo, níquel, cobalto, cobre, ouro, prata, manganês, molibidênio, ferro, titânio, platina, chumbo, zinco, estanho e urânio, bem como vastas reservas de carvão e gás natural³¹. A exploração, no entanto, ainda é economicamente inviável.

Dos vastos recursos naturais, cabe destacar o Krill. Este crustáceo poderia render cerca de 70 milhões de toneladas por ano, sem afetar a espécie, o que duplicaria a quantidade de pesca no mundo³².

Os interesses efetivos do Brasil na Antártida consistem na exploração de seus recursos minerais e naturais; na efetuação de diversas pesquisas científicas, no estabelecimento de bases científicas no Continente Austral; em preservar o mesmo de conflitos militares.

Por outro lado, os interesses potenciais do Brasil estão relacionados a territórios antárticos que caberia ao País, de acordo com a Teoria da Defrontação. A respeito da posição oficial brasileira em relação às reivindicações territoriais na Antártida, o Chanceler Saraiva Guerreiro, perante o Congresso Nacional, em agosto de 1983, afirmou que “nunca fizemos, nem faremos”³³. Esta seria a posição oficial, pública. Contudo, de acordo com RANIERI COLOMBO, “o Brasil [tendo em perspectiva a revisão do Tratado da Antártida em 1991] reserva-se o direito de vir a alterar sua postura não-territorialista”³⁴.

Retrospectivamente, pode-se então afirmar que o zelo com os termos empregados durante a crise no Atlântico Sul de 1982, revela a percepção da Chancelaria brasileira no que tange aos interesses efetivos e potenciais do País na Antártida, ao preferir o conceito de “Ilhas” em detrimento ao de “Arquipélago” das Malvinas³⁵. Este cálculo diplomático garantiu, com efeito, a proteção dos interesses nacionais, efetivos e potenciais, na Antártida.

NOTAS

- ¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *As Diretrizes da Política Exterior Brasileira*. Revista Brasileira de Política Internacional. vols. 97-100, 1982, p. 112.
- ² Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, pp. 63-70. São no total 12 referências às experiências *Ilhas Malvinas* ou *as Malvinas*.
- ³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Congresso Nacional*. pp. 53-90.
- ⁴ ARGENTINA. Secretaria de Información Pública de la Presidencia de la Nación. *Islas Malvinas Argentina*. p. 1. REINO UNIDO. Central Office of Information. *As Ilhas Falklands e as Ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul*. p. 1, e CASTRO, Therezinha de. *O Atlântico Sul: Contexto Regional. A defesa Nacional*. vol. 714, jul/ago de 1984, p. 99.
- ⁵ Vide os Anexos I e II nos quais estão representados os Mapas contendo as reivindicações do Reino Unido e da Argentina em relação ao Arquipélago das Malvinas / Falklands e Antártida.
- ⁶ “Correio Braziliense”, 18/04/82.
- ⁷ Apud. “Estado de São Paulo”, 25/01/83.
- ⁸ Idem.
- ⁹ Idem. A Argentina manteve até fins de 1982 um posto meteorológico nas Orcadas do Sul.
- ¹⁰ COLOMBO, Caio Marcelo Ranieri. *A Questão da Antártida*. Mestrado de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 1987, p. 22.
- ¹¹ “O Estado de São Paulo”, 13/2/94. Com o colapso da antiga União Soviética e do Leste Europeu, em 1991, as bases soviéticas passaram a pertencer à Federação Russa e as da antiga República Democrática Alemã, com a reunificação, foram incorporadas pela República Federal da Alemanha.
- ¹² COLOMBO, Caio Márcio Ranieri. op. cit. p. 22.
- ¹³ Id., ibid., p. 8.
- ¹⁴ Idem.
- ¹⁵ Idem.
- ¹⁶ Idem. Em 1970, no Congresso Nacional, Eurípide Cardoso de Menezes, então deputado pela Arena, defendeu os benefícios que adiriam para o Brasil com a aceitação do princípio da defrontação, por parte de todos os países-membros da Conferência da Antártida. Sublinhou que, dos 14 milhões de Km² do continente, sobriariam 3,5 milhões de Km² de área antártica, não-defrontante, que poderia ser objeto de negociações diplomáticas (“Jornal do Brasil”, 8/11/81).
- ¹⁷ “Jornal do Brasil”, 18/4/82.
- ¹⁸ Idem.
- ¹⁹ Idem. Ver BANDEIRA, Moniz. *O Estado Nacional e a Política Internacional na América Latina*, p. 123 e pp. 237-238.
- ²⁰ Idem.
- ²¹ É o que se deduz da leitura dos pronunciamentos oficiais da Chancelaria brasileira. Ver GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit., pp. 53-90 e *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, pp. 63-70.
- ²² “O Globo”, 30/8/82.
- ²³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. p. 164. “Jornal do Brasil”, 28/10/90.
- ²⁴ “Jornal do Brasil”, 15/1/95.
- ²⁵ COLOMBO, Caio Márcio Ranieri. op. cit., p. 105.
- ²⁶ DANIEL, Rótulo. *Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990)*. Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / Instituto de Relações Internacionais, 1991, p. 58.
- ²⁷ Idem.
- ²⁸ COLOMBO, Caio Márcio Ranieri. op. cit. pp. 64-65.
- ²⁹ Idem.
- ³⁰ “O Globo”, 30/8/82.
- ³¹ “Jornal do Brasil”, 18/4/82.
- ³² “O Globo”, 1/11/81.
- ³³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. p. 166.
- ³⁴ COLOMBO, Caio Márcio Ranieri. op. cit.
- ³⁵ Ver ainda DORATIOTO, Francisco. *Espaços Nacionais na América Latina - da Utopia Boliviana à Fragmentação*. São Paulo, Ed. Braziliense, 1994, p. 93 (Importância estratégica do arquipélago das Malvinas / Falklands); JAGUARIBE, Hélio. *Reflexões sobre o Atlântico Sul*, in SEITENFUS, Ricardo A. (org.) *Bacia do Prata: Desenvolvimento e Relações Internacionais*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1987, p. 66 (Vulnerabilidade externa do Brasil relativa à importância de petróleo, via Atlântico Sul); *Resenha de política exterior brasileira*, nºs 32 e 44 (Preocupação do Brasil em relação à Antártida).

Capítulo III

***A Neutralidade Imperfeita
do Brasil na Crise das
Malvinas/Falklands***

No decorrer da Crise das Malvinas / Falklands, o Brasil posicionou-se pela neutralidade. Esta posição não teve um caráter perfeito nem absoluto. Adotou-se uma neutralidade de caráter imperfeito que, obedecendo à tradição diplomática brasileira, procurava atender a interesses específicos da política exterior do País naquele momento histórico¹.

Dois princípios básicos orientavam a atitude brasileira diante da Crise no Atlântico Sul: o pacifismo e o juridicismo. Segundo AMADO CERVO, esses princípios ou valores têm norteado a política exterior brasileira ao longo de sua história (o primeiro se firmando desde 1876, quando o Brasil retirou suas tropas do Paraguai; o segundo tendo origem remota)². No tocante ao pacifismo, entende-se como a defesa de soluções pacíficas e negociadas para as controvérsias e a condenação do uso da força para obter resultados externos. O juridicismo se caracteriza pelo respeito aos tratados e convenções como se fossem manifestações sagradas da vontade nacional ou multilateral.

Os interesses específicos objetivados pelo Brasil, através da sua posição neutral, são alusivos às relações históricas do País com o Reino Unido e a Argentina, ambas datando do século passado.

A América do Sul desempenha um papel fundamental na política exterior brasileira. De acordo com o ex-chanceler Saraiva Guerreiro, a região austral do continente americano está e sempre estará “no centro das preocupações da chancelaria brasileira”³. Celso Lafer aponta como condição de sucesso da política exterior brasileira, “uma valorização de seu contexto contíguo (os países vizinhos)”⁴. No contexto latino-americano, o relacionamento entre o Brasil e a Argentina constitui o principal eixo bilateral da política internacional da região⁵.

Antes da eclosão da Crise no Atlântico Sul, as relações Brasil-Argentina estavam evoluindo positivamente. O histórico desse relacionamento se caracteriza pela dinâmica da cooperação e conflito⁶. Na década de 1970, a balança desse relacionamento tendeu para o conflito político-diplomático. Esse período teve como auge a questão de Itaipu, sobre o aproveitamento hidrelétrico do Alto Paraná⁷. Após anos de negociações entre as partes, em 19 de outubro de 1979, foi assinado o Acordo Tripartite - Brasil, Argentina e Paraguai - de compatibilização de Itaipu e Corpus. Segundo SARAIVA GUERREIRO:

“Punha-se fim definitivamente a uma controvérsia com a Argentina, que azedava as relações bilaterais havia 11 anos. Sem a eliminação dessa controvérsia, não teria sido possível desenvolver as relações com a Argentina no grau de intimidade e confiança mútua que as caracterizou no governo Figueiredo e criou as bases para o seu incremento progressivo em governos sucessivos”⁸.

Por ocasião da visita ao Brasil do Ministro argentino das Relações Exteriores, Nicanor Costa Méndez, em março de 1982, o então Chanceler Saraiva Guerreiro discursou afirmando que as relações entre os dois países vinham-se estreitando desde os encontros entre os Presidentes do Brasil e da Argentina em 1980 e 1981. Acrescentou que “o clima de franca cordialidade e o diálogo aberto” caracterizou a reunião dos Chefes-de-Estado e isso “inspirou o aprofundamento do debate bilateral nos mais diversos níveis”⁹.

As relações do Brasil com o Reino Unido também se revestiam de grande importância. Com este país, não havia qualquer ponto de controvérsia. Existia um processo de estreitamento de laços entre os dois países. Em julho de 1980, visitava o Brasil Lorde Carrington, Secretário do Foreign Office. De fato, o evento representava um sinal da crescente significação do País em sua imagem externa, inclusive no Primeiro Mundo, pois foi a primeira vez que um Secretário do Exterior britânico visitava oficialmente o Brasil. Em novembro de 1981, o Chanceler brasileiro

retribuiu-a, em viagem oficial àquele país. Procurava-se expandir as relações econômicas, comerciais, financeiras e culturais. A importância política do Brasil no cenário mundial era atestada, em ambas ocasiões, pelos debates bilaterais nos quais se procedia a “*un tour d’horizon* da conjuntura política internacional”, falando cada parte preferencialmente da respectiva região geográfica e de seus problemas específicos, bem como do “futuro das relações entre elas”¹⁰.

De fato, com o surgimento da Crise das Malvinas / Falklands, havia a preocupação brasileira de não estremecer ou romper suas relações com Londres, um dos seus principais credores, parceiros comerciais e investidores¹¹.

No início dos anos 80, constatava-se uma vulnerabilidade brasileira no seu aspecto mais crítico que era a delicada dependência do país em relação à manutenção de um fluxo mínimo de petróleo importado, que por sua vez, estava intrinsecamente relacionada ao ingresso mínimo de recursos líquidos proporcionados pelo sistema financeiro internacional¹². A “City Londrina” representava a praça que controlava uma importante fatia do mercado financeiro mundial. Por esta razão, uma das vozes autorizadas no meio econômico nacional daquele momento, o banqueiro Gastão Eduardo Bueno Vidigal, então Presidente do Banco Mercantil de São Paulo, sustentava que o governo brasileiro deveria manter uma “posição de estrita neutralidade”¹³.

Existia um certo temor que a Crise das Malvinas / Falklands viesse a afetar sensivelmente o ingresso de empréstimos internacionais no Brasil. De modo especial, previa-se que os bancos baseados na “City Londrina” se tornassem mais rígidos na concessão de empréstimos ao Brasil. Contudo, no início de abril de 1982, o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, quando de sua visita a Londres, acompanhado do Embaixador brasileiro no Reino Unido, Roberto Campos, assinou um contrato de empréstimo de US\$ 135 milhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), desfazendo, em termos, os temores de corte no fluxo financeiro entre o Brasil e Reino Unido¹⁴. Por isso, a Chancelaria brasileira

agia com bastante cautela em relação ao sistema financeiro internacional, sempre enfatizando sua posição de neutralidade frente à Crise das Malvinas / Falklands.

A posição de neutralidade imperfeita adotada pelo Brasil tendia em favor da Argentina. Essa atitude baseava-se na histórica defesa que o Brasil - segundo o Itamaraty - vinha exercendo ininterruptamente, em favor do suposto direito argentino de soberania sobre as Ilhas Malvinas, desde 1833, quando o Reino Unido ocupara pela força as referidas Ilhas¹⁵. No dia 2 de abril de 1982, data em que ocorreu a invasão das Ilhas Malvinas / Falklands, pelas tropas argentinas, o Chanceler brasileiro declarava oficialmente:

“O Brasil sempre apoiou o direito argentino. O Brasil sempre disse que esperava que as partes resolvessem o problema por meios pacíficos. Agora que a Argentina praticou uma ação direta para a ocupação desse território, a única coisa que podemos fazer é esperar que as relações não se deterioreem ainda mais entre as duas nações amigas”¹⁶.

Durante a Crise no Atlântico Sul, o Brasil sustentou a sua neutralidade no Direito Internacional Público. As normas internacionais que regem o *status* da neutralidade são de natureza consuetudinária e estão codificadas nas Convenções de Haia de 1907. Com efeito, o Brasil, adotando uma posição de neutralidade - embora imperfeita - em consonância ao espírito fundamental da posição jurídica dos Estados neutrais, absteve-se de atitude capaz de proporcionar vantagem ou prejuízo para qualquer uma das partes beligerantes, que pudesse influenciar na evolução e no resultado das hostilidades¹⁷.

A neutralidade brasileira significou essencialmente uma atitude política. Nas Relações Internacionais, a neutralidade “*n'est pas seulement une affaire de droit, elle est aussi, et surtout, une politique*”¹⁸. Pelo fato de não haver uma guerra declarada entre Reino Unido e Argentina, do ponto de vista técnico, não se cogitava, no entendimento do Itamaraty, a idéia de neutralidade absoluta.

O exercício da neutralidade (imperfeita) do Brasil, em prol da Argentina, residia essencialmente no apoio de natureza diplomática e econômica. No primeiro campo, o da diplomacia, o Brasil continuou a defender-lhe o direito sobre as Malvinas / Falklands, além de assumir a representação dos seus interesses no Reino Unido (através de sua Embaixada em Londres)¹⁹. No âmbito econômico, para ajudar a nação platina a atenuar as dificuldades econômicas, decorrentes do embargo comercial e econômico imposto pela Comunidade Econômica Européia (CEE) e pelos Estados Unidos, o Governo Figueiredo ofereceu-lhe facilidades no sentido de possibilitar o escoamento de parte de sua produção agro-pecuária através dos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande. O interesse brasileiro não era o de competir e auferir, circunstancialmente, a elevação da receita cambial; porém, superar o sentimento de rivalidade, firmar a confiança e proporcionar as condições para ulterior integração da Argentina ao espaço econômico do Cone Sul, conforme os objetivos estratégicos brasileiros²⁰.

Segundo JEAN BAPTISTE DUROSELLE, a neutralidade é um fenômeno multiforme²¹. Neste sentido, a neutralidade exercida pelo Brasil apresentou traços peculiares, diferindo profundamente do pacifismo (no sentido absoluto). Em oposição aos países neutros permanentes, como a Suíça e a Suécia, que se abstêm de todas as guerras e de todas as alianças - mesmo em tempos de paz -, o Brasil faz parte do grupo dos "*neutres occasionnels*" que se recusam a participar dessa ou daquela guerra. Também pode-se dizer que a neutralidade do Brasil teve caráter ativo, no sentido de resultar de decisão autônoma do país, sem imposição por parte das Grandes Potências. RENÉ GIRAULT assinala que a "*la neutralité a varié dans le temps et dans l'espace*"²². De fato, a neutralidade brasileira procurou moldar-se ao quadro político internacional gerado pela Crise das Malvinas / Falklands.

Deve salientar-se que a neutralidade imperfeita adotada pelo Brasil teve limites, sem os quais ficaria descaracterizada a sua posição jurídica neutral. O

Chanceler Saraiva Guerreiro observou que “não há um alinhamento absoluto com a Argentina, nem da nossa parte e nem dos países vizinhos”²³.

Surgiram quatro fatos importantes, no decorrer da crise anglo-argentina, que poderiam ter afetado negativamente a política de neutralidade adotada pelo Brasil. Eram estes: (1) o envio da Força Tarefa brasileira ao sul do país; (2) a venda de aparelhos bélicos à Argentina; (3) a solicitação do Reino Unido para que os portos e aeroportos brasileiros pudessem ser utilizados pela Armada de Guerra britânica; e (4) a questão do Vulcan britânico que aterrisou no aeroporto do Galeão.

Alguns dias antes do início da guerra anglo-argentina, causou apreensão nos meios diplomáticos e na opinião pública internacional o envio de uma Força Tarefa Naval brasileira rumo ao sul do país. Esta força era composta de três fragatas e cinco contratorpedeiros da marinha brasileira, que se deslocavam do Rio de Janeiro para os portos de Paranaguá, Itajaí e Rio Grande²⁴. Porém, o Ministro da Marinha, Almirante Maximiliano da Fonseca, declarou que o envio desta Força Tarefa ao sul “já estava decidido há pelo menos seis meses, dentro do programa geral de adestramento”²⁵. Na semana anterior ao fato, almirantes, generais e brigadeiros dedicaram-se a rechaçar as versões segundo as quais o Brasil celebrara secretas parcerias com a Argentina. Assim como os diplomatas e os responsáveis pela política econômica, os militares brasileiros advogavam a neutralidade no conflito.

Outra questão enfrentada pela diplomacia brasileira foi a venda de material bélico para a Argentina. Ainda no decorrer da crise, militares argentinos, sondaram, segundo SARAIVA GUERREIRO, sobre a possibilidade de fornecimento de armas sofisticadas que, se atendidas, “descaracterizariam nossa posição neutra”²⁶. As armas (*exocets* de aviação, radar *picket*, etc) não foram cedidas pelo Brasil, pois não dispunham delas; e mesmo, no caso de tê-las, acabariam, provavelmente, não sendo cedidas por conveniência política.

De acordo com a XIII Convenção de Haia, de 1907, no seu art. 6º, aos Estados neutrais é proibido entregar, por qualquer motivo, material bélico a um dos beligerantes²⁷. No entanto, não há para os países neutrais, obrigação alguma de impedir exportação ou o trânsito do mesmo material, quando isto é feito sob a responsabilidade de um ou outro beligerante (art 7º)²⁸. Sob essas condições, ocorreu a venda dos dois aviões EMB-111 à Argentina.

No caso da venda dos aviões brasileiros, não houve injunção internacional alguma²⁹. O único que, no entendimento da Chancelaria brasileira, poderia fazê-lo seria o próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas, estabelecendo de forma internacionalmente válida; mas o mesmo Conselho não o fez. O Brasil não considerava a questão dentro de um “tecnicismo neutralista”, pois não havia uma guerra formal (declarada), do tipo clássico. Por fim, não havendo essa injunção internacional, o Itamaraty recusava-se a tomar uma atitude política unilateralmente.

Também, de acordo com a posição oficial da Chancelaria brasileira, o fornecimento pelo Brasil de equipamentos militares à Argentina - que poderiam ser utilizados de imediato no Conflito das Ilhas Malvinas / Falklands - faz parte do acordo assinado em 1978 entre os governos dos dois países e prevê a cooperação recíproca na área militar³⁰.

Outro critério adotado foi o do “pragmatismo responsável”, na venda dos dois aviões EMB-111. Conforme disse o Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna: “(...) no comércio não adotamos posições ideológicas e sim uma atitude de pragmatismo responsável”³¹.

Embora não criando desequilíbrios entre os antagonistas no conflito das Malvinas / Falklands, o avião Bandeirante EMB-111 tinha importância estratégica para a Argentina. As forças Argentinas não dispunham de um sistema de radar eficiente, e o avião brasileiro é preparado para a luta anti-submarina. Possuía o radar

Cutler Hammer (de fabricação norte-americana). Sabe-se, com certeza, que os dois aparelhos EMB-111 estiveram em missão no Atlântico Sul, patrulhando a costa e acompanhando movimentos das embarcações britânicas³².

Na primeira quinzena de abril de 1982, o Reino Unido solicitou ao Brasil a franquia dos portos como base para seus navios de guerra que se deslocaram para o Atlântico Sul. Esta proposta foi recusada pelo Brasil. O próprio Embaixador britânico, George William Harding, admitiu haver conversado, em mais de uma oportunidade, com o Itamaraty a respeito desta possibilidade e chegado a conclusão de que “o estado de ânimo do Brasil não era favorável” à concessão da autorização pretendida³³.

A questão do Vulcan suscitou inquietações no Itamaraty. O bombardeiro britânico de longo alcance - um dos dez que estavam operando a partir da Ilha de Ascensão, seis em missões de bombardeiro nas Malvinas / Falklands e quatro para reconhecimento marítimo -, fora localizado, ao entrar no espaço aéreo brasileiro, pelo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA), às 10h50min., do dia 3 de junho (1982). Acompanhado de dois caças F-5E Tiger da Força Aérea Brasileira, foi escoltado até à Base do Galeão, no Rio de Janeiro, onde aterrisou às 11h40min³⁴.

Foi comprovado pelo governo brasileiro que o Vulcan apresentava problemas no mecanismo que permite o seu abastecimento em pleno vôo, o que teria forçado a tripulação (composta por seis militares britânicos) a interromper a sua missão e proceder a um pouso de emergência em território nacional. De fato, o Itamaraty reconheceu que “o episódio do bombardeiro britânico ‘Vulcan’ não caracterizou uma violação do espaço aéreo brasileiro”³⁵.

A Chancelaria havia estabelecido que não se permitiria o uso de portos e aeroportos brasileiros para navios de guerra ou aviões empregados nas operações bélicas no Atlântico Sul, salvo nos casos de emergência³⁶.

No caso específico do “Vulcan” britânico, o Itamaraty iniciou, imediatamente, negociações diretas com os representantes da Argentina e Reino Unido acreditados junto ao Brasil, para dar desfecho ao episódio. O representante britânico solicitara a liberação, sem demora, do avião; o argentino, a sua retenção até o fim da guerra. Depois de alguns dias de negociações, o governo brasileiro decidiu liberar o avião “Vulcan” completamente desarmado e com o compromisso, da parte do Reino Unido, de que não seria utilizado na Guerra das Malvinas / Falklands (aliás, um compromisso difícil de controlar)³⁷. No dia 10 de junho de 1982, às 10h45min, o bombardeiro decolava da Base Aérea do Galeão, totalmente desarmado (isto é, sem o míssil ar-ar Sidewinter e outros armamentos menores, retidos pelas autoridades nacionais, que se comprometeram a restituí-los após terminada a guerra), com os seis oficiais britânicos, rumo à sua base de origem, na Ilha de Ascensão. Ambas as partes concordaram com a decisão brasileira³⁸.

Estabeleu-se uma estrutura coordenada entre os órgãos decisórios do Poder Executivo (Presidência da República, Chancelaria e Ministérios Militares e Cíveis), sobre a qual estava assentada a posição neutral brasileira. Essa atitude visava evitar qualquer precipitação ou decisões conflitantes. SARAIVA GUERREIRO afirma, com efeito, que durante o episódio das Malvinas / Falklands, foi necessário “manter boa coordenação interna, quer diretamente com outros Ministérios, quer com o Planalto”³⁹. Assim, atingiu-se um grau de eficiência na condução diplomática brasileira, sendo que “o Presidente esteve a par e decidiu sempre com muita segurança”⁴⁰.

Outra base de neutralidade do Brasil era a credibilidade. CELSO LAFER afirma que esta, “evidentemente, não se esgota no cuidado do estilo diplomático”⁴¹. Ela requer, da mesma forma, uma “efetiva correspondência entre estilo e substância”.

Vinculada à credibilidade estava a transparência com que se conduzia a política de neutralidade do Brasil. Nas palavras do então Chanceler Saraiva Guerreiro, “a posição adotada pelo Governo Brasileiro é ostensiva”. O esforço moderador exigiu credibilidade, alcançada principalmente pela “atuação diplomática responsável”⁴².

Definindo o Brasil como um “país intermediário” na estratificação mundial então existente, CELSO LAFER aponta como um dos objetivos dessa qualidade de países o de “buscar evitar o conflito no sistema interestatal, contribuindo para a paz”⁴³. Assim, justificar-se-ia a atitude neutra tomada pelo Brasil. Sem dúvida, esse papel tem caráter estabilizador na elaboração da ordem mundial.

No período posterior ao conflito anglo-argentino, na avaliação de SARAIVA GUERREIRO, as relações Brasil-Reino Unido sofreram um certo esfriamento, porque, por algum tempo, “enquanto as feridas argentinas eram mais recentes, pareceu-nos imprudente a realização de visita de altas autoridades, sobretudo, as militares”⁴⁴. Contudo, esse entrave pôde, paulatinamente, ser superado nos anos seguintes.

Reafirmando a tradicional amizade que une o Brasil à Argentina e ao Reino Unido, o ex-Chanceler Saraiva Guerreiro considerou o quadro pós-conflito como sendo positivo para a política exterior do País⁴⁵. O Brasil atravessara os acontecimentos em posição delicada, com estreita margem de manobra. Adotara uma atitude de transparência, quer dizer, “nunca disse algo sobre a nossa posição a Hugo Caminos (Embaixador Argentino) que não dissesse a William Harding (Embaixador Britânico)”⁴⁶. Ambos os contendores agradeceram ao Brasil pela sua posição neutral no decorrer da Crise das Malvinas / Falklands, “de formas diferentes e por motivos diversos”⁴⁷.

NOTAS

¹ Segundo FRANCO MOSCONI, “o termo Neutralidade serve para designar a condição jurídica em que, na Comunidade Internacional, se encontram os Estados que permanecem alheios a um conflito bélico existente entre dois ou mais Estados” (in BOBBIO et alli. *Dicionário de Política*, Brasília, Ed. UnB, 1986, pp. 821-822). Mais adiante o mesmo autor afirma: “De acordo com a doutrina moderna ocorreu a supressão da distinção tradicional entre direito internacional de paz e direito internacional de guerra sem dúvida, houve um esvaziamento da contraposição entre intervenção armada e neutralidade (perfeita). Uma atitude de participação indireta no conflito ou, sob outro enfoque, de neutralidade discriminatória e normalmente assumida pelas duas grandes potências a fim de controlar - nos resultados e nas dimensões - os conflitos armados, dando sua assistência a ambas as partes envolvidas nestes conflitos. A posição e a atitude das potências, evidentemente, têm reflexos inevitáveis, mediante o jogo de alianças, nos comportamentos dos Estados não diretamente envolvidos nos acontecimentos bélicos” (id., *ibid.*, p. 823). Segundo o então chanceler Saraiva Guerreiro: “A idéia de neutralidade absoluta se coloca quando há uma guerra definida, o que não há, do ponto de vista técnico propriamente. É uma situação bastante complexa em termos jurídicos (...)” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Congresso Nacional*. p. 69).

² CERVO, Amado. *O Desafio Internacional*. Brasília, Ed. UnB, 1994, p. 62.

³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva, *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. p. 91.

⁴ LAFER, Celso. *O Brasil e a Crise Mundial*. p. 145.

⁵ HIRST, Mônica in: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais. *As Políticas Exteriores da Argentina e do Brasil num Mundo em Transição*. Cadernos do IPRI n° 11, novembro de 1984, p. 9.

⁶ MOURA, Gerson. *Brasil e Argentina*. Ciência Hoje, vol. 8, n° 46, setembro de 1988, p. 31. BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e a Política Internacional na América Latina*. p. 15: “(...) nem a tradicional rivalidade com a Argentina foi tão constante, uma vez que o Brasil firmou com ela Tratado da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, o Tratado do ABC, em 1915, e os dois países, não obstante as suspiciões, sempre trataram de manter em bom nível de inteligência”.

⁷ BANDEIRA, Moniz. op. cit. p. 240.

⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. p. 91.

⁹ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, n° 32, p. 15.

¹⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Congresso Nacional*. p. 57.

¹¹ O Reino Unido ocupava papel de relevância na Balança Comercial Brasileira. Em 1981, a sua participação no total das exportações brasileiras foi de 3,2% (US\$ 735 milhões), enquanto no das importações, de 1,5% (US\$ 133 milhões). Na parte dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros registrado no Brasil, o Reino Unido forneceu, no mesmo período, recursos da ordem de US\$ 1.018 bilhão. (BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de 1982, vol. 19, fev/83, n° 2, p. 82).

¹² JAGUARIBE, Hélio in *Reflexões sobre o Atlântico Sul*. in SEIENFUS, Ricardo A. (org.). *Bacia do Prata: Desenvolvimento e Relações Internacionais*, p. 66.

¹³ “Veja”, 21/4/82, p. 36.

¹⁴ *Idem.*, p. 37.

¹⁵ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. pp. 53-54.

¹⁶ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, n° 33, p. 63.

¹⁷ BOBBIO, Norberto. op. cit. pp. 823-824.

¹⁸ NAVAKIVI, Jukka (ORG) *Neutrality in History*. p. 29. (Tradução do autor: “A Neutralidade não é tão somente um assunto de Direito, ela é, também e sobretudo, uma Política”).

¹⁹ BANDEIRA, Moniz. op. cit. p. 244.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 245.

²¹ NAVAKIVI, Jukka (ORG). op. cit. p. 19

²² *Idem.*, p. 331 (Tradução do autor: “A Neutralidade varia no tempo e no espaço”).

²³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. p. 69.

²⁴ “Veja”, 21/4/85.

²⁵ *Idem.*

²⁶ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. p. 111.

²⁷ Apud. BOBBIO, Norberto et alli. op. cit. p. 822.

²⁸ *Idem.*

²⁹ *Idem.*

³⁰ “O Estado de São Paulo”, 30/04/82.

³¹ “Jornal do Brasil”, 17/05/82.

³² Idem.

³³ “Gazeta Mercantil”, 4/6/82.

³⁴ “Veja” 9/6/82, p. 32.

³⁵ “Folha de São Paulo”, 4/6/82.

³⁶ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. p. 111.

³⁷ Idem.

³⁸ “Folha de São Paulo”, 11/6/82.

³⁹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. p. 111.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ LAFER, Celso. op. cit. p. 143.

⁴² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Congresso Nacional*. p. 53.

⁴³ Palavras do Chanceler Brasileiro Saraiva Guerreiro. Apud. LAFER, Celso. op. cit. p. 127.

⁴⁴ GUERREIRO, Ramiro Saraiva *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. p. 113.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

Capítulo IV

***O Brasil e a Crise das Malvinas/
Falklands no Contexto do
Conflito Leste-Oeste e suas
Repercussões nas Relações
Brasília/Washington***

Diante da real ameaça político-militar representada pela União Soviética e seus aliados ideológicos, - que poderia ter transformado a Crise das Malvinas / Falklands em novo episódio da Guerra Fria -, o Brasil, junto com os Estados Unidos, procuraram afastar essa ameaça do Atlântico Sul. Ao mesmo tempo, o Brasil empenhou-se em defender o fortalecimento de uma unidade ocidental que fosse conciliável com o diálogo norte-sul e o sistema interamericano. Tudo isso com o patrocínio de Washington, face ao processo de fragilização desencadeado pela atuação do bloco comunista - em especial, União Soviética e Cuba - diante da Crise no Atlântico Sul. Por fim, essa crise propiciou a aproximação e amadurecimento das relações Brasil-Estados Unidos.

No início da crise, o Brasil tinha receio de que havendo confronto militar com o Reino Unido, este apoiado pelos Estados Unidos e pela Comunidade Européia - CEE (e isso acabou ocorrendo), a Argentina, estando isolada, solicitasse auxílio militar da União Soviética. Dessa forma, temia-se que algum regime de esquerda fosse instaurado, com a derrubada da Junta Militar dirigida pelo General Leopoldo Galtieri. Isto implicaria no envolvimento direto do Atlântico Sul no conflito Leste-Oeste¹. Por essa razão, a Chancelaria brasileira esteve atuante no sentido de afastar o perigo da Guerra Fria. Esse perigo não era hipotético, pois já estava tornando-se concreto, desde o dia 30 de março de 1982, através da diplomacia secreta, da espionagem militar e do comércio clandestino de armas, exercido pela União Soviética. Isto se daria com apoio dos seus satélites ideológicos, sobretudo, Cuba e Líbia - atuando em favor da Argentina².

Desde a sua configuração a partir da Paz de Westfália (1648), o sistema internacional, no mundo atual, apresenta certas características peculiares. Em primeiro lugar, a distribuição assimétrica de poder entre os Estados. Como resultante

disto, a ocorrência de relações de cooperação, competição, dominação e conflito entre os atores estatais³. Conseqüentemente, as relações entre os países não são estáticas. De fato, variam de acordo com o ambiente diplomático, em função do significado de um país para os outros: (a) no âmbito das relações estratégicas da paz e da guerra, na qualidade de aliado, protetor ou inimigo; (b) no âmbito econômico, como “mercado” para colocação ou obtenção de bens, insumos, investimentos e financiamentos; (c) no âmbito dos valores, enquanto “modelo”, isto é, como forma de conceber a vida em sociedade⁴.

É neste quadro sistêmico que se desenvolve o conflito Leste-Oeste, no campo político-militar-ideológico, entre as duas super-potências - Estados Unidos e União Soviética e seus aliados, depois de consolidada a Revolução bolchevique de 1917.

O estágio do conflito Leste-Oeste, no início dos anos 80, tem suas raízes na década de 60. A partir dessa época, iniciou-se a expansão do poderio militar soviético. Sua produção de aço e petróleo - pilares da indústria bélica soviética - aumentara. O ritmo de construção de submarinos, destróiers, cruzadores e outros navios de guerra na União Soviética tornara considerável em comparação com o do Ocidente. Segundo RAYMOND ARON, a União Soviética era “um Estado militar organizado para a guerra, destinado a fazê-la”⁵.

No período 1960-1970, verificaram-se, entre outros, os seguintes traços do confronto Leste-Oeste; (1) uma relativa diminuição do poder estratégico e econômico dos Estados Unidos; (2) uma diminuição de credibilidade ideológica do modelo soviético e uma modesta participação da União Soviética no mercado internacional, somados a um acréscimo de seu poder militar. Nos anos 70, em decorrência do crescimento do seu poder militar, surgiram, para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), novas oportunidades de participar na condução e no encaminhamento das controvérsias e tensões no cenário internacional. Embora agindo com prudência, a União Soviética, naquele momento, começou a

explorar situações - que, pela sua natureza militar - ofereciam baixos riscos e altos benefícios - como, por exemplo, Angola, Iêmem do Sul, Vietnã e Afeganistão (este o era na sua fase inicial)⁶.

Desde a ascensão de Leonid Brejnev, como Chefe de Estado e Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, em 1964, a corrida armamentista sofreu um crescimento de 5% ao ano, todos os anos, no lado soviético, enquanto as forças americanas não tiveram condições de acompanhá-la num nível satisfatório (devido às dificuldades internas, à Guerra do Vietnã e à política exterior da administração democrata, de Jimmy Carter)⁷. Os líderes políticos e militares do Império Soviético, segundo RAYMOND ARON, eram “bastante marxistas-leninistas para alimentarem ambições ilimitadas e excluírem a eventualidade de uma coexistência pacífica dos dois campos (comunista e capitalista)”⁸. A superioridade dos Estados Unidos, no que tange às armas estratégicas nucleares, acabou cedendo a igualdade ou superioridade soviética. RAYMOND ARON chega a afirmar que a URSS tornou-se a primeira potência militar do Mundo⁹.

A rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética manifesta-se em todas as partes do mundo. Contudo, de uma região a outra, a presença econômica, diplomática e militar das superpotências variava.

Embora o sistema soviético fosse militarmente forte, do ponto de vista político, econômico e social mostrava estagnado. A URSS mostrava-se, segundo denúncias de entidades de direitos humanos (por exemplo, a Anistia Internacional), implacável na violação dos direitos humanos, ao manter campos de concentração com dois ou três milhões de detidos. Até 1982, só houve três sucessões de governantes: Lênin a Stalin, de Stalin a Krushev e de Krushev a Brejnev. O desenvolvimento econômico era inibido em razão do sistema de planejamento total, o que transformou a sociedade soviética num exército de excluídos. Por fim, deve ser acrescentado que o Partido Comunista, após ter feito a revolução e ter conquistado o Estado, impedia uma administração normal de governo e da economia através da fixação de excessivos

controles burocráticos, com base em teorias abstratas, sem nexos com a realidade do país.¹⁰

No início da década de 80, diante do expansionismo soviético, rompeu-se uma “Nova Guerra Fria”. Essa tinha como finalidade principal o desencadeamento de uma vigorosa ofensiva contra-revolucionária no Terceiro Mundo, através da estratégia dos “Conflitos de Baixa Intensidade”, que seriam travados em teatros limitados, com o objetivo de enfraquecer política e economicamente os regimes comunistas, para derrubá-los¹¹. Isto se daria por meio de uma ação dos contra-revolucionários locais, por uma operação norte-americana, ou de seus aliados regionais¹².

O fenômeno da “Nova Guerra Fria” teria surgido antes mesmo da reação desencadeada pelo presidente Ronald Reagan à intervenção soviética no Afeganistão, definida como flagrante violação dos princípios da Carta das Nações Unidas. Este fenômeno surgiu, a partir da segunda metade do Governo Jimmy Carter, quando ocorreram divergências entre os assessores Brzezinski e Brown, que começaram a atacar a “detente”, e os também assessores Vance e Young que a defendiam¹³. Em 1978, a nova direita - representada pelo Partido Republicano dos Estados Unidos (que logo depois recusar-se-ia a ratificar os acordos SALT-II sobre limitação de armas nucleares) -, autorizara a fabricação da bomba de nêutrons e obteve apoio para a guerrilha afegã, interromper o diálogo com o Vietnã, criou a Força de Deslocamento Rápido (tropas especiais do exército destinadas a operações no Terceiro Mundo), conseguiu o reequipamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a instalação de mísseis “Cruise” e “Pershing-2” na Europa Ocidental¹⁴. A “Nova Guerra Fria” tentaria colocar em xeque o próprio sistema, como também, o expansionismo soviético, que ameaçava os regimes democráticos do Ocidente e do Terceiro Mundo.

A Era Reagan (1981-1989) institucionalizou a reação conservadora e a “Nova Guerra Fria”, *sine qua non* para o combate ao expansionismo soviético e ao

seu regime comunista. A estratégia desencadeada pela nova direita consistia na ênfase do Conflito Leste-Oeste. Esta estratégia realizava-se por meio de uma corrida armamentista convencional e nuclear - para pôr em xeque a provável superioridade do poderio militar soviético -, cuja característica principal é a instalação do sistema defensivo espacial chamado "Projeto Guerra nas Estrelas" (IDS). Por sua vez, alcançada a superioridade norte-americana, esta provocaria, a partir de determinado nível, uma redução dos gastos militares da União Soviética e, por consequência, a URSS seria obrigada a limitar o seu apoio às revoluções comunistas no Terceiro Mundo¹⁵.

Essa pressão ocidental sobre o orçamento militar soviético seria também alcançada através do embargo comercial dos Estados Unidos e dos seus aliados. A partir dessa redução, haveria possibilidade de os Estados Unidos e dos seus aliados estratégicos - Israel e África do Sul - sufocar os movimentos e regimes comunistas surgidos na década anterior. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos dividiram com os seus aliados economicamente bem sucedidos - Europa Ocidental e Japão - as despesas relativas à segurança do Ocidente e os afastaria de uma cooperação econômica com a União Soviética e o Leste Europeu (principalmente, no caso da construção do gasoduto Sibéria-Europa e da venda de tecnologia avançada aos países socialistas). Por fim, os Estados Unidos tentariam abrir os países socialistas à penetração econômica ocidental, o que possibilitaria um aumento na influência e controle sobre a política do Bloco Soviético¹⁶.

A estratégia dos "Conflitos de Baixa Intensidade" foi posta em prática, sobretudo, sustentando os "contra" da Nicarágua, a UNITA em Angola, a RENAMO em Moçambique, as guerrilhas islâmicas no Afeganistão, os somalis e eriteus anticomunistas na Etiópia. Por outro lado, apoiava os governos conservadores para evitar a vitória das guerrilhas comunistas em El Salvador, Guatemala, Namíbia, Filipinas, entre outros¹⁷.

No plano da retórica, a administração Reagan empreendeu a substituição da política de “defesa dos direitos humanos”, pela política de “defesa da democracia e do combate ao terrorismo”¹⁸. A política do Governo Jimmy Carter provocara atritos diplomáticos com os regimes de segurança nacional aliados dos Estados Unidos. No que se refere ao combate ao terrorismo, os Estados Unidos realizavam pressões diplomáticas e operações militares contra Irã, Líbia e outros países e movimentos que do ponto de vista de Washington, eram classificados de desestabilizadores da paz e segurança internacionais.

No contexto da “Nova Guerra Fria” e do expansionismo soviético, nos anos 80 ocorre a fragilização da unidade ocidental, promovida por Moscou, por ocasião do Conflito das Malvinas / Falklands. Este conflito colocou em lados antagônicos a Argentina e o Reino Unido, dois países ocidentais e anti-comunistas, aliados dos Estados Unidos. Além disso, o embargo comercial e econômico decretado, primeiramente, pela Comunidade Econômica Européia (CEE), e depois pelos Estados Unidos, à Argentina enfraqueceu o diálogo Norte-Sul, ao criar um elemento de tensão (temia-se no Terceiro Mundo, que este ato viesse a se tornar um perigoso precedente aos seus próprios interesses)¹⁹. A atitude da Argentina, preferindo a agressão armada à solução pacífica para resolver litígios, reacendeu velhas disputas territoriais na América Latina - o que poderia ter provocado novos conflitos armados no continente - e enfraqueceu política e militarmente o sistema interamericano, representado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)²⁰. A União Soviética aproveitando-se do enfraquecimento do Diálogo Norte-Sul e do Sistema Interamericano, desencadeou um processo de fragilização da unidade ocidental a partir da Crise das Malvinas / Falklands. Como observa PETER SAGER, na Guerra das Malvinas / Falklands:

“se encontraba, por motivos muy diversos, la Unión Soviética, pero sobre todo porque esta aspira a la hegemonia. Sólo por estos motivos, tiene interés por los conflictos políticos, y sobre todo militares entre países no comunistas.

Concretamente, la URSS podía esperar múltiples ventajas de esta guerra”²¹.

O episódio das Malvinas / Falklands foi interpretado pelo Itamaraty como elemento idiossincrático gerador de conflitos. De acordo com o Itamaraty houve também uma constatação do processo de fragmentação do Ocidente, no qual “se avolumaram as cisões e as disputas entre seus parceiros desenvolvidos como também entre estes e os países em desenvolvimento tradicionalmente ligados a ele”²². De fato, a Crise das Malvinas / Falklands era analisada, pela Chancelaria Brasileira, como elemento gerador de tensões entre os membros do Ocidente e a nível de Diálogo Norte-Sul. De forma direta, a Crise das Malvinas / Falklands está vinculada aos interesses específicos das superpotências sobre a América Latina.

Para a União Soviética, o seu maior interesse seria manter uma presença firme no continente, incluindo a instalação de novos regimes comunistas, e o fortalecimento dos seus principais aliados - Cuba e Nicarágua. Antes de 1970, a União Soviética e a América Latina - com exceção do regime de Fidel Castro, em Cuba mantinham poucas relações. Depois de 1970, a União Soviética estabeleceu uma presença considerável no hemisfério ocidental - tendo relações diplomáticas, comerciais e culturais com quase todos os países do continente, dos quais, se destacavam o México, Brasil, Argentina e Venezuela²³. Embora o seu interesse imediato fosse de natureza comercial, a União Soviética objetivava criar uma sólida base de participação no Terceiro Mundo, nas Nações Unidas e em outros fóruns²⁴. Essas relações diplomáticas visavam legitimar a URSS como uma grande potência. As relações diplomáticas com governos na América do Sul, América Central e Caribe facilitaram as visitas navais soviéticas oficiais - e também acordos de pesca - que, na verdade, serviam aos propósitos estratégicos e de inteligência militar nas águas do Atlântico e do Pacífico. É fato que muitos líderes latino-americanos não eram admiradores do regime soviético, de sua política exterior e nem dos partidos comunistas locais; no entanto, ao manter laços diplomáticos com a URSS, objetivavam, sobretudo, defender uma política externa independente, aumentar o nível

de barganha política junto aos Estados Unidos e, por fim, poder trazer benefícios materiais²⁵.

Por seu turno, os interesses norte-americanos na América Latina estão relacionados à sua estratégia de defesa no campo do conflito Leste-Oeste²⁶. No entanto, outros temas, como a retomada do crescimento econômico e crise da dívida externa dominavam a agenda norte-americana para a região²⁷. Para os Estados Unidos, a sua prioridade no continente eram México e Canadá, pelo fato de possuírem fronteiras com esses países. Também tinham interesse em fortalecer as democracias da América Central - de modo especial, El Salvador, Guatemala, Honduras e Costa Rica - da ameaça de guerrilheiros marxistas-leninistas apoiados por Cuba e Nicarágua. Em relação a estes dois, o processo de democratização nestes países²⁸. Com relação à América do Sul, a Argentina e o Brasil eram países prioritários nas suas relações²⁹.

Portanto, com a eclosão da Crise das Malvinas / Falklands, era previsível que tanto os Estados Unidos como a União Soviética buscassem não só preservar os seus respectivos interesses na América Latina, como também obter novas posições estratégicas privilegiadas no que tange aos aspectos militares, econômicos e diplomáticos.

No decorrer da Crise no Atlântico Sul, houve uma razoável probabilidade de que a América do Sul - e o restante do Hemisfério Ocidental - fosse envolvida num conflito armado bastante abrangente envolvendo diretamente as superpotências. De acordo com PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, eminente líder e pensador católico brasileiro, desde o início da crise, havia uma real ameaça de intromissão soviética e, por, conseguinte, de uma conflagração internacional. MONIZ BANDEIRA compartilha da mesma opinião³⁰. A União Soviética poderia ter aproveitado da situação, em favor de seu expansionismo ideológico, interferindo diretamente no conflito armado entre Argentina e Reino Unido - tendo-se em conta a presença naval soviética na região -, e incursionar no território argentino.³¹ Neste

quadro hipotético, após a instalação de um governo títere, a União Soviética, favorecida por guerrilhas comunistas locais, poderia incursionar em territórios vizinhos. Em outros países da América Latina, com ajuda de outras organizações terroristas e guerrilheiras comunistas, a União Soviética teria transformado a região em um novo “Vietnã. Após intervir em favor do Reino Unido, os Estados Unidos teriam estabelecido alianças com seus aliados latino-americanos, no âmbito do art. 8º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o qual prevê a defesa militar do hemisfério ocidental contra qualquer agressão extra-continental. Esse conflito armado no continente americano, envolveria diretamente a União Soviética e os Estados Unidos, e seus aliados. O estrategista militar Sir JOHN HACKETT (general britânico que comandara os exércitos do Norte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) até 1968) afirmou também que o conflito anglo-argentino poderia ter se internacionalizado³².

A maior preocupação do Governo Reagan era, com efeito, evitar um “contágio de Cubas” no continente a partir do conflito armado anglo-argentino. No dia 15 de abril de 1982, o Presidente norte-americano e o Gen. Leopoldo Galtieri tiveram uma conversa telefônica, na qual foi debatida a possibilidade de ajuda soviética à Argentina³³. No dia anterior, Ronald Reagan enviara mensagem ao presidente soviético, Leonid Brejnev, advertindo à União Soviética para não intervir no conflito das Malvinas / Falklands³⁴. Havia informações confiáveis de que a espionagem militar dos soviéticos vinha agindo desde o início da crise.

Indubitavelmente, a espionagem - sobretudo, a militar - sempre exerceu papel importante no decorrer do conflito Leste-Oeste, como instrumento auxiliar da política exterior da União Soviética e dos Estados Unidos, e de seus respectivos aliados. JEAN-BAPTISTE DUROSELLE reconhece também essa influência considerável da “informação clandestina” ao longo do século XX³⁵.

Ao tomar posse no cargo de Presidente dos Estados Unidos, em janeiro de 1981, Ronald Reagan revitalizava a comunidade de informações norte-

americana - de modo especial, a Central Intelligence Agency (CIA) -, ao colocar esta como instrumento importante de sua política exterior. Para tanto, estabeleceu dois objetivos: restaurar a moral e a habilidade operacional e tornar mais ativo o seu serviço de inteligência³⁶.

Limitada por restrições de ordem política, a Guerra das Malvinas / Falklands demonstrou a extrema utilidade de espionagem militar, para saber da força e intenções inimigas.

Antes do início do conflito armado, já haviam sido detectados os planos de invasão argentina às Ilhas Malvinas / Falklands. A seção argentina do Serviço Secreto Britânico - o "MI-6" -, mesmo utilizando-se de métodos ultrapassados, conseguiu obter pormenores dos planos argentinos de invasão, duas semanas antes da consumação do fato; entretanto, o Governo britânico aparentemente não teria dado crédito à informação secreta³⁷.

Os Estados Unidos e a União Soviética, dispendo dos meios mais sofisticados de coleta de informações secretas, puderam ter uma visão mais precisa do desenrolar da crise e do teatro de guerra. Por exemplo, na Guerra de Yom Kippur (travada por países árabes contra o Estado de Israel), Moscou e Washington sabiam mais sobre a evolução da guerra em todas as suas linhas de força do que os próprios comandantes no teatro de ações bélicas³⁸. É provável que tivessem sabido do plano de invasão bem antes do Serviço Secreto Britânico. O certo é que a União Soviética e os Estados Unidos estiveram fornecendo informações preciosas sobre o teatro de guerra, respectivamente, à Argentina e ao Reino Unido³⁹.

No teatro de guerra no Atlântico Sul, tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos montaram uma considerável estrutura de espionagem militar. Moscou lançou uma grande quantidade de satélites-espiões ao espaço, dois dias antes da invasão, a fim de visualizar as Ilhas Malvinas / Falklands e o restante do Atlântico Sul. Os satélites são do tipo "Cosmos", e foram utilizados para interceptar

transmissões de radar dos navios, escutar as comunicações dos aviões e dos navios, tirar fotografia de alta resolução e localizar as unidades da Força Tarefa Britânica. Uma unidade da classe de navios de espionagem “Primorye” - que normalmente ficava estacionado entre a Escócia e a Irlanda do Norte - fora destacado para seguir a rota do “Camberra”, aquele navio dispunha de um arsenal sofisticado de radares, sonares e aparelhos de interceptação de rádio⁴⁰. Os soviéticos também enviaram para a zona de conflito os aviões “Tupolev 142”. Estes aviões, partindo de sua base em Luanda (mantida pelos cubanos), possuíam um raio de ação de 10.500 Km carregados de equipamentos de vigilância, faziam relatos sobre a posição, rotas e transmissões de rádio da frota britânica⁴¹.

Dois submarinos soviéticos da classe “Echo II”, que normalmente atuam no Oceano Índico e na região do Cabo da Boa Esperança, foram enviados tendo como missão principal a localização dos submarinos britânicos. Esses submarinos eram equipados com oito mísseis SS-N-12, com ogivas nucleares, e vinte torpedos. Navios espiões disfarçados de navios “pesqueiros” e “científicos”, também foram utilizados como no caso do “Akademik Knipovich”, que esteve aportado na Baía de Ushuaia, no extremo sul da Argentina, no dia 4 de abril de 1982⁴².

Um avião “Tupolev-95” esteve acompanhando o porta-aviões “Invencible”⁴³. Na primeira semana de maio de 1982, devido ao fato de terem sido localizados navios e aeronaves soviéticos e argentinos que espionavam a principal base de força britânica, a Ilha de Ancensão, o Ministério da Defesa britânico decretou a zona de controle aéreo-naval de 185 km em torno da ilha⁴⁴.

Por sua vez, os Estados Unidos enviaram os aviões “Blackbirds” - sucessores do “U2” - que voam três vezes a velocidade do som, a 25.000 metros de altitude, podendo fotografar com detalhes uma área de 100.000 milhas quadradas numa hora.

Além de aviões, os norte-americanos utilizaram os seus satélites “Big Bird”, que atuavam no hemisfério sul, e tinham a capacidade de tirar fotografias detalhadas (até de um objeto de 30 cm de diâmetro). As fotografias destes satélites foram extremamente minuciosas acerca das Ilhas Malvinas / Falklands, ao ponto de, uma vez passadas para o Reino Unido, facilitar o planejamento de retomada das ilhas (com base em dados acerca do número de tropas argentinas, de sua posição e armas)⁴⁵. Também foram enviados os satélites “KH11” capazes de registrar, através de poderosos sensores, os sinais térmicos dos motores de navios e aviões - o que possibilita a sua localização - e sinais de comunicação⁴⁶.

Nesse ambiente de intensa participação soviética e norte-americana através da espionagem militar, de crise do sistema interamericano e de tensão no diálogo Norte-Sul, ocorre a visita do Presidente João Batista Figueiredo aos Estados Unidos, no dia 12 de maio de 1982. Esta visita revestiu-se de um significado especial nas relações Brasil-Estados Unidos e no contexto da Crise das Malvinas / Falklands, no sentido de criar uma importante frente diplomática contra a interferência da União Soviética no hemisfério ocidental.

No governo Ernesto Geisel (1974-1979), as relações entre Brasil e Estados Unidos estiveram marcadas por divergências sobre temas importantes da agenda bilateral. Aqueles anos são conhecidos como a era do “pragmatismo responsável” da política exterior de Azeredo da Silveira. Esta política era caracterizada pela ausência de alinhamentos automáticos ou apriorísticos, reforçando a tendência da “diplomacia da prosperidade”⁴⁷ e de tornar mais autônomo o Brasil no cenário internacional. Geisel estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China, em 1974; votara a favor da resolução da Organização das Nações Unidas que considerou o sionismo como uma das formas de racismo; reconheceu os países independentes da África de colonização lusitana, e mesmo de governos marxistas-leninistas (Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe)⁴⁸. As razões disso foram a necessidade de novos mercados externos para os produtos e negócios brasileiros e o desejo de melhorar a imagem do País no exterior.

Outros fatores de atrito entre os dois países foram: o acordo nuclear Brasil-República Federal da Alemanha, em 1975; a denúncia do acordo militar com os Estados Unidos, assinado em 1952, e que estava para completar 25 anos; a “política de direitos humanos”, de significado abstrato e que, na prática, serviu para criar atritos evitáveis entre os Estados Unidos e os seus aliados da América Latina⁴⁹. Cabe ressaltar que a política de Geisel não teve caráter ideológico, no sentido de antagonismo aos Estados Unidos.

Com a ascensão do General João Batista Figueiredo à presidência ocorreu um processo de amadurecimento das relações brasileiro-norte-americanas, caracterizado pela tendência significativa à reaproximação, cooperação bilateral em temas de grande relevância internacional (Crise das Malvinas / Falklands, Diálogo Norte-Sul, Sistema Interamericano) e pelo desejo mútuo de superação dos pontos de divergência.

Dentre os pontos de divergência bilateral, cabe destacar os de natureza militar, diplomática e econômica. No campo militar, o Brasil reafirmou a decisão de não renovar o acordo de 1952, conforme pretendia o Sub-secretário de Defesa Frank Carlucci; além de rechaçar a proposta norte-americana de pacto militar no Atlântico Sul, à semelhança da OTAN⁵⁰. No âmbito político, havia a crítica do Brasil ao apoio (de caráter militar, logístico e informativo) oferecido pelos Estados Unidos ao Reino Unido, bem como as sanções norte-americanas contra a Argentina⁵¹. Por fim, na área econômica, cabe destacar a alta das taxas de juros norte-americanos (consideradas *sine qua non* para a queda da inflação doméstica norte-americana) - trazendo efeitos negativos no equacionamento da dívida externa brasileira -, a oposição dos Estados Unidos contra a concessão de empréstimos por parte do Banco Mundial (com base no critério da proporcionalidade da renda nacional) ao Brasil e outros países; acusação ao Brasil da prática de *dumping* nas vendas de aço para o mercado norte-americano; a exportação do açúcar brasileiro; a regulamentação dos serviços no Acordo Geral de

Tarifa e Comércio (GATT), à qual o Brasil se opunha; a participação do capital estrangeiro no sistema bancário nacional⁵².

Contudo, existia um clima de entendimento mútuo entre o Brasil e os Estados Unidos. Considerando as peculiaridades de ambos os países e o papel específico desempenhado por cada qual na política internacional e regional, o Presidente Figueiredo, no discurso dirigido ao mandatário americano, reconhecia que era “natural que existam divergências entre nós”. Ao se intercambiarem idéias, opiniões e esclarecimentos, “estaremos trabalhando para aplainar essas divergências”. Os 150 anos de relações bilaterais tinham sido conduzidas de “forma equilibrada, constituindo um patrimônio de apreço, compreensão e respeito recíprocos”. Por fim, os dois governos teriam estado habituados ao entendimento - sendo esta a tradição e o futuro das relações entre os dois países⁵³.

Com efeito, as divergências, existentes no relacionamento bilateral, tinham caráter meramente conjuntural e sobre as quais prevalecia esse clima de entendimento recíproco. As divergências não seriam tratadas de forma extrapolada ou fora do seu real contexto, pois, segundo SARAIVA GUERREIRO, a política exterior brasileira “desconhece emocionalismos e não é guiada por paixões”⁵⁴. As relações brasileiro-norte-americanas encontravam-se num alto grau de amadurecimento e respeito mútuo. Enfim, a diretriz brasileira era no sentido de “explorar, de forma criativa e duradoura, a larga faixa de convergência, no plano dos interesses e valores”, existentes entre ambos os países⁵⁵.

Por seu turno, os Estados Unidos tinham o interesse em estreitar o seu relacionamento com o Brasil. Ronald Reagan reconhecia a importância do Brasil para o hemisfério ocidental e para o resto do Mundo. O Presidente norte-americano afirmou também que o relacionamento bilateral sofrera um certo dano na década de 1970⁵⁶. Essa década foi a do período Carter / Geisel, no qual houve desgates mútuos, como no caso do Acordo Nuclear e do voto brasileiro anti-sionista (voto que criou atrito evitável com um importante aliado do Ocidente e do Brasil - o Estado de

Israel). No encontro Figueiredo / Reagan, foram debatidos temas internacionais de relevância - a Crise das Malvinas / Falklands, Diálogo Norte-Sul, Sistema Interamericano e Ocidente⁵⁷.

No entanto, tudo indica que, o debate teria ficado quase totalmente centrado no problema das Malvinas / Falklands. O Brasil apoiava reiteradamente a missão de mediação entre Argentina e Reino Unido, empreendida pelo Secretário de Estado norte-americano, General Alexander Haig. O Chanceler Saraiva Guerreiro manteve longas conversações com Haig, nas quais foi exposta a posição oficial do Brasil frente a Crise no Atlântico Sul⁵⁸.

Houve também forte concordância de interpretação entre os Presidentes Reagan e Figueiredo no sentido de que a Crise das Malvinas / Falklands viesse a se tornar um novo episódio da Guerra Fria. Com efeito, reconheceu-se a necessidade de evitar o surgimento de instabilidade ou polarização na Argentina; e ainda a interferência direta da União Soviética, colocando-se esta ao lado da Argentina e a possibilidade de instauração de um regime comunista neste país, com a derrubada do Presidente Leopoldo Galtieri⁵⁹.

Embora tenham sido canceladas todas as festividades, por causa da Crise no Atlântico Sul, a visita do Presidente Figueiredo aos Estados Unidos, longe de sofrer prejuízos, recebeu maior relevância. Estiveram presentes em Washington, oito Ministros de Estado brasileiros, incluindo o chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), o General Otávio de Medeiros. Ocorreria o encontro entre os Ministros brasileiros da área econômica - Ernãne Galvêas (da Fazenda), Delfim Neto (do Planejamento), Camilo Penna (do Comércio e Indústria) - com o Secretário do Tesouro americano, Ronald Regan, a fim de debater assuntos bilaterais específicos⁶⁰. De acordo com Azeredo da Silveira, então Embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Washington estava mais receptivo e atento em “escutar” o Brasil⁶¹. Na opinião de CELSO LAFER, um dos desafios da política brasileira, na década de 80,

“era compatibilizar os interesses do Brasil com o poderio norte-americano”, sendo a visita do Presidente Figueiredo vista como positiva pelos Estados Unidos⁶².

Na área de cooperação bilateral privada, houve também reflexos positivos. O Itamaraty e os ministérios econômicos realizaram uma conferência reunindo cerca de 275 empresários dos dois países (inclusive 182 brasileiros, que representavam juntos cerca de metade do PIB nacional)⁶³.

A preocupação do Brasil e dos Estados Unidos em evitar que o Conflito das Malvinas/ Falklands trouxesse para o continente americano a Guerra Fria não se fundamentava apenas na cooperação argentino-soviética recém-estabelecida no campo da espionagem militar. Havia outros fatores a considerar: a diplomacia secreta e o comércio clandestino de armas exercidos pela União Soviética e seus aliados ideológicos em favor da Argentina.

A diplomacia secreta do Bloco Comunista realizou-se ao longo da Crise das Malvinas / Falklands. Desde o início, embaixadores da União Soviética e da República Popular da China vinham fazendo visitas sucessivas à Casa Rosada e ao Palácio San Martín⁶⁴. Cuba de Fidel Castro, a República Democrática Alemã e a Líbia de Muamar Kadafi também estavam intensificando os seus contatos diplomáticos com Buenos Aires⁶⁵. Embora esses contatos tenham mantido-se em extremo sigilo, é possível deduzir-se que cogitava-se de um envolvimento efetivo por parte dos países acima referidos na crise do Ocidente, gerada pela invasão das tropas argentinas ao Arquipélago das Malvinas / Falklands. A propósito, RAYMON ARON assinala que “a estratégia de desestabilização e de subversão é uma constante da diplomacia soviética”⁶⁶. Oficialmente, esses países socialistas apoiavam, em nível retórico, a reivindicação de soberania da Argentina em relação ao arquipélago das Malvinas / Falklands.

Em 1972, a União Soviética e a Argentina, embora ideologicamente antagônicos, estabeleceram relações comerciais, centradas, sobretudo, na exportação

argentina de trigo e carne para a União Soviética. Esse comércio evoluiu consideravelmente a partir de 1979, ano do embargo americano à União Soviética devido ao ato de agressão desta ao Afeganistão, chegando a Argentina a exportar 75% da sua produção de trigo para os soviéticos, e, no ano de 1981, as exportações argentinas para a União Soviética totalizaram cerca de US\$ 3,3 bilhões⁶⁷. O interesse comercial da URSS na Argentina constituía a parte mais imediata da sua política em relação a este país.⁶⁸

Na primeira semana da Crise das Malvinas / Falklands, a União Soviética, através da sua embaixada em Buenos Aires, oferecia ajuda militar à Argentina, e como evidencia disso vir a se concretizar, tem-se o fato de que submarinos soviéticos já estavam se deslocando em direção ao país platino⁶⁹.

No dia 4 de maio de 1982, a União Soviética advertia que os Estados Unidos e o Reino Unido estariam pondo em risco a paz mundial com “sua política imperialista” no Atlântico Sul⁷⁰. Este pronunciamento era parte da contra-propaganda soviética contra o Ocidente no decorrer da crise. No começo de junho de 1982, ocorreu uma visita importante do Embaixador soviético em Buenos Aires, Serguey Striganov, ao Presidente Leopoldo Galtieri (desde o início da crise, ambos mantiveram contatos secretos assíduos). Neste encontro, teria sido discutido acerca do trabalho que vinha sendo executado - desde maio daquele ano- por vinte técnicos soviéticos para ligar os sistemas argentinos de radar numa rede nacional, e, aproveitando o ensejo, o General Galtieri solicitara ajuda militar soviética no conflito⁷¹.

Além da diplomacia secreta, a União Soviética estabeleceu um comércio clandestino de armas com a Argentina, para ajudar esta nas suas necessidades durante a Guerra contra o Reino Unido. Numa aproximação inédita entre Moscou e Buenos Aires, os dois firmaram acordo militar em abril de 1982 que consistia no fornecimento ao segundo de armas, além de urânio enriquecido, água pesada e assistência tecnológica para a usina nuclear de Atucha I⁷². O fato de

soldados argentinos, que resistiam às forças britânicas nas Geórgias do Sul, em fins de abril de 1982, estarem equipados com o foguete BM 21/112 mm. de fabricação soviética cooimprovava a existência de um acordo militar secreto entre Moscou e Buenos Aires⁷³. Em, junho, tinham sido detectados seis aviões “Sukhoi” de fabricação soviética na base aérea de Palamores⁷⁴. Esse comércio clandestino de armas demonstrava o elevado grau de aproximação existente entre Moscou e Buenos Aires ao longo de toda a Crise no Atlântico Sul.

A atuação de Cuba e da Líbia também foi intensa. No dia 10 de abril de 1982, Cuba expressava o seu apoio à Argentina na Crise das Malvinas / Falklands, fazendo retornar a Buenos Aires seu Embaixador, Emílio Aragone Navarro (depois de mais de um ano ausente da chefia da missão diplomática de seu país), o qual reiterou a soberania argentina sobre o arquipélago em litígio nos fóruns internacionais⁷⁵. No dia 3 de junho de 1982, o Vice-Presidente de Cuba Carlos Rafael Rodriguez, fez pronunciamento no qual o Governo de seu país colocava-se ao lado do povo argentino e estava pronto, junto com outros países da América Latina, a prestar todo o auxílio a Buenos Aires, ressaltando, que este apoio era ao povo argentino e não necessariamente à Junta Militar⁷⁶. No decorrer da crise, Cuba já vinha prestando ajuda bélica à Argentina. Na reunião dos países do Movimento dos Não-Alinhados, realizada no início de junho, o Chanceler argentino, Nicanor Costa Méndez, conclamou o apoio dos participantes à causa do seu país e elogiou o Governo de Fidel Castro⁷⁷.

A aproximação de Buenos Aires não se limitara apenas à Cuba. A Argentina também buscou o auxílio da Líbia, país igualmente acusado como Cuba, por Washington, de práticas de terrorismo e de gerador de instabilidade internacional. No dia 19 de maio de 1982, ocorre o encontro, em Roma, entre oficiais argentinos e o Major Abdul Salan Jalloud, braço direito de Muamar Kadafi, no qual a Líbia prometeu oferecer a Buenos Aires uma ajuda de US\$ 48 bilhões, distribuídos em oito anos, sendo que US\$ 10 bilhões seriam liberados imediatamente para ajudar no esforço de guerra e contribuir para o pagamento da dívida externa argentina⁷⁸. Logo

após o encontro, a Líbia vendia mísseis “exocet” ao Governo argentino⁷⁹. No final do Conflito das Malvinas / Falklands, Fidel Castro conclamava a Líbia a tomar providências em favor da Argentina⁸⁰.

Na Argentina, encontrava-se em curso um processo de instabilidade política. No âmbito externo, era representada pela diplomacia secreta, comércio clandestino de armas e espionagem militar exercida pela União Soviética e seus aliados ideológicos - sobretudo, Cuba e Líbia - em favor do Governo de Buenos Aires. No final de maio de 1982, o General Jorge Leal (que adquirira notoriedade nacional por ter sido o primeiro argentino a pisar na Antártida, em 1965) afirmou publicamente que era preciso sondar, com seriedade o apoio da URSS, devido à “traição” do Ocidente à Argentina⁸¹. No dia 17 de maio de 1982, o Coronel Bernardo José Méndez, Subsecretário do Interior e um dos principais planejadores políticos do Governo Galtieri, disse oficialmente que a Argentina poderia recorrer ao auxílio militar soviético, dependendo da evolução do Conflito no Atlântico Sul⁸². No dia 29 de maio de 1982, em discurso pelo Dia do Exército, o Presidente Galtieri admitiu recorrer à ajuda da União Soviética, contudo, recebeu apoio apenas do General Jorge Carcagno. Dentre a quase totalidade dos que se opuseram ao pronunciamento do General Galtieri, estavam os generais Augustin Lanusse, Roberto Viola, Jorge Videla, Dumas Laplane e Pascual Pistarini⁸³.

No âmbito interno, houve, desde a invasão das Ilhas Malvinas / Falklands, uma tácita aliança entre o Governo Galtieri e a extrema-esquerda - de modo especial, o Partido Comunista da Argentina (PCA). Conforme ordem de Moscou, transmitida através da Embaixada cubana em Buenos Aires, a oposição pró-soviética argentina deveria dar apoio declarado à Junta Militar no que se refere à invasão das ilhas e, futuramente, no caso de iminente derrota para o Reino Unido, deveria desacreditar a Junta Militar - com certeza visando a insurreição comunista no país⁸⁴. No dia 29 de abril de 1982, o Secretário-Geral do PCA, Athos Fava, se encontrou com o Secretário do Comitê Central e Chefe do Departamento de Assuntos Exteriores do Partido Comunista da União Soviética, Boris Panomarev, oportunidade

em que elogiou a posição da União Soviética de apoio à Argentina contra as sequelas do “colonialismo” e do “neocolonialismo”⁸⁵. O líder dos “Montoneros”, de extrema esquerda, Mario Firmenich não só manifestou o seu apoio à Junta Militar no tocante às Malvinas / Falklands, na “Plaza de Maio”, no dia 10 de abril de 1982, como viajara até Havana para solicitar o auxílio militar de Cuba e conclamar os aliados dos “Montoneros” em todo o Mundo a prestar ajuda à Argentina⁸⁶.

A Junta Militar, quando ocupara o poder em 1976, teve caráter nitidamente anti-comunista e pró-ocidental. Destarte, começara por empreender uma guerra total contra a extrema-esquerda. Esta recebia ordens da União Soviética e era treinada em campos militares da Alemanha comunista, Tchecoslováquia, Cuba e também em bases palestinas e líbias⁸⁷. Até a primeira fase do Governo Galtieri (22/12/1981 - 1/4/1982), a Argentina era considerada um país anti-comunista e firme aliada do Ocidente - de modo especial dos Estados Unidos. De fato, o General Galtieri defendera a criação da Organização do Atlântico Sul (OTAS), com a inclusão da África do Sul, a fim de evitar a escalada da União Soviética e simultaneamente da ala esquerda na América Latina. Também, a Argentina continuaria a fornecer equipes do seu serviço secreto para auxiliar os americanos na luta contra as guerrilhas marxistas - apoiadas pelas ditaduras de Cuba e da Nicarágua - em El Salvador, Honduras e Guatemala (essa aliança argentino-americana para combater os guerrilheiros comunistas da América Central tinha o nome de “Operação Veil”)⁸⁸. Contudo, a partir do dia 2 de abril de 1982, o Governo Galtieri, percebendo que não receberia a aprovação dos Estados Unidos a suas pretensões sobre o arquipélago das Malvinas / Falklands, num ato de desespero, buscou progressivamente contatos com a União Soviética e seus aliados ideológicos.

Entretanto, fatores externos e internos acabariam por levar ao enfraquecimento do regime autoritário do General Galtieri da Argentina. Embora contando com a ajuda da União Soviética e de seus aliados ideológicos - em particular, Cuba e Líbia - e da extrema esquerda latino-americana e doméstica, a Argentina colocara-se em posição antagônica em relação considerável ao poderio

militar do Reino Unido, Estados Unidos, OTAN e todo o Ocidente. No âmbito do sistema interamericano, a Argentina recebera apoio em nível meramente diplomático a suas reivindicações de soberania sobre o arquipélago contestado (com exceção da Venezuela e do Peru que forneceram ajuda militar)⁸⁹. No campo interno, com exceção da extrema-esquerda local, a Oposição não estava interessada em abraçar o regime comunista, representado pela União Soviética e outros membros do bloco comunista, mas - uma vez superada a Crise - consolidar o processo de democratização do país⁹⁰. Deve ser acrescentado, que a Junta Militar do General Galtieri, no caso de tentar-se estabelecer uma aliança com a União Soviética e seus satélites, não contaria com o apoio majoritário do povo argentino - por causa da sua firme fé católica - e das Forças Armadas, na sua quase totalidade contrária à aproximação com o bloco comunista⁹¹. Havia fortes rumores de que setores das forças armadas argentinas, descontentes com a orientação de aproximação com o Bloco soviético do General Galtieri, conspiravam para um possível golpe de Estado⁹².

Preocupados com a tendência de aproximação com Moscou do Governo Galtieri, e decididos a patrocinar - ainda que não abertamente - o processo de democratização na Argentina, os Estados Unidos, através de sua embaixada em Buenos Aires, iniciavam contatos com os principais setores oposicionistas (excluindo, obviamente, a extrema-esquerda). Quando na imprensa veio a lume esta notícia, o Departamento de Estado norte-americano tratou de desmentí-la oficialmente. Entretanto, a notícia era procedente.⁹³ O Embaixador americano em Buenos Aires, Harry Schlaudemann, um veterano especialista em América Latina, convidara para uma reunião na Embaixada norte-americana, dirigentes sindicais, políticos do Partido Radical e peronistas, além de dirigentes militares das três Armas - descontentes com a orientação política do Governo Galtieri. Nesta reunião, o Embaixador Herry Schlaudemann teria defendido em nome do Governo de Washington, o processo de democratização no país - inclusive, com eleições gerais⁹⁴.

Devido à ingerência da União Soviética e de outros países do bloco socialista na Crise das Malvinas / Falklands, reacendeu-se também um conflito

envolvendo valores. Na opinião de PETER AGER, de um lado estava o totalitarismo comunista ateu e, de outro, o Ocidente cristão, com seu rico patrimônio moral e ético e longa tradição democrática⁹⁵. O Reino Unido, os Estados Unidos, a Europa Ocidental, o Brasil e todos os demais países que comungavam dos mesmos valores se aperceberam deste aspecto importante da Guerra no Atlântico Sul.

NOTAS

- ¹ BANDEIRA, Moniz. *O Estado Nacional e a Política Internacional na América Latina*. p. 246.
- ² DOBSON, Christopher et alli. *Malvinas contra Falklands*. pp. 1-100, SAGER, Peter. *El Caso Ejemplar de las Falklands*. Berna, Editora I.S.E., 1983, pp. 36-64.
- ³ LAFER, Celso. *O Brasil e a Crise Mundial*. p. 121.
- ⁴ Id., *ibid.*, p. 122.
- ⁵ ARON, Raymond. *Os Últimos Anos do Século*. pp. 120, 121 e 151.
- ⁶ LAFER, Celso. *op. cit.* p. 123.
- ⁷ KISSINGER, Henry. “*Relações Internacionais na Década de 80*”. Revista Brasileira de Política Internacional, vols. 97-100, 1982, p. 94.
- ⁸ ARON, Raymond. *op. cit.* p. 122.
- ⁹ Id. *ibid.*, p. 254.
- ¹⁰ KISSINGER, Henry. *op. cit.* p. 95.
- ¹¹ VIZENTINI, Paulo F. G. *Da Guerra Fria à Crise*. Rio Grande do Sul, Ed. UFRGS, 1992, p. 88.
- ¹² Idem.
- ¹³ Id., *ibid.*, p. 83.
- ¹⁴ Idem.
- ¹⁵ Id., *ibid.*, p. 84.
- ¹⁶ Idem.
- ¹⁷ VIZENTINI, Paulo F. G. *Grande Crise - A Nova (Des)Ordem Internacional dos Anos 80 aos 90*. Petrópolis Ed. Vozes, 1992, p. 20.
- ¹⁸ Idem. A respeito, o Presidente Ronald Reagan afirmou que “os direitos humanos estão indiscutivelmente no centro da política externa americana. Quando isto tiver utilidade, manifestaremos nossos pontos de vista sobre os direitos humanos de forma pública. Mas há muitos casos em que a diplomacia silenciosa é mais eficaz que sermões em público - estes, frequentemente, produzem efeitos contrários aos desejados. É absolutamente falso que nossos embaixadores esqueceram ou minimizaram os direitos humanos. Eles são parte da herança deste país, da qual todos nos orgulhamos” (“Veja”, 12/05/82. p. 22.).
- ¹⁹ JAGUARIBE, Hélio. “*Reflexões sobre o Atlântico Sul*”. Revista Brasileira de Política Internacional, vols. 97-100, 1982, pp-5-21. Embora este autor adote uma posição crítica em relação ao comportamento dos Estados Unidos e da CEE durante a Crise das Malvinas / Falklands, a sua análise oferece subsídios interessantes acerca do tema. Ver também os dois capítulos desta dissertação referentes aos assuntos.
- ²⁰ Idem.
- ²¹ SAGER, Peter. *op. cit.* pp. 57-58.
- ²² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. “*Diretrizes da Política Externa Brasileira*”. p. 122.
- ²³ BLASIER, Cole. *The USSR and latin America - The Giant's Rival*. 2º ed. Pittsburg, University of Pittsburg Press, 1989, pp. 1-21.
- ²⁴ Id., *ibid.* p. 21.
- ²⁵ Id., *ibid.*, pp. 21-22 e 158.
- ²⁶ JAGUARIBE, Hélio. *op. cit.* p. 9.
- ²⁷ HAYES, Margaret Daily, *Latin América and US National Interest*. Colorado, Westview Press, 1984, p. 255.
- ²⁸ Entrevista de Reagan a “Veja”, 12/5/82, p. 22.
- ²⁹ Idem.
- ³⁰ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. “Influência Russa na Crise das Malvinas”. *Catolicismo* n° 376, abril de 1982, p. 12. O autor deste artigo era o então líder da organização católica anti-comunista TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade). Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995) diplomou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (Universidade de São Paulo). Um dos fundadores da Liga Eleitoral Católica, sendo o deputado mais votado do país para a Assembléia Constituinte Federal de 1934. Exerceu o cargo de professor de história da civilização no Colégio Universitário de São Paulo, bem como o de história moderna e contemporânea na Faculdade de São Bento e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica de São Paulo e diretor do semanário católico “Legionário”. Foi também o principal colaborador do mensário de cultura “Catolicismo”. Entre 1968 e 1990 escreveu assiduamente para a “Folha de São Paulo”. Em 1960 fundou a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), da qual foi presidente vitalício do Conselho Nacional. Inspiradas em “Revolução e Contra-Revolução” - sua obra máxima -, TFPs e associações congêneres se desenvolveram igualmente em 19 países das 3 américas, da Europa, África, Ásia e Oceania. Ver também BANDEIRA, Moniz. *op. cit.*, p. 246.

- ³¹ “Veja”, 21/4/82, p. 19. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. “Brasil, Argentina e Inglaterra face ao inimigo comum: o poderio soviético”. *Catolicismo*, nº 377, maio de 1982, pp. 1-2.
- ³² “O Globo”, 16/05/82.
- ³³ “Veja”, 21/04/82.
- ³⁴ “Jornal do Brasil”, 15/04/82.
- ³⁵ DUROSSELLE, Jean-Baptiste. *Tout Empire Perirà*. Paris, Armando Colin, Éditeur, 1992, pp. 91-93.
- ³⁶ RANELACH, John. *The Agency: The Rise and Decline of the CIA*. New York, Simon Schuster, 1987, p. 656.
- ³⁷ DOBSON, Christopher et alli. op. cit. p. 99. LAQUEUR, Walter. *A World of Secrets - The Uses and Limits of Intelligence*. New York, The Twentieth Century Fund, 1985, p. 352, 377 e 385.
- ³⁸ Idem.
- ³⁹ DOBSON, Christopher et alli. op. cit. pp. 99-101.
- ⁴⁰ Idem. O navio britânico “Camberra” tinha como missão o transporte de desembarque e de equipamentos militares.
- ⁴¹ Idem.
- ⁴² “Jornal do Brasil”, 15/04/82 e “Veja”, 21/04/82.
- ⁴³ Idem.
- ⁴⁴ “Veja”, 19/05/82, p. 48.
- ⁴⁵ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. p. 102.
- ⁴⁶ “Veja”, 21/04/82, p. 30.
- ⁴⁷ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *A Política Exterior Brasileira (1922-1985)*. São Paulo, Ed. Ática, 1986, p. 84. BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*. p. 226.
- ⁴⁸ BANDEIRA, Moniz. op. cit. p. 229.
- ⁴⁹ Idem.
- ⁵⁰ BANDEIRA, Moniz. *O Estado Nacional e a Política Internacional na América Latina*. p. 246. BANDEIRA, Moniz. *O Desafio Internacional*. p. 175.
- ⁵¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. O Itamaraty e o Congresso Nacional. p. 58.
- ⁵² FISHLOW, Albert. “Relação Brasil-Estados Unidos: como evitar o desencontro”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vols. 97-100, 1982, p. 106. BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*. p. 253.
- ⁵³ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, p. 3.
- ⁵⁴ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. “Diretrizes da Política Externa Brasileira”, p. 123.
- ⁵⁵ Id. *ibid.*, p. 80.
- ⁵⁶ Entrevista de Ronald Reagan a “Veja”, 12/05/82, p. 22.
- ⁵⁷ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Um empregado do Itamaraty*. p. 105. “Veja”, 19/05/82, pp. 22-24. “Veja”, 12/05/82, pp. 20-23. *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, pp. 3-5.
- ⁵⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. p. 105.
- ⁵⁹ BANDEIRA, Moniz. *O Estado Nacional e a Política Internacional na América Latina*. p. 246.
- ⁶⁰ “Veja”, 19/05/82. p. 23.
- ⁶¹ Idem.
- ⁶² LAFER, Celso. op. cit. pp. 129-131.
- ⁶³ “Veja”, 19/05/82, p. 23.
- ⁶⁴ SAGER, Peter. op. cit., p. 59. “Veja”, 19/05/82, p. 45.
- ⁶⁵ Idem.
- ⁶⁶ ARON, Raymond. op. cit. p. 142.
- ⁶⁷ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit., p. 95.
- ⁶⁸ Idem.
- ⁶⁹ “Jornal do Brasil”, 07/04/82.
- ⁷⁰ “Folha de São Paulo”, 04/05/82.
- ⁷¹ “Veja”, 09/06/82, p. 38.
- ⁷² “Veja”, 21/04/82, pp. 31-32.
- ⁷³ “Jornal do Brasil”, 30/04/82.
- ⁷⁴ “Veja”, 26/05/82.
- ⁷⁵ “Jornal do Brasil”, 11/04/82.
- ⁷⁶ “Folha de São Paulo”, 04/05/82.
- ⁷⁷ “Veja”, 09/06/82, p. 38.
- ⁷⁸ “Veja”, 02/06/82, p. 34.
- ⁷⁹ “Veja”, 26/05/82, p. 45.
- ⁸⁰ DOBSON, Christopher et alli. op. cit. p. 153.
- ⁸¹ “Veja”, 26/05/82, p. 41.
- ⁸² “Folha de São Paulo”, 28/05/82.
- ⁸³ “O Estado de São Paulo”, 31/05/82.

- ⁸⁴ SAGER, Peter. op. cit., p. 53.
- ⁸⁵ Id. *ibid.*, p. 60. "Jornal do Brasil", 30/05/82.
- ⁸⁶ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas*. p. 119.
- ⁸⁷ SAGER, Peter. op. cit., p. 42.
- ⁸⁸ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. p. 45.
- ⁸⁹ "Veja", 02/06/82, p. 34. "Folha de São Paulo", 28/05/82.
- ⁹⁰ "Veja", 07/07/82, p. 4.
- ⁹¹ "Estado de São Paulo", 31/05/82.
- ⁹² "Veja", 16/06/82, p. 46.
- ⁹³ "Veja", 26/05/82, p. 41.
- ⁹⁴ Idem.
- ⁹⁵ SAGER, Peter. op. cit., p. 70.

Capítulo V

O Brasil e a Crise das Malvinas/Falklands no Contexto do Diálogo Norte-Sul”

Na qualidade de interlocutor privilegiado do Terceiro Mundo, o Brasil procurou defender, com prévio patrocínio e apoio de Washington, a revitalização e o estreitamento do Diálogo Norte-Sul, que já começara, substancialmente, a se agravar com a Crise das Malvinas / Falklands. Esta ação diplomática objetivava o aumento do prestígio internacional do Brasil.

O surgimento do Terceiro Mundo como ator político importante no cenário internacional remonta à época da descolonização da Ásia e da África, após a Segunda Guerra mundial. As razões principais desse processo de descolonização encontrava-se nos declínios dos velhos impérios coloniais europeus, na transnacionalização do capital e no aparecimento de movimentos de libertação nacional. Outro fato favorável é que a Carta das Nações Unidas defendia a emancipação política do mundo colonial¹.

Além disso, os Estados Unidos apoiaram o processo de descolonização, pois tinham interesses em criar novos mercados para os seus produtos manufaturados, investimentos e empresas transnacionais. Por fim, a União Soviética e a República Popular da China tinham fortes interesses em criar novos satélites comunistas².

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, as antigas colônias européias da Ásia e da África tornaram--se independentes. Em 1947, a Índia proclamava a sua independência em relação ao Reino Unido, perdendo este o principal bastião do seu império. Em abril de 1955 reuniram-se 29 países africanos e asiáticos em Bandung, Indonésia, numa conferência, na qual foram defendidos os seguintes pontos: emancipação total dos territórios ainda dependentes, repúdio aos pactos de defesa coletiva patrocinados pelas superpotências - Pacto de Varsóvia e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) - e à Guerra Fria dando ênfase à importância do desenvolvimento sócio-econômico.³

No ano de 1961, ocorreu em Belgrado, na Iugoslávia, a I Conferência dos Países Não-Alinhados, sob o patrocínio do marechal Tito, reunindo países africanos e asiáticos, além de Iugoslávia, Cuba, Chipre e Brasil (este na qualidade de observador). Neste encontro, advogou-se a busca de uma “Terceira Via” (isto é, um socialismo livre de interferências direta da União Soviética e da China comunista), o neutralismo e afro-asiatismo de Bandung. No XX Congresso do Partido Comunista União Soviética (PCUS), em 1956, Moscou oficializara a “desestalinização” e lançou a teoria da diversidade de caminhos para o socialismo - incluindo, a possibilidade de transição pacífica - a qual visava facilitar as alianças políticas nos países do Terceiro Mundo.

Todos esses fatores levaram à independência da maior parte do império colonial europeu na África e na Ásia no período 1957-1975. Este ciclo de descolonização começa pela independência de Ghana, em 1957, e cinco anos depois, da Argélia. Esse processo de descolonização prosseguiu decisivamente na década de 1960 e encerrou o seu ciclo com a emancipação das antigas colônias portuguesas⁴.

No período 1960/1979, houve uma fragmentação do poder mundial em decorrência desse processo de descolonização asiático-africana. Também, no mesmo período, verificou-se uma diminuição relativa do poder econômico dos Estados Unidos e uma crescente presença do Mercado Comum Europeu (MCE), do Japão e da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) no mercado internacional⁵. Entre o final da década de 1960 e o início de 1970, o Terceiro Mundo tornou-se uma força política emergente no cenário internacional através do Movimento dos Países Não-Alinhados e da Organização das Nações Unidas (ONU), que vinha afastando-se paulatinamente da influência norte-americana⁶.

A partir de 1971, o Terceiro Mundo enfrentou uma grave crise sócio-econômica. Naquele ano, o Presidente americano Richard Nixon, com o fim de solucionar o enorme déficit no orçamento interno, decretou o fim da paridade do dólar

ao ouro. Com essa medida, o dólar inflacionava-se ao ser emitido em grande quantidade. Essa emissão seria para sanar o problema orçamentário, o que implicou a depreciação das exportações dos países em desenvolvimento, a valorização das exportações americanas e o início da inflação mundial⁷.

Devido à Guerra do Yom Kippur, o cartel dos países exportadores de petróleo (OPEP) aumentou enormemente o preço do produto em 1973. Entre 1974/1979, intensificou-se a crise econômica e a desestabilização de áreas estratégicas do Terceiro Mundo, no qual ocorriam mais de uma dúzia de revoluções socialistas⁸.

No início da década de 80, a crise sócio-econômica dos países do Sul tornou-se aguda. Atraso no processo desenvolvimentista, protecionismo alfandegário e crescente endividamento externo obrigam o Terceiro Mundo a aumentar suas exportações, a preços desvantajosos, empobrecendo, assim, a sua população. Ao lado disso, esgotam-se os recursos naturais e as fontes de energia. A possibilidade de ocorrência de convulsões sociais e de colapso do sistema financeiro internacional era cada vez maior⁹. O problema da fome e da subalimentação de milhões tornou-se a característica fundamental dos países do Terceiro Mundo.

O diálogo Norte-Sul, entre países industrializados e países em desenvolvimento, que foi lançado em meados de 70, caracterizou-se, até o início dos anos 80, por uma fase de imobilismo e, outra, de relançamento¹⁰. Numa conjuntura internacional caracterizada pela agudização da crise econômica, a cooperação Norte-Sul não avançou consideravelmente no âmbito da ONU, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BIRD), do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e de outros órgãos multilaterais.

No plano internacional, o processo de diversificação de interesses avançou tanto que o mecanismo representado pela Confrontação Leste-Oeste, entre Estados Unidos e União Soviética, e seus respectivos aliados, não podia subsistir como moldura única do sistema inter-estatal. Exemplo extremamente significativo desse processo de diversificação é justamente o Diálogo Norte-Sul, quer dizer, o

conjunto de reivindicações que os países do Terceiro Mundo vêm colocando aos demais¹¹.

Contudo, o Terceiro Mundo não constitui uma unidade bem estruturada: é um todo impreciso, indentificados por características comuns relacionadas com o subdesenvolvimento, no entanto, integrado por Estados que apresentam diversidade de tamanho, população, produto bruto, origens culturais, padrões e possibilidades de desenvolvimento nacional. De fato, esta diversidade contrastava com as peculiaridades do Primeiro Mundo - os países desenvolvidos de economia de mercado- e do Segundo Mundo - os países de economia centralmente planejada -, os quais representavam duas modalidades distintas, mas definidas de civilização industrial¹².

Disto tudo, resultou a crescente complexidade da agenda internacional, que não se reduzia mais ao plano do Conflito Leste-Oeste. Por sua vez, essa complexidade explicava a erosão da previsibilidade no sistema internacional, em termos do problema da paz e guerra em diversas regiões do planeta e, também, de matéria econômica, onde se avolumavam os elementos de tensão no relacionamento Norte-Sul, as dificuldades geradas pela recessão mundial e o risco de insolvência estrutural dos países do Terceiro Mundo¹³.

A Crise das Malvinas / Falklands, gerada pela invasão das Geórgias do Sul, em março, e agudizada pela ocupação militar de Port Stanley, em abril de 1982, acarretou grave elemento de tensão no relacionamento Norte-Sul, paralisando o diálogo entre as partes envolvidas direta e indiretamente no conflito bélico e acarretando temores econômicos no Terceiro Mundo. Era neste contexto que se encontrava o Brasil¹⁴.

Devido à invasão e ocupação militar pelas tropas do general Galtieri do Arquipélago das Malvinas / Falklands, os países do Primeiro Mundo, em aliança com o Reino Unido, desencadeiam uma “guerra econômica”- que consistia na aplicação de

sanções econômicas e comerciais, com o fim principal de dissuadir a Argentina do seu ato de agressão, que não tinha respaldo no Direito Internacional. A Argentina violara, por exemplo, o artigo 1º da Carta das Nações Unidas que reza acerca da manutenção da paz e segurança internacionais; da supressão dos atos de agressão; e, por fim, da solução de controvérsias por meios pacíficos. Por outro lado, é questionável a validade e eficiência da adoção de sanções econômicas e comerciais contra um país ocidental - como o era o caso da Argentina -, com fins políticos e militares - na medida em que restringia ao máximo a possibilidade de o país adquirir armas e equipamentos bélicos no exterior.

No dia 3 de abril de 1982, o Reino Unido decidiu congelar as contas argentinas depositadas no país, no valor de US\$ 5,8 bilhões¹⁵. No dia seguinte, o Reino Unido solicitou de seus parceiros da Comunidade Econômica Européia (CEE) que implementassem sanções econômicas e comerciais contra a Argentina, inclusive a suspensão da venda de material militar a esta¹⁶. Antes de haver sido adotada uma atitude coletiva, no dia 10 de abril de 1982, seis países da CEE já tinham tomado medidas de represália contra a Junta Militar de Buenos Aires, na forma de embargo à venda de armas: República Federal da Alemanha, França, Bélgica, Itália e Holanda (além do próprio Reino Unido)¹⁷.

No tocante ao embargo de venda de armas e equipamentos bélicos é interessante notar o papel decisivo da França e da Alemanha Ocidental na estratégia militar britânica para a reconquista das Malvinas / Falklands. Antes da invasão das ilhas, a Argentina havia encomendado da França 14 aviões “Super Etendards” com os respectivos mísseis “exocets”; a maior parte ainda não tinha sido fornecida. A França decidiu embargar esta venda, o que auxiliou consideravelmente o esforço de guerra britânico (no decorrer do conflito, o “HMS Sheffield” fora afundado por um míssil “exocet”, disparado de um “Super Etendard”). Por sua vez, a indústria alemã “Blohm & Voss” suspendeu a construção de quatro fragatas e de seis corvetas e equipamentos para quatro submarinos de desenho alemão que estavam sendo construídas sob licença nos estaleiros argentinos¹⁸.

Além do embargo total da venda de material bélico, o Reino Unido obteve dos seus sócios da CEE posição favorável à suspensão total das importações argentinas pela própria CEE. Embora a Noruega não fosse membro da CEE, também eliminou as importações argentinas. O embargo europeu acarretou drásticos efeitos negativos à economia argentina, pois 30% do total de suas exportações eram direcionadas ao mercado europeu ocidental¹⁹. A Argentina também retaliou suspendendo as importações da CEE, embora esta medida pouco efeito tivesse ocasionado à economia daquela comunidade de nações²⁰.

Os membros da Commonwealth apoiaram também o Reino Unido na imposição de sanções com notável rapidez. Hong Kong suspendeu todas as suas importações provenientes do país platino. O Canadá acabou por suspender a exportação de equipamento militar à Argentina, de modo especial, peças de helicóptero e material de substituição para veículos blindados²¹. A Nova Zelândia impôs sanções e cortou relações diplomáticas.

Por outro lado, o Japão adotara uma atitude ambígua em relação a Argentina, o que demonstrava que a reação contra o país platino não foi totalmente automática e unânime no Primeiro Mundo. De fato, o Japão havia anunciado que estudaria sobre possíveis medidas contra a Argentina, que, na prática, acabaram não sendo efetivadas. O Reino Unido protestou contra a posição japonesa, a qual classificou de “não inteiramente cooperante” para com um país ocidental. A Argentina ameaçara os países da CEE no sentido de substituí-los pelo Japão no tocante ao comércio, depois de terminada a crise²².

Encerrada a missão mediadora de Alexander Haig, Secretário de Estado americano, os Estados Unidos logo se posicionaram a favor do seu antigo aliado europeu - o Reino Unido -, declarando a imposição de sanções econômicas e comerciais à Argentina, no dia 30 de abril de 1982. Contudo, estas medidas - se

analisadas no seu contexto - não foram completas e nem tiveram a mesma força das que foram implementadas pela CEE, Noruega e Commonwealth.

Em primeiro lugar, os Estados Unidos não impuseram nenhum embargo ao comércio com a Argentina - com exceção, é claro, da venda de armas a este -, cujo montante girava em torno de US\$ 3 bilhões, nem interferiram com os empréstimos de bancos privados ao país platino (o empréstimo norte-americano público e privado era cerca de US\$ 9 bilhões). Contudo, o Governo de Washington suspendeu novos créditos bancários públicos para operações de comércio exterior.²³

O sistema financeiro internacional agia com extrema cautela durante a Crise no Atlântico Sul, pois a insolvência da Argentina poderia causar consequências drásticas aos seus interesses. Em 1982, a Argentina estava entre os 5 maiores devedores do mundo e, naquele momento, calculava-se que o país precisasse de receber cerca de US\$ 10 bilhões para manter os seus compromissos com os bancos credores em dia²⁴. A dívida externa argentina era calculada em US\$ 32 bilhões, representando, portanto, um valor considerável para os bancos credores internacionais. Dos US\$ 32 bilhões, US\$ 6 bilhões da dívida haviam sido concedidos pelos bancos britânicos. Receava-se não só a insolvência da Argentina, em si, mas também que esta insolvência repercutisse negativamente em outras economias sul-americanas. O Brasil não deixou de levar em consideração este aspecto.²⁵

Assim como um colapso econômico da Polônia poderia causar efeitos em cadeia no Leste europeu, o colapso argentino poderia afetar o resto da América do Sul. No entanto, a Junta Militar de Buenos Aires, durante a crise, manteve pontualmente os seus compromissos em relação à dívida externa - excluindo, obviamente, os referentes ao Reino Unido. Esta atitude foi tomada em virtude das necessidades econômicas com as quais a Argentina vinha se deparando e que foram aumentadas com a Crise - o importante era não fazer cessar o ingresso de recursos estrangeiros.²⁶

A posição brasileira foi de repúdio às sanções econômicas e comerciais adotadas contra a Argentina, com base nos preceitos do Direito Internacional Público. De fato, o Brasil deplorava essas medidas impostas pela CEE e, depois, pelos Estados Unidos; além do que, no entendimento da chancelaria brasileira, esta decisão não teria nenhum respaldo na Carta das Nações Unidas, no GATT ou na Resolução nº 502 do Conselho de Segurança da ONU e, portanto, tratava-se de uma medida unilateral que deveria ser revogada²⁷.

Na visita do Presidente do Brasil, General João Batista de Oliveira, a Washington, a 12 de maio de 1982, apresentou-se a posição brasileira acerca do Diálogo Norte-Sul. Além de afirmar que o quadro da política exterior era diversificado e universalista (embora os Estados Unidos continuassem ocupando um lugar importante), o Presidente Figueiredo disse que o Brasil é um país do Ocidente e do Terceiro Mundo. No plano internacional, a política exterior brasileira queria traduzir esta realidade. O mandatário brasileiro denunciou a paralisia do Diálogo Norte-Sul, ao mesmo tempo em que defendia urgência “da tarefa de forjar elos de cooperação entre os povos”²⁸.

Por seu turno, os Estados Unidos também viam com preocupação essa paralisia do Diálogo Norte-Sul e reconheciam o Brasil na qualidade de privilegiado interlocutor entre os países do Primeiro e Terceiro Mundos. Na Casa Branca, no seu discurso em homenagem ao Presidente brasileiro, Ronald Reagan disse que o Brasil era, além de nação latino-americana com participação na construção do Ocidente, também um país em desenvolvimento, que partilha, pois, dos problemas, objetivos e aspirações daqueles Estados que reúnem a maior parte da humanidade.

No quadro de deterioração da conjuntura internacional e da crise econômica, então existente, os Estados Unidos consideravam o Brasil desempenhando papel de decisiva importância no Ocidente e, que, por conseguinte, tinha a tarefa imprescindível de trabalhar em prol da restauração do vínculo de

confiança mútua entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento²⁹. Naquele momento, segundo o mandatário norte-americano:

“(...) não deve o Ocidente industrializado ceder à tentação de isolar-se, ou de tomar medidas de seu interesse unilateral. Deve, antes, vir ao diálogo, tanto em nível global, na perspectiva Norte-Sul, quanto no que diz respeito a crises e problemas localizados, de natureza política ou econômica”³⁰.

Na avaliação do então Chanceler brasileiro, SARAIVA GUERREIRO, no tocante ao Diálogo Norte-Sul (e a outros temas da sua política externa), o Brasil não adotava uma visão emocionalista nem imprudente; mas, sobretudo, uma visão positiva e construtiva. Com efeito, para o Brasil haveria uma complementaridade natural entre o Norte e o Sul, e que, apesar de existirem divergências e disputas, deveria buscar-se a “harmonização de interesses como uma característica fundamental do sistema internacional”³¹. A tarefa brasileira não poderia ser outra senão a de reforçar os mecanismos de harmonização, a nível bilateral, regional e mundial. Haveria, de acordo com o Itamaraty, uma nítida mutualidade de interesses econômicos entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. O Chanceler Saraiva Guerreiro constatava o fato de o Brasil ser visto, naquele momento, como interlocutor válido, como parceiro confiável que deveria ser ouvido e consultado, cada vez mais, pelos países representados pelo Norte e Sul³².

Apesar do “agreement” entre Brasil e Estados Unidos no sentido de se buscar a retomada do Diálogo Norte-Sul, a CEE resolveu renovar o prazo de implementação das sanções econômico-comerciais à Argentina (o prazo inicial expirara a 17 de maio de 1982). Mas o ímpeto da nova decisão é menor. Primeiro, porque o prazo fora prorrogado apenas por mais uma semana. E, depois, porque não havia mais unanimidade dentro da própria CEE: de um lado, Itália e Irlanda se opuseram à continuidade das sanções, preferindo uma solução negociada; do outro, Alemanha Ocidental e a França esclareceram que não retirariam o seu apoio ao Reino Unido no tocante à manutenção de medidas econômicas coercitivas de forma a

pressionar a Junta Militar de Galtieri a implementar a Resolução nº 502 da ONU, que previa a busca de uma solução pacífica e negociada entre os contendores³³.

Embora não tenham sido revogadas durante todo o Conflito das Malvinas / Falklands, as sanções aplicadas pelos Estados Unidos à Argentina eram praticamente inócuas, tendo, porém, um mero caráter político. Por exemplo, a suspensão da venda de armas a Buenos Aires já vinha sendo aplicada desde quando a emenda Humphrey-Kennedy tornara-se lei em 1977. A suspensão de créditos pela “Commodities Credit Corporation” (órgão subordinado ao Ministério da Agricultura norte-americano que funciona como avalista de empréstimos concedidos por bancos privados, com destinação para a venda de produtos agrícolas) também não afetou a Argentina. O bloqueio de créditos concedidos pelo Eximbank só se aplicava a novas linhas de empréstimos, não afetando as anteriores aprovadas, como as destinadas para a construção da hidrelétrica de Yaciretá³⁴. Estavam excluídas das sanções americanas: as contas argentinas nos bancos norte-americanos e o comércio bilateral de caráter não-militar³⁵. Contudo, o verdadeiro significado das sanções era o repúdio do Governo de Washington à agressão argentina.

Apenas a nível retórico, o Governo Galtieri conseguiu apoio à sua reivindicação de soberania sobre o arquipélago das Malvinas / Falklands, porém não ao seu ato de força ao invadir às ilhas. As sanções econômico-comerciais eram vistas pelos países do Terceiro Mundo, como possível precedente a ameaçá-los³⁶. No entanto, a Junta Militar argentina conseguira um apoio, no âmbito dos países ocidentais, apenas de países que têm problemas de fronteira próprios e que, pois, futuramente, poderiam resolvê-los pelo mesmo precedente argentino (Peru, Equador, Bolívia, Venezuela e Guatemala)³⁷. A tentativa da Junta Militar dirigida pelo Presidente Leopoldo Galtieri fracassara sensivelmente ao tentar captar adesões entusiasmadas dos países terceiro-mundistas, incluindo os latino-americanos.

Na América Latina, a reprovação às sanções norte-americanas e da CEE (além dos aliados britânicos representados pela Commonwealth) foi politicamente

significativa. O continente latino-americano pertence igualmente ao Ocidente e, na qualidade de membros sócio-econômicos, ao Terceiro Mundo³⁸. Na hipótese de agressão soviética em larga escala, a América Latina aliar-se-ia à OTAN, pois veria nela um sistema de defesa coletiva eficaz para a segurança continental; no entanto, no campo econômico, não existia um sistema de segurança econômica altamente eficaz como ocorre com os países da Europa Ocidental - no caso da CEE e da Organização Européia de Cooperação e Desenvolvimento (OECD)³⁹. Esta foi a maior vulnerabilidade econômica da América Latina demonstrada pela Crise das Malvinas / Falklands.

No dia 17 de abril de 1982, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em reunião extraordinária, condenou as sanções econômicas impostas contra a Argentina pela CEE, exortando-a a revogar as represálias⁴⁰. No âmbito do GATT, em reunião extraordinária do seu Conselho, o Brasil defendeu, no dia 09 de maio de 1987, a suspensão das sanções econômicas impostas ao país platino pela CEE no Conflito das Malvinas / Falklands⁴¹.

Ao condenar as sanções econômico-comerciais aplicadas contra Buenos Aires pela CEE, Estados Unidos e países da Commonwealth, o Brasil não estava apenas defendendo a revitalização do Diálogo Norte-Sul e criticando o grave precedente que daí poderia advir para os países do Terceiro Mundo notadamente, os da América Latina. Era interesse brasileiro prioritário, a longo prazo, o fortalecimento de suas relações com o país platino para a constituição do eixo Brasília-Buenos Aires, *sine qua non* para a integração efetiva dos países do Cone Sul⁴².

Durante a Crise no Atlântico Sul, o Governo João Figueiredo percebeu que não seria politicamente conveniente o Brasil auferir vantagens das dificuldades defrontadas pela Argentina, com o objetivo de tomar-lhe o espaço no comércio com a CEE e obter receita na ordem de milhões de dólares (através das exportações de carne bovina, couros, soja, derivados oligaginosos e milho)⁴³. O que interessava ao Brasil, de fato, seria a superação do sentimento de rivalidade, estabelecendo a

confiança mútua, e acelerar o processo histórico de aproximação desencadeado pelo Acordo Tripartite de 1979. Para tanto, o governo brasileiro permitiu à Argentina escoar parte de sua produção agropecuária, através dos portos nacionais de Santos, Paranaguá e Rio Grande, possibilitando, assim, ao país platino burlar o embargo comercial e econômico que lhe fora imposto pela CEE.

O Conflito das Malvinas / Falklands agravou a Crise Econômica Internacional verificada em 1982, acarretando prejuízos sensíveis ao Diálogo Norte-Sul. Carlos Geraldo Langoni, então Presidente do Banco Central, delineou os efeitos dessa crise sobre a economia brasileira: desequilíbrios externos aprofundados pelos choques endógenos - a recessão mundial, as altas taxas de juros externas, a desvalorização das moedas européias e do iene e o fechamento dos mercados de vários países do Terceiro Mundo às exportações nacionais de produtos primários e de manufaturados (que representam uma queda de US\$ 3,1 bilhões em relação ao ano de 1981)⁴⁴. Soma-se a isso o serviço da dívida, onde as despesas com os juros atingiram US\$ 12,6 bilhões, combinado com o péssimo desempenho da balança comercial (com saldo positivo de apenas US\$ 778 milhões). No conjunto, esses fatos provocaram o elevado déficit em conta corrente de US\$ 14,7 bilhões⁴⁵. Além da crise mexicana (de setembro de 1982), a Guerra no Atlântico Sul, acarretou impactos negativos e cumulativos sobre o comportamento do sistema financeiro internacional⁴⁶.

A instabilidade da economia internacional, a redução do crescimento econômico, a elevação do nível de desemprego e as restrições ao comércio internacional provocaram consideráveis efeitos negativos sobre os países do Terceiro Mundo, o que implicou o reescalonamento de suas dívidas externas⁴⁷. Com o ingresso de grandes países devedores nessa lista, de modo especial o México, constatou-se a paralisação efetiva das operações do mercado financeiro internacional privado dos países em desenvolvimento, sobretudo, com os da América Latina - notadamente, o Brasil.

Embora tenha durado apenas cerca de três meses, a Guerra das Malvinas / Falklands, envolvendo uma potência econômica do Primeiro Mundo - o Reino Unido - e um país em desenvolvimento - a Argentina -, criou novo elemento de tensão no Diálogo Norte-Sul, devido às sanções econômicas e comerciais impostas ao país platino; e, em medida menor, dentre outros fatores, serviu para agravar a crise econômica internacional do início da década de 1980, ao implicar em enormes gastos militares por parte de ambos os contendores, cada qual em torno de US\$ 1 bilhão.⁴⁸

No contexto da Crise no Atlântico Sul, o Brasil procurou aumentar o seu prestígio internacional, servindo de interlocutor privilegiado no Diálogo Norte-Sul, com breve anuência de Washington; ao mesmo tempo, procurou atenuar os efeitos da guerra sobre a economia argentina.⁴⁹

NOTAS

¹ VIZENTINI, Paulo F. G. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1922)*. p. 38

² Idem.

³ Id., *ibid.*, p. 41.

⁴ Id., *ibid.*, pp. 44-58.

⁵ LAFER, Celso. *O Brasil e a Crise Mundial*. p. 123.

⁶ VIZENTINI, Paulo. G. F. *op. cit.* p. 59.

⁷ Id., *ibid.*, p. 62.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ BUENO, Clodoaldo. *A Política Multilateral Brasileira*. in CERVO, Amado (Org). *O Desafio Internacional*. Brasília, Ed. UnB, 1994, p. 128.

¹¹ LAFER, Celso. *op. cit.*, p. 123.

¹² Idem.

¹³ Id., *ibid.*, p. 124.

¹⁴ JAGUARIBE, Hélio. "Reflexões sobre o Atlântico Sul", *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vols. 97-100, 1982, p. 9.

¹⁵ "Veja", 07/04/82, p. 24.

¹⁶ DOBSON, Christopher et. alli. *Malvinas contra Falklands*. p. 11.

¹⁷ "O Globo", 10/04/82.

¹⁸ DOBSON, Christopher et. alli. *op. cit.* p. 93.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 94.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ "Veja", 21/04/82, p. 37.

²⁵ DOBSON, Christopher et. alli. *op. cit.*, p. 55.

²⁶ Idem.

²⁷ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Congresso Nacional*. p. 58.

²⁸ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, p. 4.

²⁹ Idem.

- ³⁰ Idem.
- ³¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *"Diretrizes da Política Externa Brasileira"*. pp. 122-123.
- ³² Id. *ibid.*, p. 123.
- ³³ DOBSON, Christopher et alli. *op. cit.*, p. 96.
- ³⁴ "Veja", 05/04/82.
- ³⁵ Idem.
- ³⁶ JAGUARIBE, Hélio. *op. cit.*, pp. 5-12.
- ³⁷ "Veja", 21/04/82.
- ³⁸ JAGUARIBE, Hélio. *op. cit.*, p. 12.
- ³⁹ JAGUARIBE, Hélio. *Reflexões sobre o Atlântico Sul*. in SEITENFUS, Ricardo. *Bacia do Prata: Desenvolvimento e Relações Internacionais*. p. 56.
- ⁴⁰ "Correio Braziliense", 18/04/82.
- ⁴¹ ARAGÃO E FROTA, Luciana Silveira. *Brasil-Argentina: Divergências e Convergências*. p. 202.
- ⁴² BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*, p. 245.
- ⁴³ Idem.
- ⁴⁴ BANCO CENTRAL DO BRASIL. "Relatório 1982", vol. 19, nº 2, fevereiro de 1983, p. 3.
- ⁴⁵ Idem.
- ⁴⁶ Idem.
- ⁴⁷ Idem.
- ⁴⁸ "Correio Braziliense", 10/04/82.
- ⁴⁹ Idem.

Capítulo VI

***O Brasil e os Reflexos da
Crise no Atlântico Sul sobre
o Sistema Interamericano***

A invasão militar argentina do arquipélago das Malvinas / Falklands desencadeou uma aguda crise no sistema interamericano, cujos pilares principais - a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) - sofreram profundo abalo. Além da ineficiência da OEA em evitar a eclosão do conflito armado (na Zona de Segurança definida pelo art. 4 do TIAR), a questão das Malvinas / Falklands ressuscitou, em 1982, antigas disputas territoriais no continente americano, as quais, seguindo o precedente argentino, poderiam ter se transformado em novos conflitos militares¹.

Neste sentido, a solidariedade americana tornou-se mito político, mera figura de retórica diplomática. No âmbito do TIAR, o apoio logístico e informativo proporcionado pelos Estados Unidos ao seu maior aliado europeu da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) - o Reino Unido - causou impacto negativo à sua imagem perante os países latino-americanos. Entretanto, à luz do Direito Internacional Público, alusivo ao continente americano, deve-se ressaltar que o país agressor foi a Argentina. Outra razão para não se invocar o artigo 8º do Tratado do Rio é o fato de o Reino Unido não ter ameaçado, nem efetivado o uso da força contra o continente americano - o Arquipélago das Malvinas / Falklands foi definido pelas Nações Unidas como território sob litígio, sem uma definição jurídica acerca da sua soberania.²

Neste contexto de deterioração do sistema interamericano, o Brasil atuará no sentido de restaurar o prestígio, sobretudo, da OEA e do TIAR. Também buscará revitalizar os laços de confiança entre os países do continente, notadamente entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.³

Sob o aspecto jurídico, a invasão do Arquipélago das Malvinas / Falklands perpetrado pela Junta Militar dirigida pelo General Galtieri violara os preceitos do TIAR e da Carta da OEA. Por exemplo, a Argentina infringiu o estabelecido no artigo 1º do TIAR, o qual reza que nenhuma parte contratante recorrerá a ameaça nem ao uso da força em qualquer forma incompatível com a Carta

das Nações Unidas. No tocante à Carta de Bogotá, o ato argentino violou também o artigo 2º (manutenção da paz e segurança continentais e solução pacífica de controvérsias); o artigo 3º (o direito internacional como norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas; condenação à guerra de agressão); o artigo 20 (não reconhecimento das aquisições territoriais obtidas pela força); o artigo 23 (todas as controvérsias submetidas a processos pacíficos)⁴. A violação argentina ao que rezam a Carta da OEA e a do TIAR, decorrente do ato de agressão militar perpetrado pela Junta Militar argentina, foi a causadora principal da crise do sistema interamericano em 1982.

A invocação do artigo 8º do TIAR por parte da Argentina, portanto, carece de validade jurídica. Neste artigo, estão previstas as várias medidas que devem ser tomadas, em caso de agressão praticada por potência extra-continental a um país-membro da OEA, desde o rompimento de relações diplomáticas até o emprego da força armada. Porém, à luz do Direito Internacional Público, o país agressor havia sido a própria Argentina, contra um território que se encontrava em litígio com o Reino Unido.⁵

Diante da invasão das Malvinas / Falklands, o Brasil teria adotado, na visão oficial do Itamaraty, uma posição consoante com a prática tradicional que vinha seguindo desde 1833. Na declaração do Chanceler Saraiva Guerreiro, no dia 2 de abril de 1982, o Brasil apoiava a reivindicação argentina sobre as ilhas, desde quando tinham sido ocupadas militarmente pelo Reino Unido em 1833. Naquele ano, o Império brasileiro teria apoiado às gestões de protesto do país platino em Londres. Também afirmou que o Brasil sempre esperava que as partes resolvessem o problema por meios pacíficos e depois de praticada, pelo Governo argentino, uma ação direta para a ocupação das ilhas, “a única coisa que podemos fazer é esperar que as relações não se deterioreem ainda mais entre as duas nações amigas”⁶

Contudo, esta tradição brasileira de defesa da reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas / Falklands, que remontaria ao ano de 1833, é

contestada por JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES. Afirma este que as relações conflitantes entre o Império do Brasil e o Governo de Buenos Aires, cujas raízes históricas regridem à própria fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, passando pela Guerra da Cisplatina e a Guerra contra o ditador Rosas, no século XIX, teriam levado o Brasil a não apoiar as reivindicações argentinas sobre as ilhas Malvinas / Falklands⁷.

No ano de 1833, quando ocorrera a ocupação militar britânica das ilhas, segundo HONÓRIO RODRIGUES, instruções foram enviadas pela Regência em nome do Imperador D. Pedro II, ao representante brasileiro em Londres, Eustáquio Adolfo de Mello e Matos, nas quais o Império apenas teria se limitado a atender um apelo de Buenos Aires com a finalidade de colaborar no sentido de encontrar junto ao Governo de sua Majestade britânica uma solução para o diferendo oriundo do fato transcorrido⁸. Portanto, não haveria sentido em se referir a um reconhecimento do Brasil dos direitos defendidos pela Argentina sobre as Ilhas Malvinas / Falklands, como raiz de uma tradição diplomática firmada num fato concreto e objetivo, formalizado conforme as regras internacionais.

No que se refere à reação do continente acerca das ilhas pelo Reino Unido, em 1833, praticamente não houve solidariedade dos países americanos. De acordo com PAUL GROSSAC, a Argentina enviara, logo após “la usurpación”, um informe diplomático aos países americanos sobre o fato. Na realidade, só a Bolívia acabou expressando a sua solidariedade.⁹ O Império brasileiro respondeu em termos de “coadjuvação e bons ofícios”, não indo, entretanto, além disso. A atitude de outras nações do continente também foi semelhante à do Brasil. Pelo fato de estar com relações rompidas com os Estados Unidos, a Argentina não pôde testar a proteção da Doutrina Monroe¹⁰.

Outra crítica empreendida em relação ao apoio brasileiro à Argentina sobre as Ilhas Malvinas / Falklands é a incompatibilidade entre o conceito do *jus possidetis* e o “direito de herança”. JORGE BOAVENTURA, professor da Escola

Superior de Guerra, sustentou que o Brasil não poderia ter defendido a causa argentina, que se assenta sobre o “direito de herança”¹¹. As fronteiras brasileiras foram traçadas sob a égide da tese do *jus possidetis*, doutrina criada pelo diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão, a da prevalência da soberania sobre território efetivamente ocupado. Se prevalecesse o “direito de herança”, entretanto, o território seria, hoje, tão-somente a franja a Oeste pelo denominado “meridiano de Tordesilhas”, que corta o Brasil em uma linha que aproximadamente liga Belém, no Norte, a Laguna, no Sul, não incluindo, pois, o que fora desbravado pelos bandeirantes¹². O historiador JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES possui a mesma opinião, ao ressaltar que o argumento da transmissão da herança seria inaceitável, histórica e juridicamente, pois “os independentes não herdam: possuem e criam”¹³.

Um aspecto importante da posição brasileira no tocante à questão das Malvinas / Falklands é de que esta não constituiria um problema colonial, e sim uma disputa de soberania. Entretanto, a Argentina encara-a no âmbito do colonialismo e o Reino Unido, embora a considere vinculada à autodeterminação dos povos (dos “Kelpers”), em 8 de fevereiro de 1892 concedera o *status* de colônia às Ilhas Mavinas / Falklands¹⁴. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a OEA também interpretam o problema vinculado ao processo de descolonização¹⁵. No entanto, a posição da Chancelaria brasileira desejava que o problema não fosse envolvido num clima de emocionalismo, como embate entre Metrópole e colônia dentro de um processo emancipatório; porém, que o diferendo fosse resolvido em pé de igualdade entre Reino Unido e Argentina, no âmbito do Direito Internacional Público.

O entendimento jurídico da Chancelaria brasileira é de que nunca houve um laudo arbitral ou sentença internacional ou tratado que dessem validade jurídica *erga omnes*, à ocupação das Ilhas Malvinas / Falklands pelo Reino Unido em 1833. E desde 1965, quando as Nações Unidas trataram do tema, o Brasil votou favoravelmente às resoluções principais (1965, 1973, 1976), no quadro do tema de descolonização¹⁶.

Durante a visita do presidente Figueiredo aos Estados Unidos, em 12 de maio de 1982, o Brasil manifestou a sua firme defesa do fortalecimento do sistema interamericano, estruturado nos pilares representados pela OEA e TIAR. No entanto, o mandatário brasileiro enfatizou a necessidade de haver o reatamento dos laços de confiança entre os países do continente americano, para que “possa prosperar o espírito de conciliação e paz”¹⁷. Esta proposta brasileira seria uma das mais importantes da agenda bilateral. Além disso, o Brasil criticou os Estados Unidos por não se manterem neutros no decorrer da Crise no Atlântico Sul¹⁸. O Brasil procurou defender, junto ao seu principal aliado estratégico - os Estados Unidos -, o fortalecimento da OEA e do TIAR. Neste sentido, o Chanceler Saraiva Guerreiro pondera:

“Há, evidentemente, uma crise política no sistema [interamericano], mas isso é uma coisa; a outra são as idéias, o conteúdo do tratado. E eu acho que essas idéias permanecem de pé. Agora, que há uma crise política, há por diversos motivos”¹⁹

No que se refere a uma possível interferência direta da União Soviética na Crise das Malvinas / Falklands, o Brasil defenderia a inovação do artigo 8º do TIAR. Na véspera da crise, no dia 1º de abril de 1982, o Itamaraty considerava que, no caso de um eventual ataque naval da União Soviética ao continente americano, as forças interamericanas poderiam ser mobilizadas, com a contribuição dos Estados Unidos, com base no TIAR²⁰.

Quando do surgimento da crise anglo-argentina, a política latino-americana dos Estados Unidos vinha desencadeando um processo de reaproximação com a América do Sul. No primeiro ano de seu governo, o Presidente Ronald Reagan tentara forjar um relacionamento especial com a Argentina e a Venezuela. Porém, a queda do poder do democrata-cristão Napoleón Duarte em El Salvador ocasionou a perda de interesse do governo democrata-cristão venezuelano pela política centro-americana de Washington²¹. E, devido à invasão militar das Malvinas / Falklands, o eixo de segurança Argentina-Estados Unidos foi rompido. Por essa razão, o Governo

Reagan começou a se aproximar do Brasil - “uma força a favor da moderação, com quem conviria ter contatos mais frequentes”²². Analisada no âmbito regional, a Crise no Atlântico Sul era prejudicial às políticas latino-americanas do Brasil e dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos se encontravam frente a conflitantes posições entre a decisão de se manterem neutros ou apoiarem o Reino Unido. DUNSHE DE ABRANCHES ponderou se seria razoável os Estados Unidos se manterem neutros ante a intransigência argentina em negociar a crise - face as suas obrigações convencionais de apoiar o Reino Unido como membros que são da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), vital para a sobrevivência norte-americana, em um conflito nuclear com a União Soviética²³. De fato, recusar auxílio, ainda que meramente logístico e informativo, ao Reino Unido, seria alienar o seu melhor aliado na Europa Ocidental. Atualmente, é sabido que o auxílio logístico de Washington, secreto (quanto aos seus detalhes) à época, foi considerável, seja no fornecimento de tanques, aviões e mísseis aéreos, seja principalmente na área de inteligência, através de informações captadas por seus satélites²⁴.

A decisão da Junta Militar, sob a chefia do General Leopoldo Galtieri, de invadir e ocupar, pelo emprego da força, o arquipélago das Malvinas / Falklands fez ressucitar os ânimos sobre antigos conflitos territoriais no continente americano, assim, acarretando possível instabilidade hemisférica. Com efeito, o Itamaraty estava profundamente preocupado com este aspecto²⁵.

Na época, haviam 14 focos de disputa territoriais ameaçando a paz no continente americano. Dessas disputas, as que ofereciam maior probabilidade de se transformarem em conflitos armados - além, é claro, da questão das Malvinas / Falklands, que virou conflito de fato - foram: a do Canal de Beagle (posse das Ilhas Pictón, Lenox e Nueva) entre Argentina e Chile; Guiana e Venezuela (região a oeste do rio Essequibo, de 140.000 Km²); Honduras e El Salvador; Peru e Equador (área amazônica entre os rios Marañon, Zamora e Santiago, com 300.000 Km²); Nicarágua e Honduras²⁶. Por outro lado, as disputas com nível inferior de conflituosidade, isto é,

que apresentavam pouca probabilidade de se tornarem conflitos armados - foram: Canal do Panamá, entre os Estados Unidos e o Panamá; Argentina e Paraguai (rio Pilcomayo); Guatemala e Belize (o governo do primeiro reivindica todo o território do segundo como seu, com base no “direito de herança” da coroa espanhola); Cuba e Estados Unidos (sobre a base de Guantánamo, base americana encravada em solo cubano); Nicarágua e Colômbia; Colômbia e Venezuela (Golfo de Maraciabo e península Guaira); Guiana e Suriname (dúvidas acerca da linha de fronteira, se deve o rio Courantyne ou New River, envolvendo uma região de 14.000 Km²); e, por fim, entre Peru, Chile e Bolívia (a região envolvendo as antigas províncias peruanas de Tarapaca, Tacna e Árica e a boliviana de Antofagasta, conquistadas pelo Chile na Guerra do Pacífico)²⁷.

Ainda em relação à disputa com o Chile, a Argentina dispunha de um plano secreto - até abril de 1982 - para conquistar o Canal de Beagle. Logo após a invasão das Malvinas/ Falklands, a Argentina pretendia capturar as três ilhotas do canal - Lenox, Pictón e Nueva -, que não foi posto em prática devido à surpresa da Junta Militar com a rápida decisão do governo britânico de deslocar uma força-tarefa para a região. Denominado “Operação Rosário”, o plano argentino estaria começando a entrar em ação em dezembro (1981) / janeiro de 1982, durante a reunião extremamente reservada do Estado-Maior conjunto. Seu idealizador foi o Almirante Horácio Saratiegui, Comandante da Base Naval de Ushuaia (a mesma base que recebera o navio de espionagem soviético “Akademic Knipovich”)²⁸. Saratiegui era o homem de confiança do Comandante-em-chefe da Armada argentina, Almirante Jorge Isaac Anaya.

Dentre os fatos que sugerem a veracidade da informação acerca da “Operação Rosário” há aquele de que, no final de abril de 1982, as autoridades terem mudado a denominação “Teatro de Operações das Malvinas” para “Teatro de Operações do Atlântico Sul”. Na mesma semana, o General da reserva, OSIRIR VILLEGAS publicou, no jornal “La Razón” (espécie de porta-voz do Exército Argentino), a seguinte declaração: “Malvinas ou Beagle são as duas faces de um

mesmo conflito”²⁹. Por fim, o próprio fato do Almirante Anaya fazer parte da Junta Militar do General Galtieri na qualidade de representante da Marinha, corrobora a hipótese da existência desse plano secreto. Em 1978, ano em que a Argentina e o Chile quase entraram em guerra, o Almirante Anaya foi o grande responsável pelo reavivar da questão do Canal de Beagle. Além disso, ele precipitou os acontecimentos no Atlântico Sul ao encorajar a expedição de Davidoff às Ilhas Geórgias do Sul (Ilha de “San Pedro”), em 19 de março de 1982, e também, por conta própria e sem consulta prévia aos outros membros da Junta Militar, enviara navios da frota argentina para o mar rumo a região das Malvinas / Falklands³⁰.

Outro fator que poderia desestabilizar a segurança hemisférica era que a Argentina planejava nuclearizar o Atlântico sul. A Junta Militar do General Galtieri tinha grandes ambições em relação ao Arquipélago das Malvinas / Falklands. Havia sido elaborado um plano pelo almirante Castro Madero, no decorrer da crise, que consistia em armazenar nas Ilhas Geórgias do Sul resíduos atômicos com o objetivo de desenvolver bombas atômicas e se possível realizar explosões atômicas³¹. Na hipótese disto ter sido concretizado, haveria a violação do Tratado de Tlateloco, o qual defende o banimento das armas atômicas do continente latino-americano.

Nesse ambiente de perigo real e iminente à paz hemisférica, a OEA tenta desempenhar um papel de pacificador. No dia 14 de abril de 1982, o Conselho Permanente da OEA aprovou uma resolução na qual oferece “cooperação amistosa” para a solução do conflito envolvendo Argentina e Reino Unido³². Esta decisão (da qual não participaram os Estados Unidos) favorecia a Argentina, pois conseguia evitar que o órgão interamericano se envolvesse na mediação do conflito com o Reino Unido. Sua preocupação era de que, nesse caso, as possibilidades de invocação do Tratado do Rio contra o Reino Unido estariam prejudicadas na mesma medida em que a OEA estivesse desempenhando papel de mediadora. Essa proposta havia sido apresentada, uma semana antes, pela Colômbia com o apoio de Equador e Costa Rica; mas no texto original, a Argentina substituiria, na véspera da votação, a expressão “bons officios” pela de “cooperação amistosa”, afastando o órgão de

qualquer envolvimento de mediação³³. Na reunião, o representante brasileiro, Marcos César Meira Naslausky, expressou que “o Governo brasileiro julgava que o Conselho Permanente deveria manter-se em vigília para oferecer seus préstimos de solidariedade mundial e interamericana”. Acrescentou que o Brasil sempre propugnava a solução pacífica de controvérsias³⁴.

No dia 19 de abril de 1982, a Argentina deu início aos procedimentos para a convocação da Reunião de Consulta dos Chanceleres com a finalidade de se analisar a crise à luz do TIAR. A tese argentina era de que deveria ser invocado o artigo 8º do TIAR em caso de uma suposta agressão britânica ao território continental argentino³⁵. Na Reunião de Consulta a tendência predominante era de uma manifestação geral de apoio à reivindicação argentina e de um apelo à paz; considerou-se como praticamente impossível a invocação do artigo 8º do TIAR³⁶. Ao final do encontro preliminar entre os países signatários da Carta da OEA, com base no artigo 6º do TIAR (que prevê a convocação do Órgão de Consulta, para analisar uma situação que possa colocar em risco a paz hemisférica), ficou decidido a realização de uma Reunião de Consulta dos Chanceleres americanos para o dia 26 de abril de 1982. A iniciativa contou com 18 votos favoráveis, nenhum contra e três abstenções - Colômbia, Trinidad-Tobago e Estados Unidos (que classificaram a convocação de “inoportuna”)³⁷.

O Brasil, de acordo com o Chanceler Saraiva Guerreiro, não tinha uma posição definida sobre o mérito do pedido da Argentina, no que se refere à aplicação do TIAR para defender-se do Reino Unido. Contudo, apoiava sistematicamente os pedidos de convocação de reuniões de consulta de nível de chanceleres na OEA, partindo do princípio de que este é um direito que a nenhum país-signatário deveria ser negado³⁸. O voto favorável do Brasil foi neste sentido.

Nos preparativos para a XX Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA, o Brasil desempenhou papel extremamente relevante - e até decisivo. No dia 24 de abril de 1982, na residência do Embaixador argentino em Washington, Raúl

Quijano, em que estavam presentes os Chanceleres do Paraguai, Uruguai e Venezuela, o Chanceler Saraiva Guerreiro tomou a iniciativa de redigir o projeto de resolução que seria posto em votação na OEA³⁹. Na residência do Embaixador argentino, o Chanceler brasileiro teve um encontro reservado com o seu colega argentino, Nicanor Costa Méndez. Nesse encontro, o Chanceler Saraiva Guerreiro explicou-lhe que estava sendo preparado, pelo Brasil, um texto pró-argentino, porém moderado, que não endossava a ação militar inicial do país platino, nem caracterizava uma situação em que coubesse medidas coletivas no sentido do artigo 8º do Tratado do Rio⁴⁰.

Apesar de ter redigido o texto original, o Brasil apenas aparecia como patrocinador da proposta, que seria apresentada à votação no encontro dos Chanceleres americanos, pelo Chanceler do Peru, Javier Arias Stella. O principal objetivo do Brasil, na XX Reunião de Consulta, era defender o princípio da solidariedade americana, evitar a deterioração das relações da América Latina e os Estados Unidos e com a Europa Ocidental e manter a validade do TIAR⁴¹.

No dia 28 de abril de 1982, o projeto brasileiro-peruano (na verdade, só brasileiro) alcançou a vitória diplomática com a aprovação por 17 votos a favor e 4 abstenções (Estados Unidos, Colômbia, Chile e Trinidad-Tobago). Primeiramente, destacava a importância de ser aplicada em toda a sua integridade a Resolução 502 do Conselho de Segurança da ONU. Embora reconhecendo a soberania argentina sobre “las Islas Malvinas”, não condenava (apenas deplorava) as sanções impostas pela Comunidade Econômica Européia (CEE). Por fim, recomendava aos países beligerantes - Argentina e Reino Unido - a uma trégua, cujo objetivo era permitir o restabelecimento de gestões diplomáticas⁴².

Talvez o mais importante aspecto da proposta aprovada tenha sido exatamente a ausência de qualquer referência às medidas previstas no artigo 8º do TIAR. Reconhecê-lo seria a negação do princípio de justiça e do Direito Internacional Público. Com efeito, como o Chanceler Saraiva Guerreiro afirmou, os fatos não

caracterizavam uma agressão externa ao continente que obrigasse a tomar as medidas do referido artigo do TIAR⁴³.

A resolução aprovada serviu de alicerce para as decisões tomadas relativas à crise das Malvinas / Falklands no âmbito do Sistema Econômico da América Latina (SELA) e da Associação Latino Americana de Integração (ALADI)⁴⁴.

No decorrer da Crise das Malvinas / Falklands, havia indícios verossímeis que referiam-se a uma aliança secreta entre o Reino Unido e o Chile - com a intermediação norte-americana. PÉRICLES AZAMBUJA afirma que essa aliança consistia basicamente em utilizar o território chileno como base de atuação de comandos especiais britânicos e a permissão de passagem de navios de guerra britânicos vindos do Pacífico Sul⁴⁵. Com relação ao primeiro ponto, os comandos britânicos seriam do SBS (“Special Boat Squadron”) - grupo altamente profissional de elite recrutado entre os marines e, em teoria, destinado a proteger instalações petrolíferas do Mar do Norte de eventuais ataques terroristas. Provavelmente, é a unidade mais secreta das Forças Armadas britânicas - tendo sua origem na Segunda Guerra Mundial - e estão subordinados apenas ao Ministério da Defesa⁴⁶. No dia 19 de abril de 1982, caíra um helicóptero britânico a 18 km de Punta Arenas, na Cordilheira dos Andes, e, provavelmente, segundo PÉRICLES AZAMBUJA, teria desembarcado comandos britânicos (do SBS) que agiria em missão de espionagem e sabotagem nas bases aéreo-navais argentinas de Rio Grande, na Terra do Fogo e do Rio Gallegos, capital da Província de Santa Cruz⁴⁷.

Ainda de acordo com PÉRICLES AZAMBUJA, o General Vernon Walters, ex-Diretor da CIA, teria tido um encontro reservado com o Presidente do Chile, o General Augusto Pinochet, e firmado com este um acordo para a livre passagem de navios de guerra britânicos pelo Estreito de Magalhães (de fato, ocorreram deslocamentos desses navios pelo Estreito)⁴⁸.

Muito embora a força-tarefa britânica nunca tivesse, no decorrer de todo o conflito das Malvinas / Falklands, efetuado ataque direto ao território continental argentino, a notícia de uma provável ação de comandos especiais britânicos, atuando contra bases aéreo-navais no território argentino, poderia ter se transformado em novo conflito armado - entre Argentina e Chile.

Os reflexos da Crise das Malvinas / Falklands sobre o sistema interamericano foram muitos; dentre estes, pode-se citar a ressurreição das disputas territoriais (em torno de 13), que poderiam, também, transformar-se em novos conflitos armados com inspiração no precedente argentino; a crise nas relações entre América Latina e os Estados Unidos (devido, sobretudo, à falta de neutralidade destes); a perda de representatividade e legitimidade da OEA em conseguir evitar o surgimento e a eclosão de conflitos armados no continente. Além disso, a constatação da inexistência de um sistema de segurança econômica para os países latino-americanos - o que não ocorreu com a Europa Ocidental, por esta dispor de instrumentos eficazes de segurança coletiva, como a CEE e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴⁹.

Neste último aspecto, cabe ressaltar que o conflito das Malvinas / Falklands demonstrou a existência de vulnerabilidade econômica dos países latino-americanos face a grave crise econômica internacional na época. Enquanto corolário do princípio de solidariedade continental, a segurança econômica foi relativamente inoperante, visto que as ações dos países da América Latina mostraram-se descoordenadas, heterogêneas e aquém do esperado diante das dificuldades enfrentadas pela Economia Internacional no início da década de 1980. Em decorrência, os países da América Latina passaram a considerar a integração econômica não somente como instrumento de progresso, mas, outrossim, como uma forma de se atingir a independência, a autonomia e a redução da vulnerabilidade econômica e estratégica, frente à crise da economia internacional⁵⁰.

E a concretização deste anseio teve início com a VIII Reunião Ordinária do SELA, celebrada em Caracas, em agosto de 1982. Neste evento, o seu Conselho aprovou a Resolução 113 - relativa à segurança econômica regional - através da qual se instituiu um mecanismo de consulta, coordenação e execução, que permitia aos Estados-Membros exercerem sua solidariedade eficazmente, no caso em que fossem objeto de medidas econômicas coercitivas por parte de terceiros países⁵¹. Por sua vez, a Secretaria Permanente do SELA elaborou o documento “Bases para uma Estratégia de Segurança e Independência Econômica da América Latina”, o qual visava orientar para a implementação de uma estratégia de fortalecimento da segurança econômica regional nas áreas do comércio, financiamento externo, seguros e resseguros, transporte internacional, tecnologia e alimentação⁵².

Ao Brasil interessava, no âmbito do sistema interamericano, diante dos diversos efeitos negativos da Crise no Atlântico Sul, o fortalecimento político da OEA, a continuidade da vigência do TIAR, a criação de mecanismos eficazes para dirimir acerca das disputas de fronteira existentes, o revigoramento da solidariedade continental, o estreitamento das relações da América Latina com os Estados Unidos e o Reino Unido. Neste aspecto, deve ser ressaltado que nenhum país latino-americano rompeu relações com Washington nem com Londres, embora a crise tenha abalado, de certa forma, esse relacionamento, e gerado protestos diplomáticos dirigidos a estes dois membros do Primeiro Mundo⁵³.

Outro tema que despertou vivo interesse por parte do Brasil foi o seu relacionamento com a Argentina. Primeiramente, era objetivo da diplomacia brasileira acelerar o processo de aproximação com a Argentina que se consolidara a partir do Acordo Tripartite - que resolveu a Questão de Itaipu - em 1979. Também era interesse brasileiro - embora não explicitado - que a Junta Militar dirigida pelo General Leopoldo Galtieri saísse pacificamente do poder, e desse lugar a um governo de transição que, por sua vez, promovesse o processo de democratização do país. Com a rendição argentina, no dia 14 de junho de 1982, e a renúncia do General Galtieri três dias depois, o novo Presidente argentino, General Reynaldo Bignone,

iniciou o processo de democratização do país, ao convocar para uma reunião 33 dirigentes de treze partidos políticos⁵⁴.

Segundo análise brasileira, a permanência da Junta Militar do General Galtieri era prejudicial aos seus vitais interesses. Devem ser destacados os que dizem respeito a temas como: Atlântico Sul, Antártida, sepultamento definitivo da Questão Itaipu. Além disso, a Junta Militar do General Galtieri representava instabilidade político-militar a nível hemisférico e mundial (face à possibilidade de interferência direta da União Soviética - e seus aliados ideológicos - no Conflito das Malvinas / Falklands).

Na opinião de MONIZ BANDEIRA, o aspecto mais significativo era que o Conflito de 1982 impulsionou a reestruturação da política hemisférica, com o Brasil, Argentina e Uruguai a se realinharem, a partir do processo de democratização desencadeado na América do Sul, visando, sobretudo, a constituição de um mercado comum. De fato, os entendimentos entre os três países sul-americanos alcançaram uma dimensão cooperativa considerável, não apenas no âmbito econômico, mas também no político e geopolítico⁵⁵.

NOTAS

- ¹ Ver TIAR, art. 4º.
- ² Ver TIAR, art. 8º.
- ³ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, p. 4.
- ⁴ Ver Carta da OEA artigos 2º, 3º, 20 e 23.
- ⁵ Ver TIAR, art. 8º.
- ⁶ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, p. 63.
- ⁷ Apud. AZAMBUJA, Péricles *Falkland ou Malvinas - O Arquipélago Contestado*, p. 263.
- ⁸ Idem.
- ⁹ Idem.
- ¹⁰ Idem.
- ¹¹ “Estado de São Paulo”, 06/05/82. ARGENTINA. Secretaría de Informática Pública de la Presidencia de la Nación. “Islas Malvinas Argentinas”, pp. 1-10.
- ¹² “Estado de São Paulo”, 06/05/82.
- ¹³ “Jornal do Brasil”, 11/04/82.
- ¹⁴ “O Globo”, 22/05/82. A respeito, afirma SARAIVA GUERREIRO: “A Argentina tentava caracterizar a ocupação britânica das ilhas como um dos últimos resquícios do colonialismo. De fato, os “Kelpers” (habitantes das ilhas) não tinham autonomia (nem pretendiam ter). Esse caminho não me parecia rentável, pois não havia um povo oprimido pelo imperialismo da metrópole, mas cidadãos, mesmo que de segunda classe. Difícilmente por esse ângulo seria possível mobilizar as emoções na Assembléia Geral da ONU” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. “Lembranças de um Empregado do Itamaraty”, p. 109). e “Jornal do Brasil”, 11/04/82. Ver a parte referente nos Antecedentes Históricos.
- ¹⁵ Ver também nos Antecedentes Históricos.
- ¹⁶ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Congresso Nacional*. p. 54.
- ¹⁷ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, p. 4.
- ¹⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. p. 58.
- ¹⁹ Id., *ibid.*, p. 83.
- ²⁰ DUARTE, Paulo de Queiroz, op. cit. p. 191.
- ²¹ “Veja”, 19/5/82, p. 23.
- ²² Idem.
- ²³ “Jornal do Brasil”, 10/05/82.
- ²⁴ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. p. 1002.
- ²⁵ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *As Diretrizes da Política Externa Brasileira*. p. 113.
- ²⁶ “O Globo”, 16/05/82.
- ²⁷ Idem.
- ²⁸ “Veja”, 28/04/82, p. 35.
- ²⁹ Idem.
- ³⁰ DOBSON, Christopher et. alli. *Malvinas contra Falklands*. p. 47.
- ³¹ SAGER, Peter. *El Caso Ejemplar de las Falklands*. p. 36.
- ³² DUARTE, Paulo de Queiroz, op. cit. p. 197.
- ³³ Id. *ibid.*, p. 198.
- ³⁴ Idem.
- ³⁵ Id., *ibid.*, p. 199.
- ³⁶ “Veja”, 28/04/82, p. 34.
- ³⁷ DUARTE, Paulo de Queiroz. op. cit. p. 204.
- ³⁸ Idem.
- ³⁹ Id., *ibid.*, p. 208.
- ⁴⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. p. 108.
- ⁴¹ DUARTE, Paulo de Queiroz, op. cit., p. 209.
- ⁴² Id. *ibid.*, p. 211.
- ⁴³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. op. cit. p. 108.
- ⁴⁴ “Resenha de Política Exterior Brasileira”, nº 33, p. 70.
- ⁴⁵ AZAMBUJA, Péricles. op. cit. pp. 224-225.
- ⁴⁶ “Veja”, 5/5/82, p. 36.
- ⁴⁷ AZAMBUJA, Péricles, op. cit. p. 224.
- ⁴⁸ Idem.

⁴⁹ SOUZA, Ielbo Marcus Lodo de. *A Questão das Ilhas Malvinas / Falklands, o Conflito de 1982 e as Repercussões no Sistema Interamericano*. p. 218.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 219.

⁵² Idem.

⁵³ DOBSON, Christopher et. alli. *op. cit.* p. 185.

⁵⁴ “Veja”, 30/06/82, p. 36.

⁵⁵ BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*, p. 268.

Capítulo VII

***O Brasil como Mediador na
Crise das Malvinas/
Falklands***

Durante a Crise no Atlântico Sul, o Brasil desempenhou papel de importante mediador entre a Argentina e o Reino Unido. Quer bilateral (junto a outros atores), quer multilateralmente - no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil procurou mediar, visando três fins: proporcionar condições pacíficas para o encerramento das hostilidades entre Argentina e Reino Unido, e, então, início das gestões de negociação; valorizar o Direito Internacional, como meio imprescindível às relações civilizadas entre os Estados; e, por último, enfatizar a importância política da ONU na solução de controvérsias e conflitos entre os seus próprios membros¹.

JOSÉ FRANCISCO RESEK ensina que na prática do Direito Internacional Público, a mediação se caracteriza pelo envolvimento no conflito entre Estados contendores, de um terceiro, que tomado conhecimento do desacordo e das razões de cada um dos contendores, propõe-lhes uma solução. O supracitado autor diz que o parecer ou a proposta do Estado, que exerce papel de terceiro, ao contrário da decisão do árbitro ou do juiz, não obriga as partes². Disso resulta que a mediação só terá êxito se os membros, ambos, entenderem satisfatória a proposta e decidirem agir em sua conformidade. O mediador poderá ser um sujeito do direito das gentes - Estado soberano, Organização Internacional, Santa Sé, ou ainda um estadista ou uma outra pessoa no exercício de elevada função pública, cuja individualidade seja indissociável da pessoa jurídica internacional por ele representada (por exemplo, Henry Kissinger, pelos Estados Unidos, mediando na Palestina, na década de 1960, entre Israel e os Estados árabes)³. Principalmente, o mediador deve contar com a confiança de ambos os Estados em conflito.

De acordo com Celso Lafer, no cenário mundial, o Brasil é caracterizado como um país intermediário. Assim como os seus congêneres, possui o passivo da vulnerabilidade e o ativo de alguns recursos de poder no campo diplomático. Por essa razão dispõe de condições de exercer determinado papel face à ordem mundial, que concilie a “*voluntas*” da transformação com a “*ratio*” da moderação; buscar evitar o conflito no sistema interestatal, contribuindo para a paz⁴.

A atitude mediadora do Brasil frente à Crise das Malvinas / Falklands foi precedida pela sua posição pró-argentina. Esta baseava-se, segundo o Itamaraty, na tradição diplomática brasileira de apoio à reivindicação de soberania da Argentina em relação às “Islas Malvinas”, desde 1833, quando ocorrera a invasão das mesmas pelo Reino Unido. Desde então, nunca houve um laudo arbitral ou sentença judicial internacional ou ainda um tratado que atribuísse validade jurídica “*erga omnes*” à ocupação das referidas ilhas. E o próprio decurso do prazo, segundo Itamaraty, não havia revestido essa situação de fato de um valor jurídico incontroverso, visto que o país prejudicado manteve uma atitude de protesto e reclamação ininterruptos⁵.

Nas vésperas da invasão das Ilhas Malvinas / Falklands pelas tropas argentinas, o Brasil defendia a solução pacífica para o caso. No dia 30 de março de 1982, o Itamaraty afirmou que o Governo brasileiro não apoiaria “uma eventual solução armada para o Conflito das Malvinas, favorecendo a busca de uma caminho negociado para a controvérsia”. Entretanto, na mesma nota, reafirmava o seu apoio à reivindicação da Argentina⁶. Esta foi a primeira manifestação oficial do Brasil, desde quando a crise havia iniciado em 19 de março de 1982, quando um grupo de sucateiros de navios, de nacionalidade argentina, sob prévia ordem secreta do Almirante Anaya, membro da Junta Militar de Buenos Aires, hasteara a bandeira e cantara o hino de seu país em Leigh, nas Ilhas Geórgias, pertencente ao Arquipélago das Malvinas / Falklands. No dia 22 de março de 1982, o Foreign Office encaminhou protestos à Embaixada argentina em Londres⁷. No dia 1º de abril de 1982, Sir Anthony Parsons, Embaixador do Reino Unido junto à ONU, apresentou o primeiro protesto afirmando possuir indicações de que a Argentina se preparava para efetuar um desembarque ilegal no arquipélago⁸.

A partir da invasão militar argentina das Ilhas Malvinas / Falklands, no dia 2 de abril de 1982, o Ministério do Exterior e Culto da Argentina, Costa Méndez, realizou visita oficial ao Brasil. Numa conversa reservada com o Chanceler Saraiva Guerreiro, o recém-empossado Chanceler argentino enfatizou a este que o tópico Malvinas / Falklands era a primeira prioridade da política externa do seu país.

Costa Méndez relatou-lhe que o Secretário de Estado norte-americano adjunto para a América Latina, Thomas Enders, em estada no país platino, parecia ter compreendido a relevância do tema e dissera, então, que os Estados Unidos manteriam uma atitude de “*hands off*”⁹. Era evidente que a atitude americana seria de neutralidade ante as gestões diplomáticas encaminhada pela Argentina e Reino Unido no tocante à questão. No entendimento do Chanceler Saraiva Guerreiro, estava claro que a atitude norte-americana se referia somente à ação pacífica da Argentina na Organização dos Estados Americanos (OEA) ou na ONU e “não uma ação militar”¹⁰. O Presidente Ronald Reagan resumiria a posição dos Estados Unidos ao afirmar que “nossa posição está baseada no princípio de que o uso ilegal da força não pode resolver disputas”¹¹.

Os Estados Unidos, exercitando o seu papel de superpotência, ante a iminência da invasão argentina, agem na qualidade de mediador privilegiado. No dia 1º de abril de 1982, o Presidente Ronald Reagan manteve uma conversa telefônica com o General Leopoldo Galtieri, então mandatário argentino. Na conversa, o Presidente Ronald Reagan pediu moderação argentina a fim de evitar hostilidades com o Reino Unido, acrescentando o seu desejo de que as duas nações amigas não chegassem a um confronto militar. Revelou ao General Galtieri que tivera, pouco antes, uma conversa telefônica com a Primeira-Ministra Thatcher, e esta lhe confidenciara que caso a Argentina usasse a força, seria repelida pela força¹². Washington, no início da crise, procurou agir como ator neutro; contudo, era evidente que o Governo norte-americano considerava a aliança com o Reino Unido, tradicional e estreita (sobretudo, no que diz respeito à segurança militar da Europa Ocidental), muito mais importante que a aliança com Buenos Aires (restrita a sua colaboração no campo da inteligência militar na América Central e no campo político-diplomático da América do Sul), recém-estabelecida.

No dia 3 de abril de 1982, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 502, a qual estabelece três pontos: a imediata cessação de hostilidades; a imediata retirada das forças militares da Argentina instaladas nas Ilhas Malvinas /

Falklands; e, por fim, a exortação aos Governos britânicos e argentino para procurarem uma solução diplomática das suas controvérsias, sob a égide dos propósitos da Carta das Nações Unidas. Na reunião em que foi aprovada esta resolução, estiveram presentes, sem direito a voto, Brasil e Argentina. Houve 10 votos a favor, um contra (Panamá) e 4 abstenções (China, Polônia, Espanha e União Soviética)¹³. O Bloco comunista concedera um apoio cauteloso à Argentina, ao se abster. O Panamá votara contra por causa da disputa com os Estados Unidos pelo Canal do Panamá. Espanha se abster, porque mantinha uma secular disputa com o Reino Unido em torno de Gibraltar.

A Resolução 502, no quadro do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, tinha caráter obrigatório. Por esse motivo, o Brasil, apoiando a resolução, destacava que sua aplicação deveria ser integral, isto é, no tocante aos seus três pontos¹⁴.

Apesar do caráter obrigatório da Resolução 502, o Presidente da Argentina, Leopoldo Galtieri, anunciou que se recusava a aceitá-la, ao mesmo tempo em que apelava à solidariedade da OEA¹⁵. Esse teria sido o primeiro ato de intransigência de Buenos Aires que acabaria levando à guerra e à posterior derrota militar para o Reino Unido.

Um dia após a Força-Tarefa britânica ter zarpado rumo ao Atlântico Sul, no dia 5 de abril de 1982, os Estados Unidos - em comum acordo com a Argentina e Reino Unido nomeiam Alexander Haig, Secretário de Estado norte-americano, como mediador (anteriormente, ambos haviam vetado o nome do Vice-Presidente norte-americano, George Bush).

No dia de 6 de abril de 1982, o Brasil começava a efetuar os primeiros contatos oficiais diretos com a Argentina e o Reino Unido, no papel de mediador. O Chanceler Saraiva Guerreiro encaminhou notas para o Embaixador britânico (William Harding) e para o Embaixador argentino (Hugo Caminos), nas quais reafirmou a

tradição brasileira de defesa da paz e da concórdia entre as nações e os estreitos laços de amizade que unem o Brasil ao Reino Unido e à Argentina. Terminou por concitar ambos os Governos a envidarem todos os esforços para atingir uma solução pacífica para a alusiva controvérsia¹⁶.

Durante a visita do Presidente da República Federal da Alemanha (RFA), Karl Carstens ao Brasil no dia 06 de abril de 1982, o tema das Malvinas / Falklands tornou-se dominante no debate bilateral. O Itamaraty limitara-se a exortar a Argentina e o Reino Unido a buscarem uma solução negociada¹⁷. Hans Dietrich-Gensher, Ministro das Relações Exteriores alemão, disse que seu país (principal aliado do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia (CEE)) considerava como única solução para a crise a retirada das tropas argentinas do Arquipélago das Malvinas / Falklands, revelando que a RFA fez gestões junto ao Governo argentino nesse sentido¹⁸. O significado que se pode aferir dessa visita (programada antes da crise anglo-argentina eclodir) é que o Brasil era considerado como um ator intermediário confiável no cenário internacional.

A Missão do General Alexander Haig sustentava-se no quadrilátero Washington / Londres / Buenos Aires / Brasília. Para os Estados Unidos, qualquer tentativa de sucesso de sua tarefa mediadora passava necessariamente pelo apoio do Brasil, pois este era considerado como ator com poder suficiente para influenciar o Governo da Argentina.

O objetivo inicial da Missão Haig era proceder a discussões preliminares, com o caráter de mediação informal, procurando avaliar o grau de flexibilidade de ambos os Governos, do Reino Unido e da Argentina, para posteriormente, oferecer assistência para a solução da controvérsia¹⁹.

Os Estados Unidos, diante do surgimento da crise anglo-americana, reafirmaram sua “tradicional neutralidade” no que diz respeito à questão das Malvinas / Falklands, contudo deploraram o uso da força pela Argentina²⁰.

A primeira viagem da Missão Haig realizou-se no dia 08 de abril de 1982 em Londres. Dentre os assessores do General americano, encontrava-se Vernon Walters, ex-Diretor CIA, tido como “amigo” de muitos líderes latino-americanos, inclusive do General Leopoldo Galtieri. No Reino Unido, o General Haig manteve intensos contatos com a Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher, o Secretário do “Foreign Office”, Sir Francis Pym, e o Secretário da Defesa, John Nott²¹. Este anunciou que a partir de zero hora (GMT) do dia 12 de abril de 1982, passaria a vigorar a Zona de Guerra num círculo de 200 milhas náuticas em volta do arquipélago²². Ao final do encontro, Haig exortou Buenos Aires a cumprir integralmente a Resolução 502 do Conselho de Segurança da ONU. Esta também era a posição oficial do Brasil.

No dia 9 de abril de 1982, a Missão do Secretário de Estado norte-americano chegou ao Brasil. Na ocasião, o General Alexander Haig afirmou que os Estados Unidos consideravam importante a participação de Brasília na busca da paz entre Buenos Aires e Londres²³. Tendo desembarcado no Recife, o Secretário Haig foi recebido pelo então Governador de Pernambuco, Marco Maciel, o qual expôs-lhe a posição oficial do Brasil acerca da controvertida questão anglo-argentina. Contudo, a visita de Haig não se caracterizou como encontro de negociação diplomática com o Governo brasileiro pelo fato de o Secretário de Estado americano não ser recebido por nenhuma autoridade diplomática, nem ter ido a Brasília para manter contatos oficiais.⁷⁴

No decorrer da Crise do Atlântico Sul, o Brasil adotaria uma posição ativa, porém cautelosa. Com efeito, a principal preocupação do Itamaraty era deter a engrenagem da violência, revertendo o processo, para retornar a um quadro de negociações dentre de um ambiente de conciliação e de justiça. A tarefa brasileira era essencialmente contribuir para se alcançar a paz por todos os meios possíveis. Embora o artigo 51 da Carta das Nações Unidas (que trata do direito de legítima defesa, individual ou coletiva) fosse invocado tanto por Londres como por Buenos Aires, a posição brasileira era que o referido não se aplicava ao caso²⁵. Na sua interpretação

jurídica do referido artigo, o Brasil tinha interesse em não afetar negativamente a sua própria missão mediadora. Também, analisando o artigo em pauta, não se entende o porquê de ser ele aplicado por uma ou outra parte contendora, visto que, implicitamente, objetiva garantir o direito de legítima defesa ao país, cuja soberania seja efetivamente ameaçada por outrem. Conforme a Resolução 2065 da Assembléia Geral da ONU de 1966, o Arquipélago das Malvinas / Falklands é um território em litígio, sem definição jurídica quanto à sua soberania.

Por ocasião da primeira visita da Missão Haig à Argentina, foi preparado uma grande manifestação - “A Marcha da Paz” - convocada pela Junta Militar e pelos partidos políticos argentinos em frente a Casa Rosada, na “Plaza de Mayo”. Dentre as organizações políticas que deram o seu apoio à invasão militar das ilhas, encontravam-se a União Cívica Radical e o Partido Justicialista. Acompanhado de seus assessores especiais, Vernon Walters e Thomas Enders, o Secretário Haig manteve encontro com o Presidente Galtieri e com o Chanceler Costa Méndez. A situação era extremamente delicada, prova disso foi o discurso beligerante do General Galtieri, após o primeiro contato com Haig, no qual afirmou : “Se eles [os britânicos] querem vir, que venham, faremos a guerra”²⁶.

De fato a tarefa da Missão Haig era muito difícil. Em primeiro lugar, por que ao invadir o Arquipélago das Malvinas / Falklands, a Argentina defendia como ponto de partida, para qualquer negociação com o Reino Unido, a aceitação da parte deste de sua pretendida soberania sobre as ilhas. Do lado britânico, só haveria negociações com Buenos Aires a partir da retirada das tropas argentinas das ilhas invadidas e, sem pré-condição no que diz respeito à soberania do arquipélago, considerado como seu²⁷. No decorrer de todas as gestões empreendidas pelo General Haig, a Junta Militar do General Galtieri tentaria ganhar tempo para consolidar a sua posição no arquipélago por ela invadida, fazendo pronunciamentos ambíguos e oportunistas. Por sua vez, o Reino Unido não estava interessado em ceder a soberania das Malvinas / Falklands - ponto de vital importância para os seus interesses

estratégicos - nem desejava deixar de defender firmemente os interesses dos ilhéus, de origem britânica.

O Brasil mantinha vivo interesse em atuar na qualidade de mediador privilegiado frente à Crise no Atlântico Sul. A participação direta do Presidente João Figueiredo junto ao Reino Unido e à Argentina demonstrou isto. No dia 10 de abril de 1982, o Presidente brasileiro enviou mensagem à Primeira-Ministra Margaret Thatcher e ao General Leopoldo Galtieri. Nas duas mensagens, de teor semelhante entre si, o Presidente Figueiredo, manifestando profunda preocupação pelos graves riscos de paz na região do Atlântico Sul, renovava o seu veemente apelo aos Governos de ambos os países no sentido de que se buscasse a conciliação conforme os interesses de paz dos dois países. Além disso, reiterava o “solene compromisso do Brasil de tudo fazer para contribuir para uma solução que preservasse o supremo valor da paz”²⁸. Desde o rompimento de relações diplomáticas entre Londres e Buenos Aires, no dia 2 de abril de 1982, a Embaixada brasileira passara a representar os interesses argentinos no Reino Unido (assim como, a Suíça passara a representar os interesses britânicos através da sua Embaixada na Argentina)²⁹.

Com base nos encontros prévios que tivera com autoridades britânicas e argentinas, o Secretário Haig apresentou, no dia 18 de abril de 1982, um plano de paz., analisando as propostas e contra-propostas de ambos os contendores. Por exemplo, a proposta do Reino Unido de constituir-se um Governo tripartite - com a administração da Argentina, Estados Unidos e do próprio Reino Unido -, com caráter transitório, para dar tempo às negociações diplomáticas acerca da soberania das ilhas (evidentemente, com a participação e consentimento por parte dos ilhéus)³⁰. Proposta essa rejeitada pela Argentina. Por seu turno, Costa Méndez ofereceu um acordo de exploração conjunta do petróleo da região, afirmando que a Argentina poderia reconhecer a projeção britânica sobre a Antártida; mas não aceitaria, de forma alguma, fazer concessão no tocante à soberania das Ilhas Malvinas / Falklands³¹. Londres não se manifestou. O Plano de Paz elaborado por Haig continha 5 pontos:

1º) O Reino Unido e a Argentina abster-se-iam de externar suas posições acerca da soberania do arquipélago, por um período de 5 anos;

2º) Nesse período seriam admitidas negociações relativas à soberania do arquipélago contestado;

3º) A Força-Tarefa britânica retornaria às suas bases e as forças argentinas retirar-se-iam das ilhas, cabendo sua administração a um grupo de nações;

4º) Essa administração ficaria a cargo do Reino Unido, Argentina, Estados Unidos, Canadá, dois países latino-americanos (sendo um o Brasil), dois países europeus e um asiático;

5º) Os habitantes das ilhas deveriam decidir a respeito de seu futuro mediante plebiscito³².

Entretanto, o plano foi rejeitado “*in limine*” pela Junta Militar argentina⁴⁹. Se fosse aceita, a fórmula Haig teria representado uma vitória diplomática, pois internacionalizaria a questão das Malvinas / Falklands, o que, a longo prazo, poderia implicar o desinteresse por parte de Londres de manter controle sobre as mesmas. Segundo ROBERTO CAMPOS, muito provavelmente, o Reino Unido receava ter que enfrentar uma decisão a respeito, preferindo não manifestar oficialmente.³³

No dia 19 de abril de 1982, o General Alexander Haig partiu de Buenos Aires levando uma contra-proposta argentina. Esta apresentava os seguintes pontos: administração anglo-americana das ilhas por um prazo mínimo de tempo não definido; constituição de um Conselho de Representantes compostos por indicação da Argentina e do Reino Unido; prazo fixo para a discussão no âmbito das Nações Unidas sobre o *status* jurídico das ilhas; os Estados Unidos supervisionariam o Acordo; e, por fim, Buenos Aires continuaria assegurando as comunicações das ilhas, como ocorria antes da invasão militar do dia 2 de abril de 1982.³⁴ O plano argentino era muito rígido, ao mesmo tempo em que tentava desfigurar a vontade dos ilhéus, ao indicar para seu Conselho de Representantes pessoas da confiança da Junta Militar. Também receava-se em Londres, que a Argentina começasse a promover um

crescente movimento migratório de cidadãos argentinos para as Ilhas Malvinas / Falklands, descaracterizando assim a qualidade de súditos britânicos da população local³⁵. Diante dessas suspeitas, a Primeira-Ministra britânica, Margaret Thatcher rejeitou o plano argentino, ressaltando, ainda, que ele não satisfazia as exigências do Parlamento Britânico³⁶.

Embora rejeitasse o plano argentino, Margaret Thatcher insistia na busca de uma solução negociada para a Crise no Atlântico Sul. Para tanto, enviara Sir Francis Pym a Washington, no dia 22 de abril de 1982, levando uma contra-proposta britânica para a crise. No mesmo dia, o General Leopoldo Galtieri fazia, em Port Stanley, capital do Arquipélago das Malvinas / Falklands, discurso no qual afirmou o seu firme desejo de não negociar a soberania do mesmo³⁷.

Talvez como forma de pressionar uma flexibilização da posição argentina, o Reino Unido, atacou e capturou, no dia 25 de abril de 1982, as guarnições argentinas em Grytviken e Leight, na Ilha de San Pedro, no Arquipélago das Geórgias do Sul³⁸. A bandeira britânica volta a tremular nas Geórgias. Em Washington, Costa Méndez, face a esse acontecimento - que fizera nascer o conflito militar anglo-argentino -, afirma que as negociações estavam encerradas³⁹.

Diante da iminente derrota da Missão Haig, os Estados Unidos e o Peru apresentaram, no dia 27 de abril de 1982, um plano de paz conjunto. Essa proposta contava com o apoio da Colômbia e da Venezuela. A fórmula Reagan-Belaúnde previa: um cessar-fogo; a mútua retirada das forças; administração temporária das ilhas com o envolvimento de terceiros países; o reconhecimento de que as opiniões e interesses dos "kelpers" seriam considerados ao se alcançar um acordo definitivo; e, por fim, a constituição de um grupo de contato - Brasil, Peru, República Federal da Alemanha e Estados Unidos - com mandato expresso para obter um acordo definitivo até abril de 1983⁴⁰.

Quando o plano estava em fase de análise pelas partes contendoras, ocorreram três fatos que afetaram negativamente o processo de negociação. No dia 28 de abril de 1982, o General Haig anunciara publicamente o fracasso da missão mediadora norte-americana. O presidente Ronald Reagan, rompendo a neutralidade inicial, afirmou, no dia 30 de abril de 1982, o seu apoio ao Reino Unido e o emprego de sanções econômicas e comerciais contra a Argentina; ao mesmo tempo, o Secretário Alexander Haig garantia que os Estados Unidos ofereceriam auxílio militar ao Reino Unido, sem, no entanto, intervir diretamente no conflito armado⁴¹. Três dias depois o Cruzador argentino “General Belgrano” foi afundado pelo submarino nuclear britânico “Conqueror”, o que implicou a destruição das condições políticas para a aceitação pela Argentina de uma fórmula conciliatória⁴². A Junta Militar preferiu insistir na solução militar. O Plano Belaúnde-Reagan, se aceito por Buenos Aires, internacionalizaria a questão das Malvinas / Falklands, o que , provavelmente, a longo prazo, beneficiaria a Argentina. Contudo, o plano foi abandonado.

Logo após o episódio do afundamento do Cruzador “General Belgrano”, o México tentou mediar a crise anglo-argentina, propondo uma nova iniciativa. Esta proposta - que permaneceu secreta na época - de autoria do Presidente mexicano, Lopes Portillo, sugeria um encontro pessoal entre Margaret Thatcher e o General Leopoldo Galtieri, na Cidade do México, num esforço de pacificação. A proposta foi considerada “bizarra” e rejeitada pela Primeira-Ministra britânica⁴³. Posição essa justificada com a seguinte linha de argumentação: os sucessivos encontros entre os representantes argentinos e britânicos, separadamente, com o Secretário de Estado norte-americano resultara em fracasso, não haveria porque estabelecer uma reunião de alto nível.

A importância do papel de mediador desempenhado pelo Brasil, desde quando iniciara a crise, vinha sendo reconhecido pelos Governos do Reino Unido e da Argentina. Na mensagem que enviara ao presidente Figueiredo, o General Galtieri reconheceu a amizade que une os dois países e a “*vocación pacifista*” do Brasil⁴⁴.

Por seu turno, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher, além de ter agradecido a participação do Governo brasileiro, solicitara ao Presidente Figueiredo para que exercesse influência junto a Buenos Aires, a fim de que fosse aceita integralmente por este a aplicação da Resolução 502 do Conselho de Segurança da ONU⁴⁵.

Presenciando o fracasso no processo de negociações e o agravamento do conflito armado entre Argentina e Reino Unido, o Brasil solicitou que o Secretário-Geral das Nações Unidas, o Embaixador Javier Perez de Cuellar, que intervisse diretamente na crise. O Governo brasileiro considerava imperativo que fossem imediatamente acionados os mecanismos previstos na Carta das Nações Unidas para garantir a manutenção da paz e da segurança internacionais. Defendia também a adoção de medidas acautelatórias, por parte da ONU, a fim de assegurar a implementação integral da Resolução 502, aprovada pelo Conselho de Segurança⁴⁶. Da sua parte, o Secretário-Geral das Nações Unidas reconhecia a necessidade do apoio dos estados-membros - de modo especial, do Brasil - como vital para o sucesso dos esforços que estavam sendo iniciados pelas Nações Unidas (no sentido de defender a integral aplicação da Resolução 502 e na proposição de novas idéias para um plano de paz).

Acompanhando a crise desde quando surgira, a ONU, face ao fracasso da Missão de Alexander Haig e à rejeição do Plano de Paz Reagan-Belaúnde, interveio como novo mediador. Anteriormente, o Chanceler Saraiva Guerreiro sugerira ao Ministro do Exterior argentino, Costa Méndez, que o tempo estava oportuno para que seu país procurasse seriamente uma intermediação da ONU⁴⁷. No dia 5 de maio de 1982, o Secretário-Geral, inicialmente, ofereceu os seus bons ofícios (sem propor uma solução prévia para o conflito), tentando aproximar as partes para um entendimento direto, num campo neutro de negociação - a própria ONU⁴⁸. O afundamento do destróier britânico HMS "Sheffield", por um míssil "exocet", disparado por um avião argentino "Super Étandart", restituindo o equilíbrio do conflito anglo-argentino, provocara, no dia anterior, um novo sentido de urgência quanto ao processo de paz.

Numa segunda fase, o Secretário-Geral das Nações Unidas agiu como mediador entre as partes contendoras. Após ouvir as posições dos representantes argentinos (Costa Méndez e Enrique Ros, Chanceler e Vice-Chanceler) e britânicos (Sir Anthony Parsons e Sir Nicholas Henderson, Embaixadores junto aos Estados Unidos e à ONU) e de reanalisar as propostas que já haviam sido elaboradas pela Missão Haig e o Plano Reagan-Belaúnde, Javier Perez de Cuellar propôs um novo plano de paz⁴⁹.

Este não diferia substancialmente das propostas anteriores, contudo procurava alcançar um denominador comum em torno das idéias mais ou menos conciliáveis. O Plano de Cuellar consistia nesses pontos: cessar-fogo imediato; retirada simultânea das tropas argentinas e da Força-Tarefa britânica da área; instalação transitória de uma administração da ONU; negociações acerca do estatuto definitivo das ilhas⁵⁰.

Porém, o Plano de Javier Perez de Cuellar não encontrava um ambiente politicamente favorável para ser bem-sucedido. No dia 14 de maio de 1982, data em que o plano foi proposto à análise dos contendores, o conflito armado encontrava-se num estágio consideravelmente avançado. Com efeito, o Reino Unido já estava atacando o extremo norte da Ilha Malvina ocidental (West Falkland), na Ilha Pebble, o que significou o início da pressão direta sobre as tropas argentinas situadas no arquipélago⁵¹. A Junta Militar exigia mais tempo para examinar cuidadosamente o Plano do Secretário-Geral, do outro lado, a Primeira-Ministra britânica não concordou em conceder mais um prazo de tempo, alegando que o pedido argentino era uma tática não-explicitada de afetar negativamente a estratégia militar britânica de retomada do arquipélago⁵². A mediação da ONU falhava devido à inexistência de condições mínimas para se negociar. No dia 19 de maio de 1982, Javier Perez de Cuellar considerava fracassada sua mediação⁵³.

Em decorrência do novo impasse no processo de paz, o Brasil solicitou ao Conselho de Segurança sua intervenção na crise. Dirigindo-se ao Presidente do

Conselho de Segurança da ONU, Dao Qing Ling, o Chanceler brasileiro, preocupado com um “imminente desenlace sangrento da crise”, defendia a urgência de se alcançar uma solução pacífica, “sem vencidos nem vencedores”, com a intermediação da ONU. O Governo brasileiro confirmava que o Conselho de Segurança, no desempenho de suas atribuições, tomaria medidas prontas para a manutenção da paz e segurança internacionais⁵⁴. Se os Estados Unidos - uma superpotência - não conseguiram, através da Missão Haig, estabelecer um processo de negociações viável entre os contendores, a única força política capaz de alcançar uma solução pacífica seria, no entendimento brasileiro, as próprias Nações Unidas.

O “Foreign Office” publicou, no dia 20 de maio de 1982, “*The White Book*” - o relatório contendo todas as propostas de paz apresentadas pelo Reino Unido até então. Desde a promulgação da Resolução 502 (de 3 de abril de 1982), Londres havia proposto 7 planos de paz⁵⁵. Dentre os pontos fundamentais de um acordo provisório com a Argentina, destacavam-se a retirada das forças militares de ambos os países, para distâncias iguais e nos mesmos prazos; as zonas de bloqueio seriam suspensas; as sanções seriam eliminadas; o Secretário-Geral da ONU assumiria o papel de mediador; por fim, as negociações seriam conduzidas sem condições, prejuízo dos direitos, reivindicações ou posições de ambos os lados e sem prejulgamento dos seus resultados⁵⁶. O Governo britânico, com isso, pretendia mostrar a pouca disposição da Argentina de buscar uma solução pacífica e negociada para as controvérsias existentes entre os dois .

No dia 21 de maio de 1982, o representante brasileiro junto à ONU, Embaixador Sérgio Corrêa de Castro, interveio perante o Conselho de Segurança. Diante do agravamento do conflito armado entre Argentina e Reino Unido, o Embaixador manifestou a preocupação do Governo brasileiro em relação a um iminente derramamento de sangue de grandes proporções. O Embaixador Corrêa de Castro, após fazer uma análise das diversas tentativas de se alcançar a paz, efetuadas pela própria ONU, Brasil e outros países, reafirmou que o Governo brasileiro nunca deixou de acreditar que a questão das Malvinas / Falklands pudesse ser resolvida pacificamente.⁵⁷

A posição brasileira era de que qualquer solução pacífica deveria ter como base o cumprimento integral e não seletivo de todos os dispositivos da Resolução 502. O Brasil ressaltou o seu firme apoio aos esforços desenvolvidos até então pelo Secretário-Geral Javier Perez Cuellar no sentido de evitar o início do confronto armado entre Argentina e Reino Unido. Pela primeira vez, no desenrolar da crise, o Brasil criticava explicitamente o Governo de Londres que teria interrompido os esforços de Perez de Cuellar⁵⁸.

Ao mesmo tempo, a Força-Tarefa britânica avançou decisivamente sobre as Ilhas Malvinas / Falklands. Na Baía de São Carlos, ocorreu o desembarque de 5.000 soldados britânicos e violento choque entre as aviações⁵⁹.

Na perspectiva de haver sérias consequências políticas para a América Latina e para a comunidade internacional, o Brasil apresenta, em 24 de maio de 1982, proposta elaborada pelo Itamaraty visando alcançar a paz no Atlântico Sul. A Chancelaria vinha, desde o início da crise, mantendo contatos formais e informais com países que poderiam contribuir de forma direta para um entendimento (Estados Unidos, Peru, México e República Federal da Alemanha). Durante a sua visita oficial a Washington, no dia 12 de maio de 1982, o Presidente Figueiredo mantivera conversações secretas com Ronald Reagan, com o objetivo de elaborar um plano de paz⁶⁰. O Brasil defendeu a ação firme do Conselho de Segurança das Nações Unidas na crise no Atlântico Sul. Na qualidade de “um país de comprovada adesão incondicional aos Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas”, o Brasil - através do Chanceler Saraiva Guerreiro - apresentou ao Conselho de Segurança da ONU o seu plano de paz. Este consistia nos seguintes pontos: cessação imediata das hostilidades; retirada das forças militares do Reino Unido e da Argentina para distâncias equivalentes num prazo de 21 dias; estabelecimento de uma administração provisória nas ilhas, designada pelo Secretário-Geral do organismo e integrado pelos países contendores, além de mais dois indicados por cada uma das partes (os trabalhos do referido comitê teriam início no dia seguinte à conclusão da retirada das forças da

área e o seu fim no dia 31 de janeiro de 1983, quando apresentaria o seu relatório ao Conselho de Segurança da ONU)⁶¹.

Com efeito, o Brasil pretendia exercer o papel de mediador ativo e confiável, isto se torna claro quando apresentou o referido plano de paz, após os insucessos da Missão Haig e do Secretário Javier Perez de Cuellar, e das sucessivas propostas e contra-propostas oferecidas entre Reino Unido e Argentina. A crise caminhava para uma fase aguda, sendo cada vez mais provável o combate mais direto entre as duas forças. Nas Ilhas Malvinas / Falklands, encontravam-se cerca de 10.000 soldados argentinos e a Força-Trefa britânica dispunha de 8.000 soldados. Indubitavelmente, os efeitos de um combate direto entre as duas forças militares, envolvendo grande derramamento de sangue de ambos os lados, seriam bem maiores do que até então vinha ocorrendo.

Por unanimidade, o Conselho de Segurança promulgou a Resolução 505, no dia 26 de maio de 1982, tendo como patrocinadores Irlanda, Guiana, Jordânia, Togo, Zaire e Uganda. Nesta nova resolução, é atribuído o mandato de bons ofícios ao Secretário Javier Perez de Cuellar, para negociar o cessar-fogo entre o Reino Unido e a Argentina, num prazo máximo de sete dias. Todavia, ao apresentar o seu relatório final ao Conselho de Segurança da ONU, no dia 1º de junho de 1982, o Secretário-Geral admitiu que os seus esforços no sentido de alcançar um cessar-fogo no Atlântico Sul foram baldados⁶².

Antes do ataque decisivo à capital Port Stanley, o Governo britânico ofereceu à Argentina a derradeira oportunidade de retirada das tropas nas ilhas. No dia 02 de junho de 1982, o Embaixador Sir Anthony Parsons encaminhou mensagem da Primeira-Ministra Margaret Thatcher e do Gabinete britânico a Javier Perez de Cuellar para que fosse apresentada ao representante argentino. Nesta mensagem, a Junta Militar do Presidente Galtieri era exortada a retirar-se do Arquipélago das Malvinas / Falklands ou arcar com as consequências⁶³. No mesmo momento, a

Argentina estava buscando auxílio militar da Líbia, e não demonstrava interesse em recuar na sua ofensiva militar⁶⁴.

Numa tentativa desesperada de obter um cessar-fogo na região, o Panamá e a Espanha apresentaram um projeto conjunto de resolução à ONU, no dia 4 de junho de 1982. Este projeto propunha o cessar-fogo imediato e, logo após, o início das negociações bilaterais, sem prazo predeterminado, no espírito da Resolução 502; projeto esse vetado pelos Estados Unidos e Reino Unido⁶⁵. Este projeto era semelhante ao que fora, anteriormente, patrocinado, em 9 de maio de 1982, pelo Chanceler Helmut Schmidt, da República Federal da Alemanha, junto com o primeiro-ministro Giovanni Spadolini, da Itália⁶⁶. Houve, também, os projetos elaborados pela Irlanda e Japão, que insistiam na necessidade de uma solução pacífica com base nos bons ofícios do Secretário-Geral da ONU e da implementação integral da Resolução 502⁶⁷.

Receando uma derrota humilhante perante o Reino Unido, a Argentina, cedendo na sua intransigência, enviara, no dia 5 de junho de 1982, uma Comissão, com plenos poderes, à ONU a fim de negociar um cessar-fogo. A Comissão era composta por três emissários: o General Miguel Mallea Gil, adido militar da Argentina em Washington; o Brigadeiro José Mireto, Secretário de Planejamento; e o contra-almirante Roberto Benito Moya, Chefe da Casa Militar. Entretanto, a missão argentina saiu fracassada. Espelhando as enormes divergências políticas no seio da Junta Militar de Buenos Aires, os três emissários não conseguiram alcançar o objetivo da missão a eles confiada: um cessar-fogo, sem a retirada imediata e incondicional da Argentina, ou a rendição, se necessária, não ao Reino Unido, mas à ONU. Esses termos eram inaceitáveis do ponto de vista do Governo britânico.⁶⁸

Desde o final de maio de 1982, o Reino Unido conseguira conquistar posições estratégicas na Ilha Malvina Ocidental (West Falkland) - onde estava situada a quase totalidade das tropas argentinas - , tornando, assim, cada vez mais próxima, a vitória militar sobre a Argentina. No dia 27 de maio de 1982, as tropas britânicas (2º

Batalhão do Regimento de Paraquedistas) capturam dois objetivos-chaves: Port Darwin e Goose Green. A captura dessas duas cidades era decisiva para o ataque final a Port Stanley, reconquistando, assim, o Arquipélago das Malvinas / Falklands que fora invadido pelas tropas argentinas. No entanto, o Reino Unido receava efetuar esse ataque final, que poderia causar grande número de baixas na população civil (a maior parte dos 1.800 habitantes das ilhas) e em cerca de 7.000 soldados argentinos⁶⁹. No dia 3 de junho de 1982, aviões britânicos lançaram panfletos sobre posições argentinas em torno de Port Stanley, convidando os soldados à rendição. Numa mensagem de rádio, o Major-General Jeremy Moore convidou, no dia 7 de junho de 1982, o Comandante argentino, o General Mario Mèndez a render-se⁷⁰. A estratégia militar britânica estava, essencialmente, subordinada à considerações de ordem diplomática, isto é, Londres desejava circunscrever ao máximo os efeitos negativos da crise internacional gerada pela Argentina, ao invadir o Arquipélago das Malvinas / Falklands.

Nesse contexto de agudização da Crise no Atlântico Sul, a Santa Sé exercera um papel importante nos rumos do Conflito Armado anglo-argentino. Desde o início da crise, a Santa Sé - que desempenha papel importante no cenário internacional - vinha atuando junto a determinados atores com o objetivo primordial de proporcionar condições para uma solução pacífica na região. No dia 6 de abril de 1982, o Papa João Paulo II recebera a visita oficial do Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, na qual havia expressado profunda preocupação pelo desenrolar dos acontecimentos no Atlântico Sul⁷¹

A Santa Sé - a cúpula governista da Igreja Católica - tinha interesses específicos frente à Crise das Malvinas / Falklands. Primeiramente, como já foi afirmado, obter a solução pacífica da controvérsia em torno das Malvinas / Falklands e o entendimento mútuo entre Argentina e Reino Unido. Também, havia o interesse de evitar uma divisão política na comunidade católica no Mundo e sobretudo entre Argentina e Reino Unido, que possuíam, respectivamente 30 milhões (quase 100% da população) e 6 milhões (10% da população) de fiéis. Outro interesse era de a crise

não afetar negativamente a aproximação diplomática entre Santa Sé e Reino Unido - cujas relações formais foram estabelecidas em janeiro de 1981 - nem, de modo especial, os contatos pastorais entre a Igreja Católica e a comunidade anglicana do Reino Unido⁷².

Quando do agravamento do conflito armado no Atlântico Sul, o Papa João Paulo II enviou simultaneamente telegrama ao Presidente Galtieri e à Primeira-Ministra Margaret Thatcher. Na mensagem, Sua Santidade fez apelo para um imediato cessar-fogo que possibilitasse alcançar uma solução pacífica, diante dos efeitos negativos que poderiam atingir “para as duas nações diretamente implicadas e também para a paz internacional⁷³”.

Quando o Papa João Paulo II chegou a Londres, no dia 28 de maio de 1982, começara a desempenhar ativamente papel de mediador na Crise das Malvinas / Falklands. Embora a viagem pastoral já tivesse sido programada dois anos antes, o Papa iniciara naquele momento, também, sua missão de paz. Além disso, Sua Santidade procurava estreitar as relações entre a Igreja Católica Romana e a comunidade anglicana, iniciadas desde o Concílio Vaticano II, em 1965. Recebido pela Rainha Elizabeth II e pelo Príncipe Charles (não houve encontro com a Primeira-Ministra britânica), enfatizou no seu discurso a necessidade de se estabelecer a paz na região⁷⁴.

No Vaticano, após a sua viagem ao Reino Unido, o Papa João Paulo II recebeu visita dos Bispos argentinos e britânicos. Estiveram presentes, o Cardeal Gordon Joseph Gray, Arcebispo de Saint Andrews e Edimburgo; o Cardeal Raul Primatesta, Arcebispo de Córdoba; o Cardeal Basil Hume, Arcebispo de Liverpool; e D. Thomas Winning, Arcebispo de Glasgow. Na declaração conjunta das autoridades eclesíásticas dos dois países, foi ressaltada “a importante e significativa iniciativa do Vaticano pela causa da paz”, durante a reunião entre eles promovida pelo Papa João Paulo II⁷⁵. Ao discursar, Sua Santidade enfatizou que a Igreja, “sempre conservando amor para cada nação em particular, não pode deixar de defender a unidade universal,

a paz e a mútua compreensão”⁷⁶. Com esta reunião envolvendo altas autoridades eclesiásticas do Reino Unido e da Argentina, a Santa Sé pretendia, ao influenciar positivamente a opinião pública católica de ambos países, estimular a cessação de hostilidades e o início de negociações de paz na região do Atlântico Sul.

Por ocasião da visita oficial do Presidente Ronald Reagan ao Vaticano - acompanhado do Secretário Alexander Haig -, no final de maio de 1982, o Papa destacou o importante papel que os Estados Unidos poderiam realizar no sentido de contribuir para a causa da paz mundial⁷⁷.

No entendimento do Itamaraty, a Missão do Santo Padre de visitar a Argentina era considerada como decisiva para o desfecho da Crise das Malvinas / Falklands. Se não conseguisse um cessar-fogo imediato, pelo menos poderia auxiliar sensivelmente na limitação dos efeitos negativos da guerra sobre o cenário internacional. Quando fazia escala no Brasil, em direção a Buenos Aires, o Papa João Paulo II foi recebido, em nome do Governo brasileiro, pelo Chanceler Saraiva Guerreiro. Na oportunidade, este declarou que o Brasil esperava que “o Papa pela sua própria autoridade moral possa ajudar de algum modo os esforços de paz na região”⁷⁸. Por sua vez, o Santo Padre manifestou a sua preocupação quanto ao fato de a Europa e os Estados Unidos não estarem levando em consideração a posição dos países latino-americanos no que se refere ao conflito anglo-argentino⁷⁹.

A missão papal em Buenos Aires também se ocupou da crise das Malvinas / Falklands. Desde a época colonial, do Vice-Reinado do Prata, a Igreja Católica sempre exerceu papel influente e decisório na vida nacional e nas relações com o Estado (inclusive teve participação proeminente na Independência da Argentina, em 1816). No início da crise, o clero da alta hierarquia da Igreja argentina, de modo especial, os Cardeais Juan Carlos Arambura e Raul Primatesta, havia emprestado o seu apoio à ocupação das ilhas pelas tropas da Junta Militar, ao declarar: “*Compartimos la alegría de nuestros concidanos ante la reclamacion de nuestro territorio*”⁸⁰. Na sua visita à Argentina, realizada entre 11 e 13 de junho de

1982, o Papa procurou motivar o Governo para a paz externa, ao mesmo tempo que, implicitamente, incentivava a conciliação interna acompanhada do processo de redemocratização do país.

Em Palermo, o Sumo Pontífice proferiu um discurso que, na opinião de PÉRICLES AZAMBUJA, tomaria maior dimensão histórica, no qual, dirigindo-se às altas autoridades da Argentina, condenaria com veemência à inconsequência da guerra. As suas palavras, transmitidas diretamente às tropas argentinas estacionadas no Arquipélago das Malvinas / Falklands, tinham um teor nitidamente condenatório: *“La humanidad debería poner en duda una vez más el fenómeno absurdo y siempre injusto de la guerra”*⁸¹.

No dia 14 de junho de 1982, o General Mario Manéndez assinou a rendição argentina, sem oferecer resistências às tropas britânicas comandadas pelo Major-General Jeremy Moore⁸². É possível que a Missão Papal tenha servido para abater psicologicamente as tropas argentinas, ao incentivar o fim imediato da guerra no Atlântico Sul, e assim evitar as repercussões negativas, no cenário internacional, de um possível derramamento de sangue de grandes proporções, nos dois lados do combate.

A medição brasileira junto aos contendores, Argentina e Reino Unido, colaboração com outros atores - os Estados Unidos, o Peru, a ONU, a República Federal da Alemanha e a Santa Sé - teve um papel decisivo na Crise das Malvinas / Falklands. Embora não tivesse conseguido o estabelecimento do cessar-fogo na região, o Brasil exerceu uma influência significativa no sentido de restringi-la apenas ao conflito entre Argentina e Reino Unido e de reduzir os seus impactos negativos sobre o sistema internacional. CELSO LAFER, nesse mesmo sentido, observa: “O Brasil, com grande sucesso, conseguiu contribuir, tanto no plano bilateral quanto no multilateral, para circunscrever os efeitos negativos do conflito”⁸³.

Ao assumir a representação dos interesses argentinos na sua Embaixada em Londres, o Brasil seria reconhecido como mediador confiável e relevante por parte da Argentina, do Reino Unido e da comunidade internacional. Nesta função, o País executaria a tarefa de contribuir para “circunscrever os efeitos de uma solução mecânica”⁸⁴. Também, a diplomacia brasileira ocuparia papel importante no processo pós-crise de negociação anglo-argentina acerca da questão das Malvinas / Falklands e do reatamento de relações bilaterais entre os dois contendores.

NOTAS

¹ Ver LAFER, Celso. *O Brasil e a Crise Internacional*, pp. 120-149.

² RESEK, J. F. *Direito Internacional Público*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1989, pp. 344-345.

³ Id., *ibid.*, p. 345.

⁴ LAFER, Celso. *O Brasil e a Crise Internacional*. p. 127.

⁵ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Congresso Nacional*, p. 53.

⁶ “Jornal da Tarde”, 31/3/82.

⁷ DOBSON, Christopher et alli. *Malvinas contra Falklands*. p. 47.

⁸ Id., *ibid.*, p. 11.

⁹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*, p. 100.

¹⁰ Id., *ibid.*, pp. 101 e 106. Os grifos são do autor.

¹¹ Entrevista de Ronald Reagan à “Veja”, 12/05/82, p. 23.

¹² DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas*. p. 111.

¹³ SAGER, Peter. *El Caso Ejemplar de las Falklands*. p. 32.

¹⁴ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Itamaraty e o Caongresso Nacional*. p. 54.

¹⁵ DOBSON, Christopher et alli. *op. cit.* p. 11.

¹⁶ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, pp. 63-64.

¹⁷ “O Globo”, 07/04/84.

¹⁸ Ídem.

¹⁹ DUARTE, Paulo de Queiroz. *op. cit.* p. 111.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 105.

²¹ Id., *ibid.*, p. 116.

²² Ídem.

²³ Id., *ibid.*, p. 119.

²⁴ “Jornal do Brasil”, 10/04/82.

²⁵ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *op. cit.* p. 54.

²⁶ DUARTE, Paulo de Queiroz. *op. cit.* p. 118.

²⁷ Ídem.

²⁸ *Resenha de Política Exterior Brasília*. nº 33, pp. 64.

²⁹ DOBSON, Christopher et alli. *op. cit.* p. 11.

³⁰ DUARTE, Paulo de Queiroz. *op. cit.* p. 130.

³¹ Id. *ibid.*, p. 131.

³² Id., *ibid.*, p. 136.

³³ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*, p. 1007.

³⁴ DUARTE, Paulo de Queiroz, *op. cit.* p. 139.

³⁵ DOBSON, Christopher et. alli. *op. cit.* p. 84.

³⁶ DUARTE, Paulo de Queiroz. *op. cit.* p. 139.

³⁷ Id., *ibid.*, p. 142.

³⁸ DUARTE, Paulo de Queiroz. *op. cit.* p. 144.

³⁹ DOBSON, Christopher et. alli. *op. cit.* p. 11.

⁴⁰ CAMPOS, Roberto. *op. cit.* p. 1008.

- ⁴¹ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. p. 7.
- ⁴² CAMPOS, Roberto. op. cit. p. 1008
- ⁴³ Idem. Essa informação foi extraída por ROBERTO CAMPOS do livro de memórias de Margaret Thatcher *The Downing Street Years* (Londres, Harper Collins, 1993).
- ⁴⁴ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, pp. 64.
- ⁴⁵ “O Globo”, 14/4/82.
- ⁴⁶ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, pp. 65.
- ⁴⁷ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. p. 110.
- ⁴⁸ RESEK, J. F. op. cit. p. 343.
- ⁴⁹ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. p. 133.
- ⁵⁰ Idem.
- ⁵¹ Id., *ibid.*, p. 146.
- ⁵² “Veja”, 19/05/82, pp. 53-54.
- ⁵³ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. p. 135.
- ⁵⁴ *Resenha de Política Exterior Brasileira*, nº 33, pp. 66.
- ⁵⁵ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. p. 135.
- ⁵⁶ DUARTE, Paulo de Queiroz. op. cit. p. 180.
- ⁵⁷ *Resenha de Política Exterior Brasileira* nº 33, pp. 67.
- ⁵⁸ Ídem.
- ⁵⁹ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. p. 159.
- ⁶⁰ CAMPOS, Roberto. op. cit. p. 1009.
- ⁶¹ *Resenha de Política Exterior Brasileira*. nº 33, pp. 68.
- ⁶² DUARTE, Paulo de Queiroz. op. cit. p. 186.
- ⁶³ Id., *ibid.*, p. 187.
- ⁶⁴ “Veja”, 02/06/82, p. 34.
- ⁶⁵ VIOLA, Oscar Luis. *Malvinas: Derrota Diplomática e Militar*. 2ª ed. Buenos Aires, Tinta Nueva, 1983, p. 209.
- ⁶⁶ “Folha de São Paulo”, 09/05/82.
- ⁶⁷ VIOLA, Oscar Luis. op. cit. pp. 208-211.
- ⁶⁸ “Veja”, 09/06/82, p. 38.
- ⁶⁹ “Veja”, 02/06/82. p. 30.
- ⁷⁰ DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. p. 15.
- ⁷¹ Id., *ibid.*, p. 12.
- ⁷² “Veja”, 02/06/82, pp. 42-43.
- ⁷³ Apud. “Jornal do Brasil”, 24/05/82.
- ⁷⁴ “Veja”, 2/06/82, p. 42.
- ⁷⁵ *L'Osservatore Romano*, 30/05/82, p. 305.
- ⁷⁶ Ídem.
- ⁷⁷ *L'Osservatore Romano*, 30/05/82, p. 334.
- ⁷⁸ “Correio Braziliense”, 12/06/82.
- ⁷⁹ Ídem.
- ⁸⁰ AZAMBUJA, Péricles *Falkland ou Malvinas - O Arquipélago Contestado*, p. 205.
- ⁸¹ Apud. AZAMBUJA, Péricles. op. cit. p. 206.
- ⁸² DOBSON, Christopher et. alli. op. cit. pp. 194-195.
- ⁸³ LAFER, Celso. op. cit. p. 149.
- ⁸⁴ Idem.

Capítulo VIII

***As Implicações da Crise das
Malvinas/Falklands na Polí-
tica de Defesa Nacional e no
Pensamento Estratégico
Militar do Brasil em Re-
lação ao Cone Sul***

O Conflito bélico anglo-argentino de 1982 - além de trazer novas concepções e conceitos sobre a moderna batalha aéro-naval - propiciou, nas Forças Armadas brasileiras, uma utilização teórica da Política de Defesa Nacional e do pensamento estratégico militar sobre o Cone Sul. As lições da Guerra das Malvinas / Falklands, envolvendo uma potência militar regional da América do Sul - a Argentina - e o principal membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Europa - o Reino Unido - foram aproveitadas pelos estrategistas militares brasileiros. Por sua vez, não deixou de causar perplexidade, no meio militar nacional, o fato de a Argentina, ao provocar um conflito bélico contra o Reino Unido, uma grande potência do Ocidente, ter se aproximado tacitamente da União Soviética e dos dois aliados ideológicos desta - Cuba e Líbia¹.

A política externa de cada Estado Nacional refere-se, primeiramente, à manutenção de sua independência e segurança e, em segundo lugar, à promoção e proteção de seus interesses econômicos². O binômio Segurança / Desenvolvimento era a tônica da Política do regime militar brasileiro (1964-1985), o qual visualizava a região do Cone Sul como sendo de vital importância estratégica para o País³.

Na ótica geopolítica, a definição de Cone Sul, isto é, seus contornos geográficos, é abrangente. Segundo PHILIP KELLY e JACK CHILD, essa região abarca os territórios e espaços marítimos sul-americanos abaixo dos 10° de latitude sul, aproximadamente ao Sul dos trópicos amazônicos. São cinco os países que a compõem: Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia e uma sexta área - a vasta região sul do Brasil. Os espaços oceânicos adjacentes do Pacífico do Sul, o Atlântico do Sul e a Antártida se incluem como parte da designação do Cone Sul⁴.

KARL DEUTSCH, nas suas "Doze Questões Fundamentais", acerca das Relações Internacionais, levanta questionamento - sobre a Guerra / Paz, Força / Fragilidade e Percepção -, os quais nos ajudam a entender como os estrategistas militares brasileiros acompanharam o desenrolar da Crise das Malvinas / Falklands. Inspirado no referido autor, podem ser levantadas as seguintes indagações: Quais os

fatores que determinaram a Guerra Malvinas / Falklands? Quando, como e por que começou, prosseguiu e acabou? Qual a natureza da força ou fragilidade dos países envolvidos no que concerne à política internacional? Que percepção tiveram os líderes e demais cidadãos quanto às suas próprias nações e de que forma consideram outras nações e seus atos? Por fim, até que ponto essas percepções foram realistas ou ilusórias?⁵ Essas podem ter sido as questões mais importantes levantadas pelos estrategistas brasileiros.

A Guerra das Malvinas / Falklands também serviu de lição aos estudos efetuados no Estado Maior das Forças Armadas no que se refere às hipóteses de guerra (HG). Até então, as guerras internas ou de guerrilhas, terrorismo, conflitos regionais envolvendo outro país da América do Sul (uma das principais HG se referiam à Argentina), guerras extra-continentais, caso em que o Brasil teria de enviar contingentes para outras regiões, como a Itália, na Segunda Guerra Mundial⁶. Depois da Guerra no Atlântico Sul, indagou-se como a União Soviética, agindo apenas no campo da diplomacia secreta, da espionagem militar e do comércio clandestino de armas, enfraqueceu psicológica e politicamente a unidade ocidental. Outra questão importante trata do papel desempenhado pelos armamentos modernos e de tecnologia sofisticada no conflito⁷.

Ainda pode ser acrescentado que a Guerra no Atlântico Sul expôs a situação inadequada das Forças Armadas brasileiras. Com um território de 8,5 milhões de km², o Brasil possuía um exército de 182.000 homens, enquanto países de tamanho dez ou vinte vezes menor dispunham de mais soldados - é o caso da Polônia, com 210.000 homens, ou a França, com 321.000. As despesas militares brasileiras eram modestas: 17 dólares *per capita* contra 105 da Argentina, 349 da França ou 520 dos Estados Unidos⁸. A participação dos gastos das Forças Armadas brasileiras no Orçamento Nacional vinha decaindo a partir dos anos 50: 1956 (27%); 1966 (21%); 1976 (8%); 1981 (7,1%)⁹.

A situação da Marinha e da Aeronáutica brasileira também se apresentava num estado crítico. O então Ministro da Marinha, o Almirante

Maximiliano da Fonseca, afirmou que o Brasil tinha uma Marinha dez vezes menor do que precisava. Apenas para proteger a costa em missão de patrulha, e em tempos de paz, o país precisaria ter o dobro de navios existentes na época (eram 40 navios de guerra, incluindo o único porta-aviões, o “Minas Gerais”)¹⁰. A situação da Aeronáutica era similar: tinha somente 13 aviões modernos Mirage III no grupo de 172 aviões de combate¹¹.

Acreditava-se, nas Forças Armadas brasileiras, que o Brasil estava no caminho certo ao desenvolver a indústria bélica nacional, a fim de diminuir sua dependência externa, e orientar os militares no sentido do alto grau de profissionalização¹². Os especialistas da área bélica reconheciam que, na aquisição de material bélico - desde simples armas até navios e aviões modernos - no mercado internacional, via sistema de encomenda, a prazo poderia ser longo. Por exemplo, o prazo de construção de uma corveta era, na época, de quatro anos. Não apenas a nacionalização da indústria bélica interessava aos militares brasileiros, mas também a sua modernização tecnológica¹³.

A história do Cone Sul sempre serviu de referencial para os estudos geopolíticos e estratégicos das Forças Armadas Brasileira¹⁴. O eixo principal dessa história é a imagem brasileira da Argentina como destemido concorrente pela hegemonia na América do Sul. No decorrer do século XIX, o Império brasileiro e sucessivos governos em Buenos Aires manobravam em busca de zonas de influência junto aos pequenos Estados satélites limítrofes - Uruguai, Paraguai e Bolívia. Grande parte do território desses três países pertencera ao Vice-Reinado do Prata, colônia espanhola, com sede em Buenos Aires, fato que, na visão brasileira, dava à política argentina de pós-independência um caráter alarmente¹⁵. Desde o século XVIII, o território que hoje é a Argentina, foi reduzido em 40%, enquanto, o Brasil aumentou sua área em 250% desde o seu descobrimento em 1500¹⁶. De acordo com STANLEY HILTON, a “interação das duas potências nas áreas satélites durante o século envolvia constantes ofensivas e contra-ofensivas diplomáticas e, às vezes militares”¹⁷. Os exemplos históricos mais expressivos são: a Campanha da Cisplatina em 1820; a

aliança brasileira com o Paraguai, Uruguai e a oposição argentina para derrubar o ditador Juan Manuel Rosas, em 1852; a Guerra do Paraguai, na qual houve divergências entre Brasil e a Argentina no tocante às condições de paz; a vitória arbitral do Brasil na disputa das Missões na década de 1890.

No século XX, ainda persistiu a rivalidade argentino-brasileira. Dentre os acontecimentos importantes, podem ser citados: a corrida armamentista, no campo da Marinha de Guerra, no início do século; a Guerra do Chaco (1932-1935), na qual a diplomacia brasileira desconfiava que a Argentina pudesse envolver os dois países; nos anos de 1940, alarmados com o nacionalismo extremado da Argentina, o Brasil temia ser invadido por este país; o expansionismo militar argentino na Era Juan Perón (1944-1955); a questão de Itaipu, nos anos 1970¹⁸.

Durante a Guerra das Malvinas / Falklands, havia o temor de a Argentina vir a representar uma ameaça à integridade do território nacional. JORGE BOAVENTURA, professor da Escola Superior de Guerra, alertava o País para uma hipótese de agressão militar argentina¹⁹. A Junta Militar argentina tinha ambições não só no tocante à reconquista do Arquipélago das Malvinas / Falklands, mas a exercer papel de proeminência no Atlântico Sul e na Antártida. Além disso, na suposição de vitória militar sobre o Reino Unido, previa-se um recrudescimento com o Chile, em torno do Canal de Beagle, podendo ter assim resultado em nova guerra. Supondo nova vitória militar portenha, a Argentina - onde existem ultranacionalistas rosistas, dentre os quais, se destaca Álvaro Riva - propugnavam, segundo JORGE BOAVENTURA, a revisão da questão das Missões e de Itaipu. Já naquela época, a de Itaipu, à luz da iniciativa argentina em relação às Malvinas, “seria absurdo supor” que se o poder militar do Brasil fosse insuficiente como fator de dissuasão chegar-se-ia “à possibilidade de construir a formidável usina absolutamente necessária à continuidade do nosso progresso?”. As pretensões ambiciosas da Junta Militar dirigida por Galtieri, ao provocar uma guerra absurda com uma potência ocidental - O Reino Unido -, não eram desprezadas - embora não divulgadas publicamente - pelos círculos militares e diplomáticos brasileiros.²⁰

Se por um lado, no decorrer da Guerra no Atlântico Sul, a Argentina era considerada como um perigo potencial aos interesses de segurança brasileiro; por outro lado, a queda da autoritária Junta Militar dirigida por Leopoldo Galtieri, após o conflito bélico, abriu promissoras esperanças no relacionamento Brasil-Argentina. Segundo GERSON MOURA, a Guerra das Malvinas / Falklands e o caso do Canal de Beagle desempenharam um papel decisivo na mudança de perspectiva das Forças Armadas brasileiras e argentinas - acostumadas a elaborar doutrinas e hipóteses de guerra (HG) que colocavam a Argentina e o Brasil como inimigos potenciais. Segundo esse autor, a partir de então, pode-se afirmar que “a balança rivalidade-cooperação passou a tender para um lado congregador”²¹. O período posterior ao Conflito no Atlântico Sul testemunhou, de acordo com MÔNICA HIRST, “*una aproximación inédita entre ambos países gracias a un nuevo patrón de vinculaciones económicas, políticas y militares*”²².

Sob o aspecto das operações aéreo-navais e do desempenho das armas e aparelhos de guerra, o Conflito das Malvinas / Falklands legou valiosos ensinamentos para as Forças Armadas brasileiras.

Em primeiro lugar, a Guerra das Malvinas / Falklands teve um caráter limitado. Segundo MÁRIO CÉSAR FLORES, Estrategista Naval brasileiro, pode-se dizer que, no prazo imediato, a Argentina e o Reino Unido pretendiam apenas o domínio do Arquipélago das Malvinas / Falklands.²³

A primeira atitude do Reino Unido para iniciar a sua estratégia militar de reconquista das ilhas foi a decretação do bloqueio aéreo naval em torno delas. Essa decisão havia sido tomada no dia 7 de abril de 1982 e implementada a zero hora (GMT) do dia 12 do mesmo mês, data a partir da qual o Arquipélago das Malvinas / Falklands, e todo o espaço dentro do círculo de 200 milhas náuticas à sua volta seriam consideradas Zona de Guerra. Em 7 de maio de 1982, o Ministério da Defesa

britânico ampliou a zona de exclusão marítima e aérea até 12 milhas náuticas da costa argentina, o que gerou fortes protestos diplomáticos por parte de Buenos Aires²⁴.

Antes do início da Guerra, segundo especialistas navais brasileiros, a Argentina detinha uma superioridade de aviões na área de conflito, proximidade geográfica - cerca de 560 km de distância das ilhas - e a inibição natural do Reino Unido em pôr em risco os seus 1.800 súditos nas ilhas²⁵. Por sua vez, a Royal entrada em campo com equipamento sofisticado, maior quantidade de navios e uma arma excepcional, capaz de desequilibrar as ações do inimigo: o submarino de propulsão atômica. Os quatro submarinos de propulsão atômica enviados para o Atlântico Sul, por Londres, - o Superb, o Sceptre, o Spartan e o Splendid - foram equipados e treinados para combater a Marinha da União Soviética, muito mais sofisticado do que a da Argentina. Cada um leva 20 torpedos, guiados por sonar, que buscam e atingem submarinos inimigos debaixo d'água - e mísseis Harpon, que podem afundar um navio de superfície situado a 100 km de distância²⁶.

Outra diferença principal entre as forças-tarefa de ambos os países, segundo estrategistas brasileiros, refere-se ao grau de profissionalização dos seus homens. A Argentina contava na maioria, com recrutas, cumprindo o serviço militar obrigatório. Enquanto o Reino Unido possuía um corpo de militares composto de voluntários, do último alistado ao primeiro oficial, todos profissionais²⁷.

No decorrer da Guerra Anglo-Argentina, constatou-se que a superioridade numérica dos aviões argentinos - aproximadamente 230 contra 60 da frota britânica - não significava um obstáculo intransponível. Os melhores aviões da força aérea argentina - os caças Mirage III, Super Etendart e Skyhawk - não puderam operar do aeroporto das ilhas, em Port Stanley, pequeno e batido por fortes ventos. Outra desvantagem é que seus pilotos gastariam muito combustível na viagem do continente ao teatro de guerra, ficando apenas 15 minutos no local - problema que, por sua vez, não afetava aos Harrier britânicos, operando dos porta-aviões, situados a Leste das ilhas²⁸.

Outra característica importante é que a Guerra das Malvinas / Falklands foi uma guerra naval em que se conciliou a tecnologia mais avançada com sistemas de defesa idealizados há quarenta ou cinquenta anos. De um lado, por exemplo, os novos torpedos “Tigerfish”, computadorizados, que puseram a pique o cruzador General Belgrado, antigo navio da Marinha norte-americana (“Phoenix”, de 1939). De outro, os antigos bombardeiros de longo alcance “Vulcan”, projetados nos anos 1950, cumpriram com sucesso sua missão de ataque ao aeroporto das ilhas Malvinas / Falklands, partindo, da sua base, na Ilhas de Ascensão, a 5.600 km de distância do alvo²⁹.

Diversas questões foram levantadas pelos estrategistas militares brasileiros acerca da eficiência de armas e equipamentos de guerra aéro-naval. Uma das principais é saber até que ponto equipamentos clássicos como os porta-aviões são realmente úteis na era de sofisticadas e potentes armas - como os mísseis. Outras questões dizem respeito à ação dos mísseis - um míssil “Exocet”, de fabricação francesa, conseguiria afundar o destróier britânico “Sheffied”, a ação dos helicópteros contra navios de superfície - exemplo disso é o ataque bem sucedido dos “Lynx” britânicos a dois navios de patrulha argentinos; por fim, à atuação dos submarinos de propulsão nuclear, como aquele que destruiu o Cruzador “General Belgrado”³⁰. Outro ponto que mereceu estudo foi a eficiência da força-tarefa britânica em operar, por 74 dias, num conflito a 13.000 Km de suas costas.

Terminada a Guerra, em 14 de junho de 1982, quando o general Mário Menendez, Comandante das Forças argentinas nas ilhas, rendeu-se ao major-general Jeremy Moore, Comandante britânico das forças de desembarque, a atuação das três Forças argentinas foi analisada pelos estrategistas brasileiros. A Força Aérea - que sempre teve reduzido orçamento e pouco poder político na Junta Militar de Buenos Aires - teve o melhor desempenho, causou consideráveis estragos na força-tarefa britânica, quando esta se preparava para invadir o arquipélago, via “San Carlos”. A Marinha argentina - que sofreu o afundamento do “General Belgrado”, o seu segundo

maior navio de guerra - teve atuação desastrosa a partir da terceira semana de conflito e as tropas do Exército nas ilhas não apenas ofereceram inexpressiva resistência à reconquista britânica, como foram cercados pelos britânicos em "Port Stanley". Sem dúvida, a Força Aérea argentina - comandada pelo Tenente-Brigadeiro Lami Dozo -, apresentou mais disposição em combate, mais perícia e demonstrou que obteve mais êxitos³¹.

O motivo de o Reino Unido reconquistar, por via militar, o Arquipélago Malvinas / Falklands estava relacionado aos seus interesses estratégico-militares de preservar seu Império constituído de 15 ilhas localizadas em pontos-chaves do Mundo.

Outrora, o Império britânico era constituído de diversas colônias. A partir de 1947, começou por perder a Índia; nos anos 1950-1960, perdeu quase todas as suas colônias da África, Ásia e América (Guiana). Em novembro de 1981, concedeu independência à ilha de Antigua, no Caribe. Em abril de 1982, o que restava do Império britânico eram 15 ilhas estratégicas: Ilhas Falklands e Santa Helena (no Atlântico Sul); Bermuda, Anguilla, Montserrat, At. Kitts, Ilhas Virgens britânicas, Ilhas Turcos e Caicos e Ilhas Cayman (no Caribe); Pitcairn (Pacífico Sul); Ilhas de Man, Canal de Gibraltar (na Europa); Diego Garcia, Hong Kong e Brunei (na Ásia). A área total dessas colônias, em 1982, era de 213.173, e sua população total de 5.602.000 súditos da Coroa britânica³².

No mundo são poucas as áreas de importâncias estratégicas como a do Atlântico Sul, por onde, nos anos 80, passavam linhas de comunicação marítima de vital interesse para o Brasil e para o Ocidente. No ano de 1981, a maior parte do petróleo destinado ao Brasil atravessava o Atlântico Sul, vindo do Oriente Médio (325.000 barris por dia), da Indonésia (55.000), do Gabão (38.000), da Nigéria (20.000), da União Soviética (20.000), da Líbia (20.000), da China (17.000), de Angola (15.000) e da Argélia (10.000)³³. Uma das maiores vulnerabilidades do Brasil era a sua extrema dependência da importação de petróleo proveniente de regiões

distantes, sobretudo do Oriente Médio, via Cabo da Boa Esperança. As exportações brasileiras realizadas por via marítima correspondiam a 93% do total.³⁴

Com efeito, depois da Segunda Guerra Mundial, o Atlântico Sul aumentou de importância; pois a adoção de navios mercantes de grande tonelagem que não podem passar pelo Canal de Suez, como os superpetroleiros e os supergraneleiros, tornou obrigatória a passagem pelo Atlântico Sul de um tráfego marítimo de extrema importância estratégica. Pela “Rota do Cabo”, no ano de 1981, por exemplo, passaram 2.000 navios por mês. Essa importância do Atlântico, só era superada pelo Canal da Mancha e por Gibraltar³⁵.

Porém, o papel do Atlântico Sul mais relevante é de natureza política e militar. De natureza política porque o movimento de descolonização dos países da África fez surgir regimes marxistas-leninistas aliados de Moscou - por exemplo, na costa ocidental africana, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, Senegal³⁶. De natureza militar, porque deixou de existir no Atlântico Sul a supremacia indiscutível das esquadras norte-americanas e britânicas, a qual havia prevalecido até os anos 1950; na década de 80, as esquadras norte-americanas e britânicas não conseguem atender os compromissos maiores no Atlântico Norte, no Mediterrâneo, no Índico e no Pacífico. Esse vazio estratégico tornou-se perigoso, pois, desde 1960, a presença de unidades da Marinha de Guerra da União Soviética sofreu um crescimento assustador: Primeiramente, no Mar da Noruega e do Mar Mediterrâneo; e em seguida no Mar das Caraíbas e no Atlântico Norte. Ainda depois, no Pacífico Oriental e no Índico e por fim, concomitantemente às lutas de independência de Angola, no Atlântico Sul³⁷.

Na década de 1980, a presença da Marinha de Guerra da União Soviética tornou-se muito expressiva. Vários navios disfarçados em navios de pesca, coletavam informações, pilotavam e monitoravam as operações dos navios de guerra do Ocidente ou circulando próximo ao litoral das potências do mundo ocidental escutavam as transmissões telefônicas em microondas. Há muito tempo, os líderes soviéticos tinham descoberto que o Poder Marítimo podia oferecer uma vasta gama

de oportunidades para a implementação dos interesses e finalidades da União Soviética por todas as partes do Mundo³⁸. Segundo LAVENÈRE-WANDERLEY, estrategista militar brasileiro, os soviéticos operando de várias bases (aéreas e navais) na parte ocidental do continente africano, poderiam perturbar e hostilizar todo o movimento marítimo do Atlântico Sul, utilizando aviões de longo alcance, navios de guerra e submarinos, auxiliado por meios sofisticados de vigilância dos mares, incluindo os satélites³⁹.

A Guerra das Malvinas / Falklands demonstrou, de forma significativa, a importância estratégica do Atlântico Sul para os interesses vitais do Brasil e de todo o mundo ocidental. E, conseqüentemente a necessidade de constituir um poderio militar - de caráter aéreo-naval - para defendê-lo. LAVENÈRE-WANDERLEY, constatando o perigo potencial da Armada soviética, insistia na necessidade de proteção dos pontos vitais do território brasileiro, sobretudo dos situados na faixa litorânea. Sentindo a necessidade de proteção das linhas de comunicação marítima e nas contingências de uma campanha anti-submarino que exigiam que a Força Aérea Brasileira (FAB) tivesse uma estratégia aérea para o Atlântico Sul⁴⁰.

De fato, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai são altamente dependentes das rotas marítimas de importação e exportação do Atlântico Sul. Essa vasta massa líquida tem uma área de 81.657.800 Km² ⁴¹.

Os pontos estratégicos do Atlântico Sul eram visualizados como sendo de grande importância para a defesa dos interesses vitais do Ocidente, incluindo o Brasil. A Guerra das Malvinas / Falklands apenas colaborou para ressaltá-la. No meio do Oceano Atlântico há dois aeroportos importantes, o de Fernando de Noronha e o da ilha de Trindade (em construção). No litoral brasileiro, encontram-se numerosas bases aéreas e aeroportos, que poderiam ser utilizados por aviões modernos de grande porte empenhados em operações aéreas no Atlântico Sul; dentre esses aeroportos, cabem ser destacados os do Nordeste - utilizados nas operações da Segunda Guerra Mundial -, pela sua posição favorável em relação ao estreito Natal-

Dacar⁴². Outra área vital é constituída pelo triângulo geoestratégico de Ascensão-Santa Helena-Tristão da Cunha que, segundo THEREZINHA DE CASTRO, se constituía na presença física da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Atlântico Sul⁴³. Os arquipélagos sub-antárticos - Shetlands do Sul, Orcadas do Sul, Sandwich do Sul, Gough e Geórgias do Sul -, as Malvinas / Falklands (16.385 Km²), a Trindade (16 km²) e Fernando de Noronha constituíam postos avançados para a guarda e integridade da costa marítima pertencente ao Brasil, Uruguai e Argentina⁴⁴.

Os pontos estratégicos frágeis do Cone Sul eram, na época da Crise das Malvinas / Falklands, dois: a Antártida e o estreito de Drake, ao sul da Patagônia, entre os continentes antártico e americano. Em relação à Antártida, por dois motivos: a internacionalização da área pelo Tratado de 1959, que não proibiu a presença da União Soviética nele. Em segundo lugar porque este país passou a ter bases - como a de Druznaia (Mar de Weddell) e de Bellingshausen (do lado do Pacífico) - além da Polônia ter a base de Arctowski, na Península Antártica⁴⁵.

Com o fim da Guerra da Malvinas / Falklands, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e o projeto de criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), defendidos por estrategistas brasileiros⁴⁶ como pilares da defesa do Cone Sul de uma ameaça militar soviética - sofreram sensível desgaste.

O TIAR, nascido dentro dos princípios da Doutrina Monroe, de não-intervenção, em 1947, saiu politicamente desgastado com o apoio logístico efetivado pelos Estados Unidos ao Reino Unido. Contudo, o TIAR não foi revogado pelos países latino-americanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) nem tampouco os Estados Unidos - a superpotência do Ocidente - deixaram de ser considerados como aliados estratégicos, no caso de agressão militar soviética ao continente americano⁴⁷. Em seu artigo 4º, o TIAR delimita a Antártida americana nos limites compreendidos entre os meridianos 24º e 90º oeste, além de incluir o

arquipélago contestado das Malvinas / Falklands na sua Zona Geográfica de Segurança (vide o Mapa correspondente nos Anexos)⁴⁸. Outro fator que ajudou a enfraquecer o TIAR foi a inexistência de uma estrutura militar permanente que lhe servisse de suporte; ao contrário, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) possui uma estrutura militar sofisticada. Em toda a sua história, o TIAR só havia sido invocado pelos Estados Unidos, em 1962, quando ocorrera a Crise dos Mísseis em Cuba - na ocasião, todos os aliados latino-americanos juntaram-se ao movimento, forçando a União Soviética a retirar os seus mísseis⁴⁹. Embora juridicamente vigendo e o fato de os Estados Unidos ainda serem vistos como importante aliado estratégico - num caso de agressão militar da União Soviética - pelos países latino-americanos (incluindo o Brasil), o TIAR teve sua imagem política afetada negativamente pela Guerra das Malvinas / Falklands.

O projeto de criação da OTAS, surgindo em 1976, acabou sendo arquivado por causa do envolvimento de dois futuros membros - Estados Unidos e Argentina - em lados opostos do Conflito no Atlântico Sul. A extrema importância estratégica da OTAS como pilar do sistema de segurança do Cone Sul sempre havia sido defendida pelos estrategistas brasileiros, mesmo depois do Conflito⁵⁰. A OTAS era uma proposta de pacto militar de natureza anticomunista no Atlântico Sul que deveria ter como membros principais, a Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul e Estados Unidos - sendo ainda possível o auxílio das forças da OTAN⁵¹.

Contudo, o Itamaraty e alguns setores das Forças Armadas brasileiras haviam tomado posicionamento contrário ao projeto da OTAS, mesmo antes do Conflito das Malvinas / Falklands no governo Geisel. O Itamaraty - e alguns setores das Forças Armadas - entendia que a OTAS poderia trazer para o âmbito regional o Conflito Leste-Oeste⁵². Com isso, a tese de desmilitarização do Atlântico Sul ganhou força, tendo como consequência palpável a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - que contou com o patrocínio do Brasil - aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 1986⁵³.

A União Soviética, no imediatismo prático, com o fim da Guerra de 1982, se sentiu vitoriosa com a exposição do enfraquecimento do sistema de segurança do Cone Sul. Para o Almirante JOÃO CAMINHA, o episódio das Malvinas / Falklands teria quebrado a unidade de estrutura de segurança hemisférica, sob a égide do TIAR, ocasionando o sensível crescimento da influência da União Soviética na região⁵⁴. A Academia de Ciências da União Soviética, após o conflito bélico, teria publicado uma obra intitulada “La Crises de las Malvinas” (1982), em cujo terceiro capítulo exprime o seu “*deseos (y su verificación) en la forma de un colapso del Sistema Interamericano de Defensa*”⁵⁵.

NOTAS

¹ DUARTE, Paulo de Queiroz. *O Conflito das Malvinas*, p. 28.

² DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. p. 119.

³ HILTON, Stanley. “*Brasil-Argentina: A Disputa pela Hegemonia na América do Sul*”. Revista Brasileira de Política Internacional, vols. 97-100, 1982, pp. 77-90.

⁴ KELLY, Philip & CHILD, Jack. “*Geopolítica del Conor Sur y la Antartida*”. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1990, p. 2.

⁵ Adaptação das indagações contidas à página 17, do livro supracitado de KARL DEUTSCH.

⁶ BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente*. p. 263.

⁷ DUARTE, Paulo de Queiroz. *O conflito das Malvinas* p. 28. Ver também capítulo IV da presente dissertação.

⁸ “Veja”, 21/4/82, pp. 36-37.

⁹ Idem. No mesmo artigo, o deputado Alípio Carvalho (PDS-PR), então Presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, afirmou que “pelo menos um aumento de recursos orçamentários deveria ocorrer com urgência”.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² BANDEIRA, Moniz. op. cit. p. 258.

¹³ “Veja”, 21/4/82. p. 37.

¹⁴ Alguns dos autores mais expressivos nessa linha de estudo são: CARLOS DE MEIRA MATTOS, PAULO DE QUEIROZ DUARTE, PÉRICLES AZAMBUJA, JOÃO CAMINHA, THEREZINHA DE CASTRO, JORGE BOAVENTURA, STANLEY HILTON, ÁLVARO TEIXEIRA SOARES.

¹⁵ HILTON, Stanley. op. cit. p. 77.

¹⁶ “Veja”, 14/4/82. p. 33.

¹⁷ HILTON, Stanley op. cit. pp. 77-90.

¹⁸ Idem. BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional da América Latina*. pp. 240-242.

¹⁹ “Folha de São Paulo”, 13/4/82.

²⁰ Idem.

²¹ MOURA, Gerson. “*Brasil e Argentina*”, p. 31.

²² MÔNICA, Hirst. “*As Políticas Exteriores da Argentina e do Brasil frente a um Mundo em Transição: Diversidade, Convergência e Complementaridade*”. p. 9.

²³ FLORES, Mário César. “*Malvinas: Uma Primeira Abordagem*”. Revista Marítima Brasileira, vol. 102, nº 4/6, abr / jun de 1982, p. 61.

²⁴ DOBSON, Christopher et alli. *Malvina contra Falklands*. pp. 15-16.

²⁵ “Veja”, 14/4/82. p. 30.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ “Veja”, 19/5/82 p. 58.

³⁰ Idem. O afundamento do “General Belgrado”, em 2 de maio de 1982, gerou consternação na opinião pública mundial, pois, segundo alguns jornalistas, o mesmo teria sido afundado fora da Zona de Guerra, ao voltar para a sua base no continente. Entretanto, o almirante MÁRIO CÉSAR FLORES, afirma que “sua missão talvez fosse incursionar sobre as Geórgias do Sul ou atuar contra o sistema logístico na área entre as Malvinas e aquelas ilhas” (FLORES, Mário César. op. cit. p. 64).

³¹ “Veja”, 2/6/82, p. 36.

³² “Veja”, 21/4/82 pp.32-33. Ver também BULL, Headley of WATSON, Adam. *The expansion of international society*. Oxford, Clarendon Press, 1988, p. 206.

³³ LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F. “O Brasil e o Atlântico Sul”. Revista Brasileira de Política Internacional, vols. 97-100, 1982, p. 36.

³⁴ Id., ibid. p. 36.

³⁵ Id., ibid. p. 41.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Id., ibid. p. 42.

³⁹ Id., ibid. p. 44.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ CASTRO, Therezinha de. “O Atlântico Sul: Contexto Regional”. p. 91.

⁴² LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F. op. cit. pp. 44-45.

⁴³ CASTRO, Therezinha de. “Relações Brasil-Estados Unidos em face das Dicotomias Norte-Sul e Leste-Oeste”. A Defesa Nacional, vol. 706, Mar / Abr de 1983, p. 28.

⁴⁴ CASTRO, Therezinha de. “O Atlântico Sul: Contexto Regional”. p. 99.

⁴⁵ CASTRO, Therezinha de. “O Cone Sul e a Conjuntura Internacional”. A Defesa Nacional, vol. 712, Mar / Abr de 1984, p. 25. “Antártida: Suas Implicações”. A Defesa Nacional, vol. 702, Jul / Ago de 1982, p. 82.

⁴⁶ Dentre os mais expressivos representantes: JOÃO CAMINHA, MEIRA MATTOS, THEREZINHA DE CASTRO.

⁴⁷ DANIEL, Rótulo. *Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiros em relação ao Atlântico Sul*. pp. 188-192.

⁴⁸ CASTRO, Therezinha de “Antártida: Suas Implicações”. p. 88.

⁴⁹ CASTRO, Therezinha de. “Relações Brasil-Estados Unidos em face das Dicotomias Norte-Sul e Leste-Oeste”. p. 19.

⁵⁰ Ver CASTRO, Therezinha de. “O Atlântico Sul: Contexto Regional”. p. 94. DANIEL, Rótulo. op. cit. pp 55-59.

⁵¹ Idem.

⁵² CASTRO, Therezinha de. “O Cone Sul e a Conjuntura Internacional”. p. 32.

⁵³ DANIEL, Rótulo. “Diplomacia e Pensamento da Marinha Brasileira em Relação ao Atlântico Sul no Período 1982-1990”. Revista Marítima Brasileira. vol. 144, nº 7/9, Jul / Set, 1994, pp. 88-192.

⁵⁴ Apud. DANIEL, Rótulo. op. cit. p. 65.

⁵⁵ Apud. KELLY, Philip & CHILD, Jack. *Geopolítica del Cono Sur y la Antártida*. p. 256-257.

Conclusão

O presente texto dissertativo constitui um esforço pioneiro no sentido de se sistematizar os conhecimentos existentes, em fontes não-primárias, acerca da atuação do Brasil no decorrer da Crise das Malvinas / Falklands.

Embora haja uma lacuna na historiografia brasileira - mesmo porque a documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty, referente ao assunto, permanece sigilosa (segredo) -, ensaiaram-se neste trabalho narrativo-descritivo, algumas interpretações sobre a natureza, as motivações, os interesses e os objetivos da participação brasileira nessa Crise que envolveu o Atlântico Sul. Ao longo do texto, muitas indagações foram respondidas; outras continuam em aberto.

Durante a Crise das Malvinas / Falklands, o Brasil, em conformidade com a sua tradição diplomática - do pacifismo e do jurisdicismo -, adotou uma posição neutral diante dos contendores, Argentina e Reino Unido, com os quais vinha mantendo relações estreitas. Contudo, a neutralidade tendeu favoravelmente ao país platino, seu aliado estratégico no contexto do processo de integração latino-americana. Por fim, esta atitude neutral do Brasil sempre esteve em consonância às Convenções de Genebra, no que se refere à condição de país neutro.

Tendo adotado uma atitude neutra, ainda que imperfeita, o Brasil pôde exercer papel de mediador ativo e confiável junto aos dois contendores, e junto a outros atores importantes no cenário internacional - Estados Unidos, Organização das Nações Unidas (ONU), Peru, República Federal da Alemanha e Santa Sé. Essa mediação rendeu ao País aumento de prestígio no Ocidente, o que ilustra bem isso é o fato de a Embaixada brasileira em Londres passar a representar os interesses argentinos junto ao Reino Unido, após o término da Crise no Atlântico Sul.

No decorrer do Conflito das Malvinas / Falklands, o Brasil buscou defender os seus interesses multilaterais, os quais, de certa forma, foram alcançados. A visita do Presidente João Figueiredo a Washington, em 12 de maio de 1982, revestiu-se de grande significado. Em primeiro lugar, porque, apesar das divergências

bilaterais, Brasil e Estados Unidos intensificaram suas relações de cooperação. No contexto do Conflito Leste-Oeste, ambos os países colaboraram para evitar que a Guerra das Malvinas / Falklands se transformasse em novo episódio da Guerra Fria, pois a União Soviética e seus aliados ideológicos, desde o início da Crise, estavam se aproximando da Junta Militar de Buenos Aires, ao cooperar com este no campo da diplomacia secreta, comércio clandestino de armas e espionagem militar. Ainda havia o temor mútuo de que a Argentina viesse a sofrer um processo de radicalização política interna. Ao final do Conflito bélico, sendo cada vez mais provável a derrota argentina para o Reino Unido, a União Soviética afastou-se e desistiu de qualquer envolvimento direto com o regime do General Galtieri. Após o término do conflito, com apoio tácito dos Estados Unidos e do Brasil (que vinha acelerando a Abertura Política iniciada pelo General Ernesto Geisel), e desencadeado o processo de redemocratização política na Argentina, com a queda da Junta Militar dirigida pelo General Galtieri.

No âmbito do Diálogo Norte-Sul, o Brasil, com prévio apoio e patrocínio de Washington, procurou exercer papel de interlocutor entre os Países do Primeiro e Terceiro Mundos. O início dos anos 80 foi marcado por grave crise econômica internacional, caracterizada, entre outros fatores, pela elevação das taxas de juros e pela recessão generalizada. Devido à imposição de sanções econômicas e comerciais contra a Argentina, por causa do seu ato de agressão ao invadir e ocupar militarmente o Arquipélago das Malvinas / Falklands, pela Comunidade Econômica Européia (CEE) e Commonwealth e depois pelos Estados Unidos, receava-se, no Terceiro Mundo, que essas medidas econômicas servissem de precedente contra os interesses deste. A visita oficial do Presidente Figueiredo a Washington, serviu para revitalizar-se o Diálogo Norte-Sul, sendo constituído, então, um “agreement” entre Brasil e Estados Unidos para este fim.

A Argentina, ao preferir a solução militar à via de negociação diplomática para resolver a sua controvérsia com o Reino Unido em torno do Arquipélago das Malvinas / Falklands, reacendeu os ânimos de países do continente

americano que têm problemas de disputa de fronteiras, que, seguindo o exemplo argentino, poderiam colocar em xeque a paz hemisférica. Além disso, como outro agravante da crise no sistema interamericano, a oficialização do apoio dos Estados Unidos ao Reino Unido - seu importante aliado estratégico na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) -, afeta negativamente as relações norte-americanas com os países da América Latina, ao mesmo tempo, em que a imagem política do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) fica negativamente afetada. Nesse contexto de deterioração do sistema interamericano, o Brasil consegue revitalizar os laços diplomáticos entre os Estados Unidos e o continente latino-americano, ao mesmo tempo, que fortalece politicamente a Organização dos Estados Americanos (OEA), apesar de esta ter falhado na busca de uma solução pacífica e negociada para a crise anglo-argentina.

Uma questão subjacente à guerra anglo-argentina pelo Arquipélago das Malvinas / Falklands diz respeito à Antártida. Em primeiro lugar, porque parte das dependências do referido arquipélago encontram-se em território antártico. Outro fator é que a Argentina e o Reino Unido, no âmbito do Tratado da Antártida de 1959, pertencem ao grupo dos países “territorialistas”, isto é, daqueles que defendem a partilha territorial do continente gelado. Pela Teoria da Defrontação, ambos teriam direito a faixas de terras conflitantes, tendo como ponto de referência para a delimitação dessas faixas o Arquipélago das Malvinas / Falklands. O Brasil, que pertence ao grupo dos países internacionalistas, quer dizer, daqueles que defendem a exploração (para pesquisas científicas) do continente com base na cooperação internacional, procurou preservar os seus interesses potenciais e efetivos sobre o mesmo.

Por fim, o Conflito anglo-argentino proporcionou nas Forças Armadas Brasileiras uma atualização teórica da Política de Defesa Nacional e do pensamento estratégico militar sobre o Cone Sul - inclusive, o Atlântico Sul e a Antártida. Além disso, a Guerra das Malvinas / Falklands trouxe novas concepções e conceitos da moderna batalha aéreo-naval. Deve ser acrescentado que a Guerra no Atlântico Sul

expôs a situação inadequada das Forças Armadas Brasileiras, tanto sob o aspecto do atraso tecnológico dos equipamentos bélicos nacionais quanto sob o da relativa dependência externa, passando pela baixa participação dos gastos militares das Três Armas no Orçamento Nacional (em 1981, era de 7,1%).

A História no fundo cria imagens da realidade. Sob esse ângulo, o texto dissertativo ora apresentado procurou oferecer uma imagem do Tempo Presente, tendo como referência fontes não-primárias. Quando daqui a algumas décadas vierem à lume novos dados e documentos acerca da atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas / Falklands de 1982 poder-se-á retocar essa imagem passada no texto.

Fontes e Referências
Bibliográficas

BIBLIOTECAS PESQUISADAS

Em Brasília

- Arquivo Histórico do Itamaraty
- Biblioteca Central da Universidade de Brasília
- Câmara dos Deputados
- Casa Thomas Jefferson
- Comunidade Econômica Européia
- Embaixada da República Argentina
- Embaixada dos Estados Unidos da América
- Embaixada do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- Ministério da Aeronáutica
- Ministério do Estado Maior das Forças Armadas
- Ministério da Marinha
- Ministério das Relações Exteriores
- Nunciatura Apostólica
- Organização dos Estados Americanos
- Organização das Nações Unidas
- Pontifícia Universidade Católica
- Secretaria de Assuntos Estratégicos
- Senado Federal

No Rio de Janeiro

- Biblioteca Nacional
- Centro de Informações das Nações Unidas
- Escola de Comando do Estado-Maior do Exército
- Escola de Guerra Naval
- Escola Superior de Guerra
- Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
- Ministério da Aeronáutica
- Ministério do Exército
- Ministério da Marinha
- Ministério das Relações Exteriores
- Pontifícia Universidade Católica
- Real Gabinete Português de Leitura

FONTES E LISTA BIBLIOGRÁFICA

1. JORNAIS

- Correio Braziliense, Brasília, 1980, 1982, 1990.
- Estado de São Paulo, São Paulo, 1977, 1981, 1982, 1983, 1986, 1994.
- Folha de São Paulo, São Paulo, 1976, 1982, 1983.
- Gazeta Mercantil, Rio de Janeiro, 1982.
- Jornal da Tarde, São Paulo, 1982.
- Jornal de Brasília, Brasília, 1982.
- Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1976, 1977, 1981, 1982, 1990, 1995.
- L'Osservatore Romano, Vaticano, 1982.
- O Globo, Rio de Janeiro, 1980, 1981, 1982.
- Tribuna da Imprensa, 1980.

2. REVISTAS

- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 1981, 1983, 1984.
- Catolicismo, São Paulo, 1982.
- Ciência Hoje, São Paulo, 1986, 1988.
- Digesto Econômico, São Paulo, 1982.
- Estudios Internacionales, Cidade do México, México, 1987.
- Journal of the Royal United Services Institute for Defenses Studies, Londres, Reino Unido, 1983.
- Política e Estratégia, São Paulo, 1986.
- Relazioni Internazionali, Roma, Itália, 1990.
- Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 1982, 1994.
- Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 1982.

- Review of Navy Institute, Annapolis, Estados Unidos, 1982.
- Veja, São Paulo, 1982.
- Visão, São Paulo, 1982, 1990.

3. FONTES IMPRESSAS

ARGENTINA. *Secretaria de Informacion Pública de la Presidencia de la Nación*.
 “*Las Islas Malvinas Argentinas*”. Buenos Aires, 13 de abril de 1982.

BRASIL. Banco do Brasil. Departamento de Estatística. “Anuário Estatístico”. 1983,
 pp. 415-416.

_____. Banco Central do Brasil. Departamento Econômico. “Relatório de 1982”. vol.
 19, nº 2, fev. de 83, pp.3-91.

_____. Ministério das Relações Exteriores. “Resenha de Política Exterior”, nº 32, 33,
 34, 35 de 1982.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre de Gusmão /
 Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais. “As Políticas Exteriores da
 Argentina e do Brasil frente a um Mundo em Transição”. Cadernos do IPRI. nº
 11, novembro de 1994.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. “Cooperação Regional depois da Crise do
 Atlântico Sul”. Discurso do Secretário de Estado Adjunto para Assuntos
 Interamericanos, Thomas O. Enders, na Subcomissão de Assuntos
 Interamericanos da Câmara de Representantes. 1982.

GUERREIRO , Ramiro Saraiva. “O Itamaraty e o Congresso Nacional”. Brasília,
 Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. “Carta da Organização dos
 Estados Americanos”. 1972.

_____. “Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”. 5ª ed. volume I (1948-
 1959). 1973.

_____. “Texto de la Resolución aprobada el 28 de abril de 1982 en la XX Reunión de
 Consulta”. 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Servicios de Información. “Carta de las Naciones Unidas y Estatuto de la Corte Interamericana de Justicia”.s.d.

_____. Assembléia Geral. Resolução 37/404.

_____. Conselho de Segurança. Resolução 502 e 505.

REINO UNIDO. Central Office of Information. “As Ilhas Falklands e as Ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul”. 1988.

_____. Central Office of information. “A Grã-Bretanha e a América Latina”. 1989.

4. LISTA BIBLIOGRÁFICA

4.1. LIVROS:

ARAGÃO E FROTA, Luciara Silveira de. *Brasil-Argentina: Divergências e Convergências*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. 2ª ed., Brasília, Ed. UnB, 1986.

_____. *Os Últimos Anos do Século*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

AZAMBUJA, Péricles. *Falklands ou Malvinas: O Arquipélago Contestado*. Caxias do Sul, Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1988.

BANDEIRA, Moniz. *O Eixo Argentina-Brasil*. Brasília, Ed. UnB, 1987.

_____. *Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. Brasília, Ed. UnB, 1993.

BALSIER, Cole. *The USSR and Latin American - The Giant's Rival*. 2ª ed. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1989.

BOERSNER, Demetrio. *Relaciones Internacionales de America Latina*. 4ª ed. Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1990.

BUENO, Clodoaldo. *A política Multilateral Brasileira*, in CERVO, Amado (Org). *Q Desafio Internacional*. Brasília, Ed. UnB, 1994, pp. 59-144.

- BURNS, Edward MacNall. *História da Civilização Ocidental*. 2 vols. 29ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1986.
- CABLE, James. *Diplomacy at Sea*. Annapolis, The Naval Institute, 1985.
- CABRAL, Antônio et alli. *Guerra Santa nas Malvinas*. São Paulo, EMW, 1983.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna no Popa*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.
- CARDOSO, Oscar Raúl; KIRSCHBAUM, Ricardo & VAN DER KOY, Eduardo. *Malvinas: La Trama Secreta*. Buenos Aires, Grupo Editorial Planeta, 1992.
- CERVO, Amado et alli. *O Desafio Internacional*. Brasília, Ed. UnB, 1994.
- CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1992.
- _____. *A Política Externa Brasileira (1822-1985)*. São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- _____. *Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo, MacGrawHill do Brasil, 1983.
- CLAUDE, Jr., Inis Lewis. *Power and International Relations*. New York, Macmiliam, 1962.
- DESTEFANI, Lauro H. *Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur*. Buenos Aires, EDIPREESS, 1982.
- DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. 2ª ed. Brasília, Ed. UnB, 1982.
- DOBSON, Christopher et alli. *Malvinas contra Falklands*. Lisboa, Europress Editora, 1982.
- DORATIOTO, Francisco. *Espaços Nacionais na América Latina - da Utopia Bolivariana à Fragmentação*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *O Conflito das Malvinas*. 2 vols. Rio de Janeiro, Editora BIBLIEX, 1986.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout Empir Périra*. Paris, Armand Colin-Éditeur, 1992.
- GALLIE, W.B. *Os Filósofos da Paz e da Guerra*. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, Rio de Janeiro, s.d.
- GAMBA, Virgínia. *El Peon de la Reina*. Buenos Aires, Ed. Sudamerica, 1984.

- GIRAULT, René. *En guise de Conclusion*. in NAVAKIVI, Jukka (Org). *Neutrality in History*. Helsinki, 1993, pp. 331-335.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Lembranças de um Empregado do Itamaraty". São Paulo, Ed. Siciliano, 1992.
- HASTINGS, Max. *The Battle for the Falklands*. London, Michael Joseph, 1983.
- HAYES, Margaret Daly. *Latin American and the U.S. National Interest*. Colorado, Westview Press, 1984.
- JAGUARIBE, Hélio. *Novo Cenário Internacional*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986.
- _____. *Reflexões sobre o Atlântico Sul* in SEITENFUS, Ricardo A. (Org). *Bacia do Prata: Desenvolvimento e Relações Internacionais*. Porto
- JAGUARIBE, Hélio et alli. *Leituras de Política Internacional*. Brasília, Ed. UnB, 1982.
- KANAF, Leo. *La Batalla de las Malvinas*. Buenos Aires, Tribuna Abierta, 1982.
- KELLY, P. & CHILD, J. (org). *Geopolítica del Cono Sur y la Antártida*. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1990.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989.
- LAFER, Celso. *O Brasil e a Crise Mundial*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1984.
- LAQUEUR, Walter. *A World of Secrets - The Uses and Limits of intelligence*. New York, The Twentieth Century Fund, 1985.
- LEÃO DA ROCHA, Francisco Heitor. *A Guerra no Atlântico Sul*. Teresina, Ed. CEP, 1985.
- MANGNOLI, Demétrio Martineli. *O Mundo Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Ática, 1990.
- MATTOS, Carlos Meira. *Brasil - Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1977.
- MÉNEM, Carlos Saúl. *Estados Unidos, Argentina y Carlos Ménem*. San Isidoro, Editorial CEYNE, 1990.

- MONETA, Carlos J. *O Conflito das Malvinas: Análise do Processo de Tomada de Decisões do Regime Militar Argentino*. in MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph Paulo, Ed. Convívio, 1986, pp. 119-128.
- MOREIRA, Luis Carlos Lopes. *A Antártida Brasileira: Sonho ou Realidade*. Rio de Janeiro, FEPLAN, 1982.
- MORENO, Juan Carlos. *Nuestras Malvinas*. Buenos Aires, Editorial El Ateneo, 1955.
- _____. *Nuestras Malvinas - La Antartida*. 6ª ed. Buenos Aires, Libreria El Ateneo Editorial, 1950.
- MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Josef. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, Ed. Convívio, 1986.
- NAVAKIVI, Jukka (ORG). *Neutrality in History*. Helsinki, 1993.
- OLSON, William C. (org.). *The Theory and Practice of International Relations*. 7ª ed. New Jersey, Prentice-Hall Inc., 1987.
- RENELAGH, John. *The Agency - The Rise and Decline of the CIA*. New York, Simon & Schuster, 1987.
- RENOUVIN, P. & DUROSELLE, J.B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo, Ed. Difusão Européia, 1967.
- RESEK, José Francisco. *Direito Internacional Público*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1989.
- RUSSEL, Roberto. *América Latina y la Guerra del Atlántico Sur*. Buenos Aires, Belgrano, 1984.
- SAGER, Peter. *El caso Ejemplar de las Falklands*. Berna, Editora I.S.E., 1983.
- SALOMON, Délcio Vieira. *Como Fazer uma Monografia*. Belo Horizonte, Interlivros, 1979.
- SEITENFUS, Ricardo A. (org.). *Bacia do Prata: Desenvolvimento e Relações Internacionais*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1987.
- VIANA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, S. D.
- VIOLA, Oscar Luis. *La Derrota Diplomática y Militar de la República Argentina en la Guerra de las Islas Malvinas*. 2ª ed. Buenos Aires, Tinta Nueva, 1983.

- VIOTTI, Paul R. & KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory*. New York, Macmillan Publ. Cia., 1987.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Rio Grande do Sul, Editora da UFRS, 1992.
- _____. *A Grande Crise - A Nova (Des)Ordem Internacional dos Anos 80 aos 90*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1992.
- YOUNG, Hugo. *One of us*. London, Macmillan, 1989.
- WATSON, Adam. *The Evolution of International Society - A Comparative Historical Analysis*. London, Routledge, 1992.
- WATSON, Adam & BULL, Hedley. *The Expansion of International Society*. Oxford, Clarendon Press, 1988.

4.2. ARTIGOS:

- CABLE, James. "The Falklands War: Causes and Consequences". Review of Navy Institute, vol. 87, nº 8, agosto de 1982, pp. 1228-1231.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. "A Guerra das Malvinas: Conjuntura e Considerações Estratégicas". Revista Marítima Brasileira, vol. 108, nº 10/12, out/dez de 1988, pp. 47-60.
- CASTRO, Therezinha de. "Relações Brasil-Estados Unidos em face das Dicotomias Norte-Sul e Leste-Oeste". A Defesa Nacional. vol. 706, mar/abr de 1983, pp. 15-29.
- _____. "O Atlântico Sul: Contexto Regional". A Defesa Nacional. vol. 714, jul/ago de 1984, pp. 91-109.
- _____. "Antártica: Suas Implicações". A Defesa Nacional. vol. 702, jul/ago de 1982, pp. 77-89.
- _____. "Argentina: Terminal de Rotas no Atlântico Sul". A Defesa Nacional. vol. 698, nov/dez de 1981, pp. 75-95.
- _____. "O Cone Sul e a Conjuntura Internacional". A Defesa Nacional vol. 712, mar/abr. de 1984, pp. 17-34.

- FISHLOW, Albert. *Relação Brasil - Estados Unidos: como evitar o desencontro*. Revista Brasileira de Política Internacional. Vols. 97-100, 1982, pp. 105-110.
- FLORES, Mario Cesar. "Malvinas: Uma Primeira Abordagem". Revista Marítima Brasileira, vol 102, nº 4/6, abr/jun de 1982, pp. 59-70.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Diretrizes da Política Exterior Brasileira" (Conferência na Escola Superior de Guerra). Revista Brasileira de Política Internacional. vols. 97-100, 1982, pp. 111-124.
- HILTON, Stanley. "Brasil-Argentina: A Disputa pela Hegemonia na América do Sul". Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 97-100, 1982, pp. 77-90.
- HIRST, Monica & RUSSEL, Roberto. "Democracia y Política Exterior: Los Casos de Argentinas y Brasil". Estudios Internacionales. vol. 20, nº 80, oct/dic, 1987 pp. 442/490.
- JAGUARIBE, Hélio. "Reflexões sobre o Atlântico Sul". Revista Brasileira de Política Internacional. vols. 97-100, 1982, pp. 5-22.
- KISSINGER, Henry. *Relações Internacionais na Década de 80*. Revista Brasileira de Política Internacional. Vols. 97-100, 1982, pp. 91-99.
- LAFER, Celso. "A política Externa Brasileira e a Crise do Atlântico Sul". Novos Estudos CEBRAP, vol. 1, nº 4, nov. 1982, pp. 15-20.
- LAVENÈRE, Wanderley. *O Brasil e o Atlântico Sul: Operações Aéreas*. Revista Brasileira de Política Internacional, vols. 97-100, 1982, pp. 37-54.
- MOORE, Jeremy. "The Falklands Experience". Journal of the Royal United Services Institute for Defences Studies. vol. 128, nº 1, mar/abr de 1983, pp. 25-32.
- MONTESERAT FILHO, José. "O Brasil no Mundo Antártico". Ciência Hoje. vol. 4, nº 24, maio/junho de 1986, pp. 56-57.
- MOURA, Gerson. "Brasil e Argentina". Ciência Hoje. vol. 8, nº 46, setembro de 1988, pp. 31-88.
- NOTT, John. "The Falklands Campaign". Navy Institute. vol. 109, nº 963, maio de 1983, pp. 118-139.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. "Brasil, Argentina e Inglaterra face a um inimigo comum: o poderio soviético". Catolicismo. nº 377, maio de 1982, pp. 1-2

- _____. “*Influência russa na crise das Malvinas*”. *Catolicismo*. nº 376, abril de 1982, p. 12
- PINHEIRO, Leticia. “*A Omissão Pragmática: A Diplomacia Brasileira na Guerra das Malvinas*”. *Política e Estratégia*. vol. 4, nº 4, out/dez de 1986, pp. 587-604.
- RAPOPORT, Mario. “*Guerra das Malvinas e a Política Exterior Argentina: a visão dos protagonistas*”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano. 39, nº 1, 1o. sem/1996, pp. 132-158.
- RODRIGUES, José Honório. “*A História não dá Razão à Argentina*”. *Digesto Econômico*. vol. 39, nº 291, abr. de 1982, pp. 131-140.
- _____. “*O Itamaraty Interpreta Erroneamente Documento de 1833*”. *Digesto Econômico*, vol. 39, nº 293, junho de 1982, pp. 93-101.
- ROTULO, Daniel. “*Diplomacia e Pensamento Militar da Marinha Brasileira em relação ao Atlântico Sul no Período 1982-1990*”. *Revista Marítima Brasileira*. vol. 144, nº 7/9, jul/set 1994, pp. 55-70.
- VIGEZZI, Brunello. “*La vita internazionale tra storia e teoria*”. *Relazione Internazionali*. Mar. 1990, pp. 23-35.

4.3. DISSERTAÇÕES DE MESTRADO:

- COLOMBO, Caio Marcio Ranieri. “*A Questão da Antártida*”. *Mestrado em Relações Internacionais*, Universidade de Brasília, 1987.
- ROTULO, Daniel. “*Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiros em Relação ao Atlântico Sul (1964-1990)*”. *Mestrado em Relações Internacionais*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / Instituto de Relações Internacionais, 1991.
- SOUZA, Ielbo Marcus Lôbo. “*A Questão das Ilhas Malvinas / Falklands, o Conflito de 1982 e as Repercussões no Sistema Interamericano*”. *Mestrado em Relações Internacionais*, Universidade de Brasília, 1988.

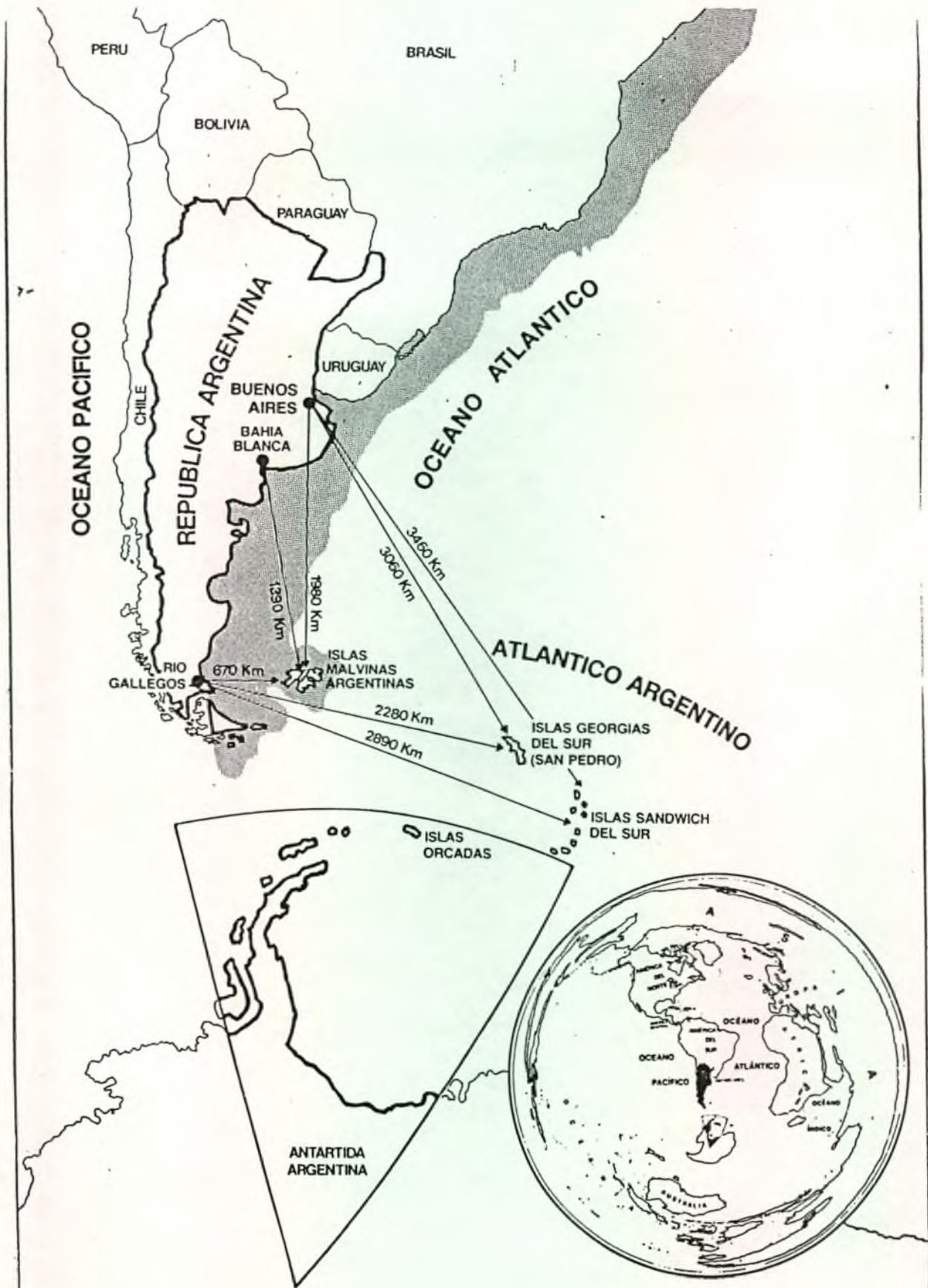
4.4. OBRAS DE REFERÊNCIA:

BOBBIO, Norberto et alli. "Dicionário de Política". Brasília, Ed. UnB, 1986.

FREEDMAN, Lawrence. "*Atlas of Global Strategy - War and Peace in the Nuclear Age*". London, Macmillan, s.d.

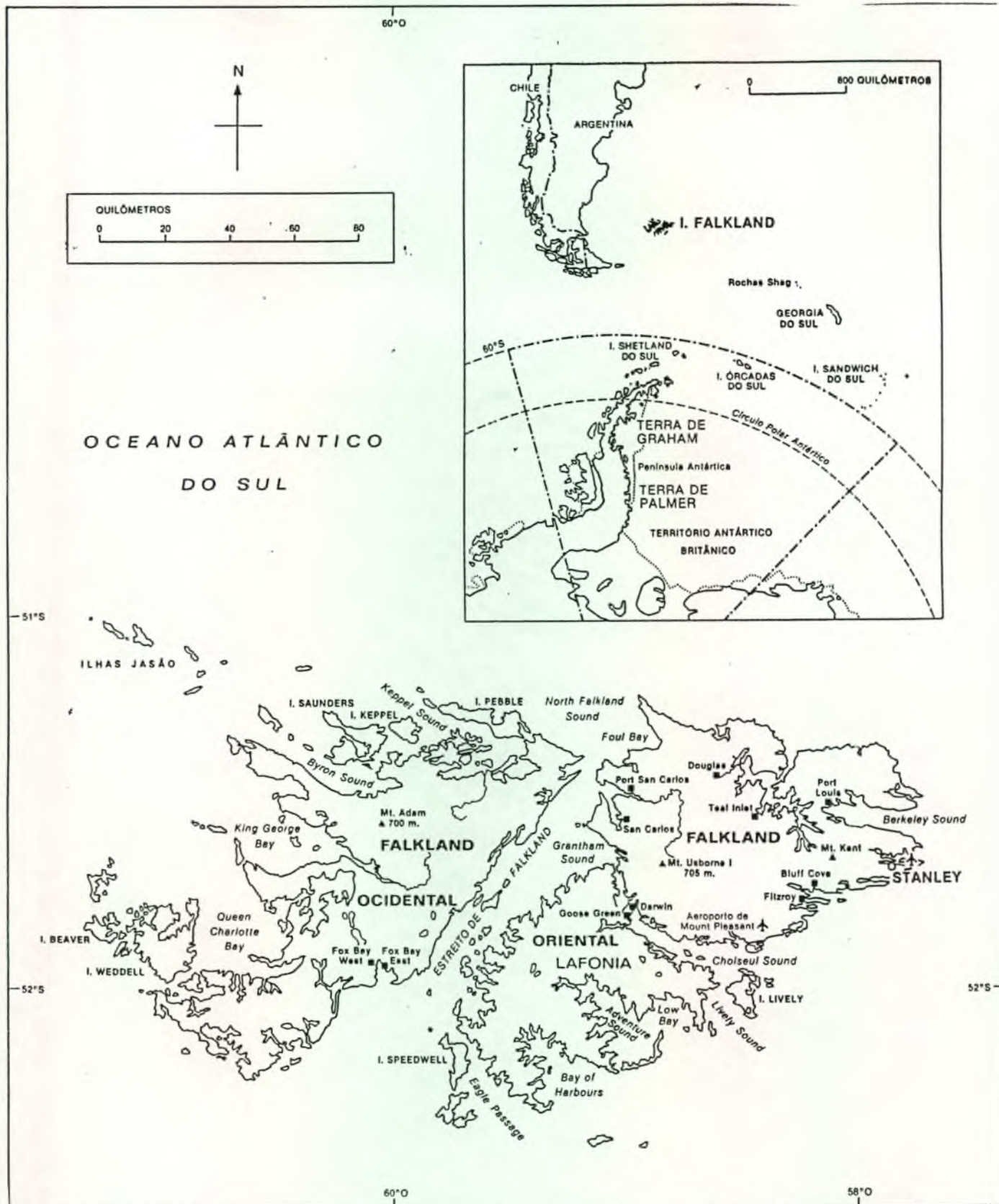
Anexos

ANEXO I



FONTE: ARGENTINA. Secretaría de Información Pública de la Presidencia de la Nación. "Las Islas Malvinas Argentinas". Buenos Aires, 13 de abril de 1982, p.13.

ANEXO II



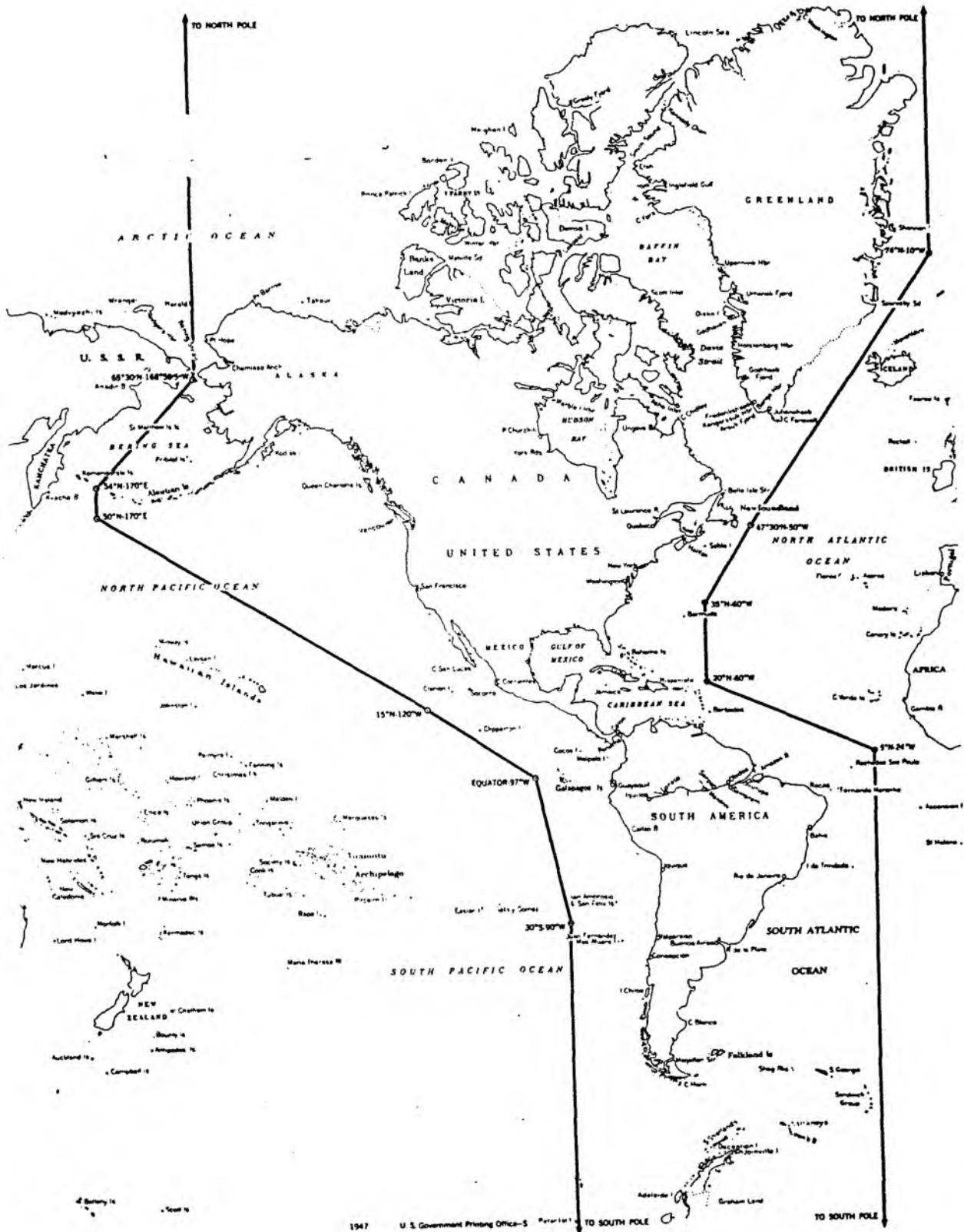
FONTE:REINO UNIDO. Central Office of Información."As Ilhas Falklands e as Ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul". Londres, 1988, p.3.

ANEXO III



FONTE: "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 18/4/82.

ANEXO IV



FONTE: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Secretária. General. "Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca". 5ª ed. volume I (1948-1959). 1973, p.415.